



ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Anarquismo e Relações de Género – o olhar anarquista do início do século XX

Olinda da Conceição de Jesus Gama

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em História Moderna e Contemporânea

Especialidade em Política, Cultura e Cidadania

Orientadora

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014



ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

**Anarquismo e Relações de Género – o olhar
anarquista do início do século XX**

Olinda da Conceição de Jesus Gama

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em História Moderna e Contemporânea

Especialidade em Política, Cultura e Cidadania

Orientadora

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

*«J'aime si tendrement le désert et la mer;
Que je ris dans les deuils et pleure dans les fêtes,
Et trouve goût suave au vin le plus amer;
Que je prends très souvent les faits pour des mensonges,
Et que, les yeux au ciel, je tombe dans des trous.
Mais la Voix me console et dit: "Guard tes songes:
Les sages n' en ont pas d' aussi beaux que les fous!" »*

(Baudelaire, *La Voix*, p.189)

*«... E se nunca souber fazer o pino?
O mundo visto de pernas para o ar não é uma coisa que meta medo. Há-de fazer mais
sentido do que este, do que este retilíneo, em aparente equilíbrio.»*

(Daniela Gama 2014)

AGRADECIMENTOS

Tudo o que fazemos na vida é o resultado do que, de uma ou outra maneira, fizeram de nós. Por isso quero agradecer, de igual forma e sem exceção, a todos os que ao longo da minha vida caminharam, não atrás de mim, nem à minha frente, mas ao meu lado.

Na impossibilidade de enumerar todos particularizo só algumas pessoas que me acompanharam mais de perto durante a elaboração deste trabalho.

À professora Maria João Vaz, minha orientadora, por me ter encetado no caminho da História, pois foi ela uma das primeiras pessoas que me despertou o interesse por esta área científica. Sublinho, em particular, a liberdade com que deixou que percorresse este caminho, a forma como me orientou, as recomendações que me fez e as conversas que fomos tendo e que, paulatinamente foram contribuindo para me ajudar pensar melhor e a dissipar as minhas inquietações.

Ao Jorge que ao longo deste ano ouviu tantas vezes a palavra «dissertação», quase transformada em «palavra de ordem», e... por um conjunto de tantas outras coisas...

Aos meus amigos Manuel e Carolina por escutarem pacientemente os panoramas que eu fui pintado ao longo da nossa amizade... enfim por serem pessoas tão especiais.

À minha filha por ser quem é e... por ter tanta «culpa» por eu ser quem sou.

Foram todos fundamentais para tirarem este trabalho de uma penumbra que apenas existia no meu imaginário. Assim esta dissertação não é uma experiência individual, mas sim uma experiência conjunta... O que faz de todos cúmplices...

RESUMO

A presente dissertação tem como preocupação central analisar e interpretar a «arquitetura mental» dos anarquistas do início do século XX sobre relações e poder de género. A concretização deste desígnio desenvolve-se através da análise do discurso e da presença de temas sobre as relações e poder de género em publicações de tendência anarquista. Foram consideradas as publicações *A Sementeira*, *Guerra Social* e *O Protesto*, no período compreendido entre 1908 e 1919, submetidas a um procedimento sistemático de registo e análise dos respetivos conteúdos.

Tendo por referência os princípios enunciados pelos teóricos anarquistas, nomeadamente no que respeita à horizontalidade nas relações sociais, à denúncia e resistência às manifestações de poder e de autoridade, à enfática defesa que assumem da independência, autonomia e autodeterminação individual, nos diferentes planos da vivência pessoal e social, procedeu-se a um estudo das posições e argumentação expressas na imprensa e da sua relação com os princípios de doutrina defendidos pelo pensamento anarquista. As duas questões principais que orientaram o nosso estudo foram as seguintes: (a) Existirá congruência ou consonância entre os pressupostos doutrinários do anarquismo e a abordagem das relações de género exposta e defendida na imprensa? (b) O olhar dos libertários que escrevem na imprensa portuguesa no início do século XX incorpora, mantém ou adapta, de alguma forma, uma construção social de género?

Da pesquisa realizada foi possível apurar um significativo grau de consonância entre a abordagem sobre a condição feminina e as relações de género da imprensa anarquista portuguesa do início do século XX e os pressupostos doutrinários do anarquismo. Sobressaiu uma abordagem onde pontificam: (a) a denúncia sistemática dos estereótipos de género prevaletentes e da sua submissão à moral dominante; (b) o sublinhado da diferença de condições de vida e de condição social entre as mulheres trabalhadoras e as mulheres burguesas; (c) o relevo da íntima relação entre dominação de género e dominação de classe e do seu mútuo contributo para a degradada condição feminina; (d) a afirmação da necessidade de uma efetiva emancipação feminina, dependente de uma profunda mudança social e pessoal, e da capacidade de as mulheres se libertarem, elas próprias, da condição submissa e dependente que lhes prescreve a ordem simbólica e ideológica prevaletente.

Palavras-chave: Anarquia; Imprensa Anarquista; Poder, Relações de Género; Sufragismo.

ABSTRACT

The current dissertation has as its main focus to analyze and interpret anarchists' «mental architecture», on gender power relations, on the early 20th century. The implementation of this purpose is developed throughout discourse analysis and the presence of topics on gender power relations in publications of anarchist tendency. The considered publications were *A Sementeira*, *Guerra Social* and *O Protesto*, within 1908 and 1919, subjected to a systematic procedure of registrations and analyses of its' contents.

With reference to the principles outlined by anarchist theorists, namely regarding horizontal social relations, denunciation and resistance to manifestations of power and authority, the emphatic defense of independence, autonomy and self-determination in different spectrums of personal and social living, we proceeded to a study of positions and arguments expressed in the press and its relation to the principles supported by anarchist thinking. The two main questions that guided our study were: (a) Is there a congruence and a compliance between the assumptions of anarchism and the approach to the gender issues written and defended in the press? (b) The gaze of the libertarians who write in the Portuguese press, in the early 20th century incorporates, maintains or adapts, in any way, a social construction of gender?

From the conducted researched, it was possible to ascertain a significant degree of compliance between the approach on the feminine condition, the gender relations and the anarchist assumptions, in our case study. The excelled approach has as its main points: (a) a systematic denunciation of gender prevailing stereotypes and their submission of the dominant moral; (b) the underlining of the difference between living conditions and social status of working women vs. bourgeois women. (c) the importance of the close relation between gender domination, dominant class and their mutual contribution to the degraded condition of women; (d) the statement of the need for effective women's emancipation, dependent upon a deep social and personal change, and the ability of women to liberate themselves of the submissive and dependent condition which is prescribed to them by the prevailing symbolic and ideological order.

Key words: Anarchy, Anarchist Press, Power, Gender Relations, Suffragism.

ÍNDICE

1 – Introdução	1
1.1 - Razão de ser	1
1.2 - Sobre a problemática	3
1.3 - Objetivos e hipóteses	6
1.4 - A metodologia	7
1.5 - Publicações analisadas	8
1.6 - A dissertação e as suas várias etapas	9
2 – O Anarquismo em Portugal	12
2.1 - Os primórdios do anarquismo em Portugal	12
2.1.1 - Uma nova etapa - evolução pós cisão	13
2.1.2 - Um puzzle ideológico - um partido, múltiplas orientações	19
2.1.3 - A década de 80 - consolidação e ascensão dos grupos anarquistas	21
2.2 - Mulheres na História	24
2.2.1 - De quem fala a História?	24
2.2.2 - Burguesas e operárias - igualdade de género e distinção de classe	26
2.2.3 - Mulheres de vanguarda como pano de fundo - luta para igualdade	33
2.2.3.1 - As mulheres que abraçaram a filosofia anarquista em Portugal	34
2.3 - A imprensa	41
3 – Três publicações: <i>A Sementeira</i>, <i>O Protesto</i> e <i>Guerra Social</i>	50
3.1 - <i>A Sementeira</i> – publicação mensal ilustrada – crítica e sociologia	51
3.2 - <i>O Protesto</i> – semanário Anarquista	54
3.3 - <i>Guerra Social</i> – ex-jornal <i>o Protesto</i>	59
4 - As relações de género no olhar de três publicações anarquistas do início do século XX	62
4.1 - «An-arquia» - Que propõem os teóricos?	62
4.2 - Sobre o <i>corpus</i> escolhido para análise	66
4.3 - Traços gerais da abordagem da imprensa anarquista sobre poder de género	68
4.4 - Que abordagem das relações de género em <i>A Sementeira</i> ?	73
• Sobre a emancipação da mulher	73
• Argumentando contra os vários argumentos	74
• Família como a grande ordem estruturante da sociedade	82
4.5 - Que abordagem das relações de género em <i>O Protesto</i> ?	87
• A desmistificação - o poder do voto liberto?	88
• Emancipação da mulher sem alterar as instituições sociais?	90
• Libertação da mulher sim!... mas sob uma nova via.	91
• O espetáculo das mulheres da Liga Republicana	92
• Fórmula para a emancipação – Ciência, Razão e Anarquia	95
4.6 - A relação do jornal <i>Guerra Social</i> com as questões de género	97
• O prazer sexual como condição para a mulher enquanto sujeito	97
• A imagem do matrimónio à luz do olhar de uma anarquista	100

• Uma moral - múltiplas faces	103
• A moral social incorporada pela própria mulher	104
• A mentira da apologia cristã – uma moral plural	105
• O direito de amar tem género mas também tem classe social	106
5 - Os Pontos Finais (conclusão)	109
• (Do) Particular	110
• (Para o) Geral	117
• Os silêncios e as ambivalências	117
Fontes e Bibliografia	123

Nota para a leitura

Ao longo deste trabalho em todas as citações a ortografia foi atualizada. Apenas se manteve a ortografia original nos nomes próprios. Não se alterou a sintaxe existente nos originais, assinalando-se em caso de erro evidente.

1 – Introdução

Abordar um tema como o do «olhar» anarquista sobre questões de género não qualifica uma atitude neutra da minha parte. Enquadra-se num tema que me agrada particularmente. Por outro lado, analisar o passado com base em representações discursivas pode parecer um processo algo abstrato e provocar algum ceticismo. No entanto, não podemos negar que o discurso encerra uma correspondência direta e vigorosa com a mente do sujeito que o representa, o que neste caso concreto se apresenta como pano de fundo de uma época; de um sujeito; de uma doutrina¹.

1.1- Razão de ser

Este trabalho surge como uma tentativa de perceber e estabelecer um ponto de encontro entre as «atitudes» escritas e os princípios por que se rege uma doutrina, mas também uma tentativa de perceber de que forma o olhar individual de quem escreve nestas publicações se pode, ou não, separar da sociedade e do tempo em que vive.

A motivação para este trabalho resulta de um duplo interesse: i) conhecimento dos ideais libertários, com significativa divulgação no Portugal de início do século XX; ii) partir para a descoberta da arquitetura mental do Homem libertário sobre as relações e poder de género, em articulação e confronto com os pressupostos da filosofia anarquista².

O despertar para o tema emergiu da elaboração de um anterior trabalho académico sobre a revista de inspiração libertária *A Sementeira*. Aí deparei-me com várias questões - o papel da mulher na família, a questão do «amor livre», a «prostituição», as escolas de ensino livre, entre outros - que despertaram a minha curiosidade. Ao tentar aprofundar a literatura sobre esta questão, verifiquei a escassez de referências disponíveis, o que me levou a encetar esta pesquisa.

¹ Ao longo da dissertação será usado o termo «doutrina anarquista» com o significado de «sistema ou conjunto de princípios ético-políticos centrados nas noções de liberdade e de indivíduo». O anarco-sindicalista Edgar Rodrigues escreve o seguinte: «Anarquismo - Variedade de socialismo: sistema, doutrina, teoria - ou conjunto de sistemas e doutrinas ou teorias - relativas às sociedades em estado de anarquia», Rodrigues, Edgar (2003), *A Nova Revolução, Movimento Estudantil – Paris 1968, Socialismo Síntese das Origens e Doutrinas*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Editora Porta Aberta.

² Tomo como referência a designação «filosofia anarquista», assente na visão dos próprios seguidores desta doutrina: «O anarquismo não é de modo algum uma concepção imaginária nascida de repente de cérebros sonhadores e pensadores nos gabinetes de estudo. Não. Esta doutrina é conclusão social da filosofia e de toda a ciência moderna que tem por objectivo o estudo do homem e da sociedade. As bases do anarquismo são, por conseguinte, filosóficas, morais e económicas.» (A. Girard citado por Pinto Quartim (1907), *Mocidade Vivei*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, p. 32).

Considerando a deliberada recusa a qualquer submissão - individual ou coletiva -, a apologia da igualdade económica e social, a denúncia e crítica da condição social do operariado - caminhos determinados pela filosofia anarquista -, proponho-me desenvolver um trabalho que permita expor a relação entre os princípios enunciados por ideólogos libertários e o modo como na imprensa libertária de início do século XX se releva, ou não, e aborda a condição da mulher e as relações de poder entre os géneros, masculino e feminino.

Não se trata de um estudo sobre a mulher nem sobre feminismos, mas sim sobre a forma como as relações de género são formuladas pelos autores libertários e como são abordadas nas publicações afiliadas a este ideário. Ou seja, o objeto de estudo não é a mulher, nem o anarquismo, quanto muito será o entendimento que informa o olhar libertário sobre o lugar e a condição social da mulher, filtrado pelas relações de género; bem como a conformidade entre a expressão discursiva desse entendimento representada na escrita e a ordem filosófica que defendem, a qual supostamente estará refletida na formulação e configuração dos conteúdos temáticos que escolhem para as publicações.

A decisão de optar pelo substantivo «género» e não pela distinção «sexual», enquanto determinante biológica, prende-se com o facto de este trabalho não considerar diretamente as diferenças biológicas entre homem e mulher, ou seja, o resultado das diferenças cromossómicas, mas sim as diferenças socialmente construídas que se prendem com os valores e conceitos gerais da sociedade. Neste caso concreto, a questão que se coloca será a de descobrir quais os valores dominantes no modo de pensamento traduzido pelo discurso anarquista.

Sabendo que os anarquistas do início do século passado se manifestavam contra a ordem moral estabelecida, afigurou-se-me relevante perceber a sua arquitetura mental no campo da diferença de género (designadamente, se combinam entre si, o que dizem pensar e o modo como o transmitem). Neste trabalho isso será tratado a partir de discursos escritos na imprensa, cuja polissemia pode provocar múltiplas interrogações, uma vez que um mesmo título pode assumir várias ideias entrelaçadas. Os discursos apresentam-se-nos muitas vezes paradoxais. Ora se apresentam claramente emancipatórios, ora resvalam para uma dimensão quase preconceituosa, onde vemos despertar sentimentos que remetem para a consideração dos deveres da mulher de acordo com um ideário conservador. Esta incoerência parece remeter para uma configuração mental que emerge de um processo socialmente construído e aceite, fruto do poder configurador e coercivo projetado pela transformação da diferença sexual em estereótipo de género, bem identificado na afirmação bourdieusiana de que

«diferença anatómica entre os órgãos sexuais pode assim ser vista como justificação natural da diferença socialmente construída»³.

1.2 - Sobre a problemática

Na medida em que este trabalho pretende desenvolver uma análise da representação de olhares centrados em determinados grupos sociais que partilham uma doutrina ideológica, tomarei como meus os pressupostos de algumas propostas teóricas, onde se vê afirmado que muitas das normas sociais são incorporadas – estas normas tendem a (re)produzir na ação dos indivíduos condições para a reprodução e perpetuação de dada configuração das relações sociais. Se nos apoiarmos nestas teorias podemos argumentar que a incorporação (de um poder de género) poderá emergir refletida - ou não - nos discursos das publicações que configuram olhares de tendência libertária. Daí que se considere que a problematização do tema em análise pode beneficiar da ponderação de conceitos e propostas teóricas ensaiadas por estudiosos como Pierre Bourdieu, em livros como *O Poder Simbólico*, *A Dominação Masculina*, *O que Falar Quer Dizer*; e com as reflexões de Michel Foucault em livros como *A Ordem do Discurso* e *Microfísica do Poder*, entre outros.

De acordo com Bourdieu, as mulheres são alvo de «discriminação simbólica». Discriminação perpetuada historicamente em instituições como a família, a igreja, o Estado, a escola, entre outras. A construção social das relações familiares está revestida da ideia de um estatuto social, definido de acordo com os interesses masculinos. No mesmo sentido, o autor realça que a divisão entre os sexos parece estar objetivada na «“ordem das coisas”, como por vezes se diz para falar do que é normal e natural, a ponto de ser inevitável, apresentando-se ao mesmo tempo no seu estado objetivado, tanto nas coisas (coisas na casa por exemplo onde todas as partes são “sexuadas”) como no mundo social»⁴, também no mundo social se desenvolvem estruturas influenciadas e condicionadas por estas representações que se traduz na «socialização do biológico e de biologização do social»⁵. Esta discriminação que anda lado a lado com a dominação de um género levam-nos muitas vezes a encará-las «como aceitáveis e até como naturais»⁶. Esta relação suporta, assim, uma aceitação por parte do dominador e por parte do dominado. Segundo a sua visão, a dominação masculina, sendo uma incorporação social, apresenta-se simultaneamente aceite pelo homem e pela mulher. Em consequência desta incorporação, o indivíduo organiza o seu pensamento, a sua forma de

³ Bourdieu, Pierre (2013) *A Dominação Masculina*, Lisboa, Relógio D' Água, p.24.

⁴ Bourdieu (2013), *A Dominação Masculina*, p.22.

⁵ Bourdieu (2013), *A Dominação Masculina*, p. 16.

⁶ Bourdieu (2013), *A Dominação Masculina*, p. 12.

estar e de falar/escrever, associando-o a uma «natural» hierarquização de género, que por ser instituída como padrão cultural e social não carece de qualquer outra fundamentação. Este conceito, que se transforma num poder incorporado, sugere uma questão. Será que as mulheres que escrevem nestas publicações entrelaçam o ideal libertador da doutrina anarquista com a construção social de género?

Retomando a ideia de Bourdieu, sabemos que esta construção é fruto de múltiplas representações que se organizam de acordo com o «primado masculino». Desta forma, este mundo de representação masculina começa por ter a sua sustentação numa «construção arbitrária do corpo biológico» fundamentado e afirmando a diferença entre os sexos «no sentido de géneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas»⁷. Temos assim um poder «estruturante», mas que é consentidamente «estruturado», adotado pelo género masculino e pelo género feminino. Deste modo, são assim criados padrões comportamentais em que vemos um poder simbólico que condiciona e configura a identidade, as representações e o modo de agir do sujeito⁸.

No decurso deste trabalho vou centrar-me na análise dos critérios de avaliação das relações sociais evidenciados nos artigos em causa e verificar se, no âmbito de uma visão anarquista, se tende a «*des-historiar*»⁹ - para usar uma terminologia de Bourdieu - e se entra em rotura com o mecanismo de pensamento dominante que muitas vezes a história tem eternizado.

Tendo presente que o discurso é um exercício de poder, interessa considerar a temática do poder. Foucault desenvolve nas suas obras a ideia de que é a existência de múltiplos pequenos poderes que definem a organização da sociedade, ou seja, existe uma rede de micropoderes, que a seu ver se traduzem em práticas sociais. As práticas sociais, ao criarem poder, articulam-se com outras práticas que se apresentam com dinâmicas que intervêm «contra essas mesmas relações de poder»; o poder encontra-se assim em toda a parte.

⁷«O paradoxo consiste nas diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, ao serem percebidas e construídas segundo esquemas práticos da visão androcêntrica, se tornam a garantia mais indiscutível das significações e dos valores que estão de acordo com os princípios desta visão (...) é sobretudo uma visão arbitrária do biológico, e em especial do corpo masculino e feminino.» Bourdieu (2013), *A Dominação Masculina*, p. 38.

⁸ Para Bourdieu, o poder simbólico é situado como o «poder de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo (...) [tem o] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (...) só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário». Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 14-15.

⁹ Ver Bourdieu (2013), *A Dominação Masculina*.

No território em que os discursos se movem, Foucault considera que estes são, em si mesmos, uma forma de poder. Esse poder não se encontra apenas nas instituições; também aqueles que pretendem derrubá-las exercem um poder através da «ideia de que são agentes da consciência e do discurso»¹⁰. Assim, através da construção de intencionalidades discursivas, podemos perceber os modos como estes jornais se apoderam do discurso sobre as relações de género, o que afirmam nas suas práticas discursivas. Até porque não podemos esquecer que estas são publicações que pretendem orientar caminhos ideológicos e formar pessoas segundo um determinado olhar - a sua comunicação será, em qualquer dos casos, um exercício de influência sobre o outro.

Ainda segundo Foucault, não existe um centro de poder; o que existe são práticas ou relações de poder que, por sua vez, provocam contrapoderes. Interessam para a análise deste trabalho, entre outras, duas ideias patentes no trabalho deste autor: i) o poder produz verdades que dominam; ii) onde há poder, há contrapoder. A questão que se coloca é saber qual o sentido produzido pelo olhar anarquista sobre as relações de género: se será um olhar que se aproxima do poder do género socialmente dominante; ou se, pelo contrário, não se deixa condicionar pelo dispositivo mental de estereótipos de género, tendo a capacidade de se mobilizar num contrapoder. Por que preceitos se rege este olhar anarquista?

É no quadro destes questionamentos que os discursos presentes nas publicações de orientação anarquista serão analisados. Será esta a perspetiva analítica que se pretende tomar por base.

O próprio discurso em si pode apresentar-se num quadro de valores simbólicos, podendo assim ajustar-se ao imaginário de quem o ouve e ocultar o verdadeiro poder efetivo que exerce, provocando desta forma uma verdadeira fonte de coerção consentida. Para compreender esta coerção basta analisar os vários micropoderes constituídos no interior da instituição família, o que nos remete para o não reconhecimento da mulher em determinados papéis.

Foucault, na obra *A Ordem do Discurso*, argumenta, no que se refere à orientação dos discursos produzidos numa determinada sociedade, que estes representam uma força interveniente, um instrumento de luta, um poder, uma forma de orientar e dominar as atitudes do outro; diz-nos ainda que o saber é frequentemente utilizado como forma de poder. Na sua visão, o discurso encerra um poder não isento nem desinteressado, pois todos pretendem

¹⁰ Foucault, Michel (2008), *Microfísica do Poder*, 26.ª ed., São Paulo, Edições Graal, p. 71.

apoderar-se do mesmo: «Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função esconjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade. (...) O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual, e com o qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.»¹¹

Os discursos - sobre o género, como sobre outras facetas da vida social - constituem formas de poder que configuram o entendimento dos sujeitos e das instituições, orientando os respetivos modos de agir. Daí a sua importância e a razão de ser da necessidade de a eles regressar para reinterpretar as visões e estratégias que expressam, bem como o papel que assumem na história social e das ideias.

1.3 - Objetivos e hipóteses

É conhecido que os seguidores da doutrina anarquista afirmam uma posição de princípio que defende a abolição de todo o poder, em benefício de uma vivência social horizontal, sem instituições, poderes, ou outras sujeições condicionadoras da liberdade individual de um sujeito plenamente autodeterminado e autónomo. Por outro lado, um tanto paradoxalmente - ou nem tanto assim, se atendermos à época em que viveram e escreveram os fundadores - uma primeira prospeção de referências ao papel da mulher e à condição feminina revela que estas não abundam na produção escrita destes autores; notando-se, ainda, contornos diferenciados nem sempre coincidentes ou concordantes entre si.

Na sequência das prospeções preliminares surgem questões sobre os contornos e sensibilidade deste olhar tão fortemente marcado pelo domínio da horizontalidade. Em que medida a questão das relações de género e da condição da mulher surge contemplada na produção da imprensa anarquista? Quais os aspetos e abordagens que aí são refletidos? Que relação existe entre as posições de teóricos e articulistas das publicações em causa? Qual a construção da imagem da mulher projetada nesta imprensa? Como (re)escrevem estes homens e mulheres o olhar dos teóricos do anarquismo? Quem escreve, que força, que tendência, e que poder tem o seu discurso quando se refere às relações de género?

O trabalho de investigação que se apresenta pretende contribuir para a elucidação destes questionamentos. Procurando uma delimitação dos objetivos desta pesquisa pode afirmar-se que com ela se pretende: (a) sintetizar os pressupostos do ideário anarquista; (b)

¹¹ Foucault, Michel (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio D' Água, pp. 9-10.

situar os posicionamentos que nestes se encontram sobre relações entre géneros e estereótipos atribuídos à condição feminina; (c) analisar e discutir o sentido do tratamento dispensado na imprensa libertária portuguesa do início de século aos temas relacionados com as relações entre géneros; (d) perceber que horizontes propicia o anarquismo para a valorização e libertação do género (feminino).

A operacionalização dos questionamentos inspiradores desta pesquisa foi conduzida a partir da formulação e aferição das seguintes hipóteses:

H1 - A abordagem da imprensa anarquista reflete a perspectiva doutrinária dos teóricos anarquistas sobre as relações de poder e o poder de género.

H2 - A imprensa anarquista dá relevo a assimetrias nas relações de género e a manifestações de poder patriarcal, cruzando tanto o plano social como o que respeita à vida pessoal e íntima.

H3 - A abordagem da imprensa anarquista sublinha a relação entre dominação nas relações de género e dominação social e política a nível das instituições configuradas pelos poderes dominantes.

1.4 - A metodologia

O programa de investigação delineado contempla um plano de pesquisa empírica, em que se procederá a uma análise de conteúdo de uma amostra de publicações periódicas de filiação anarquista disponíveis, contemplando o período compreendido entre 1908 e 1919.

Na preparação da pesquisa de suporte ao presente trabalho foi feita investigação na CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; na UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta; na Biblioteca Nacional; e na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

No seu desenvolvimento segui uma estratégia metodológica de perfil qualitativo em que foram mobilizadas diferentes etapas e técnicas de registo e análise de conteúdo, para classificação e observação detalhada dos títulos de imprensa e dos respetivos conteúdos. Parti de uma prévia abordagem prospetiva dos jornais disponíveis, procedendo a um inventário e triagem de textos relevantes para o tema em estudo. Construíram-se grelhas de recolha e tratamento sistematizado destes procedimentos que permitiram uma formalização dos momentos de pesquisa flutuante e prospetiva, de modo a assegurar a consistência, rigor e conveniente fundamentação das posteriores etapas de trabalho.

Num primeiro momento desenvolveu-se um trabalho de registo, recolha e classificação temática dos textos sobre questões de género presentes nos títulos analisados. Num segundo momento selecionaram-se alguns textos relevantes e procedeu-se a uma análise em profundidade do seu conteúdo, em consonância com os objetivos desta pesquisa. O discurso de cada um dos textos foi alvo da aplicação de uma outra grelha de análise sistemática visando captar os temas que refere, bem como o olhar e ângulos de abordagem da perspetiva que veiculam. A estrutura, sequência e eixos de argumentação foram objeto de um procedimento de depuração sistemática, registando-se o respetivo seguimento e os enfoques para que remetem. Para cada texto foi, depois, realizada uma ponderação dos temas e argumentos detetados, de modo a estabelecer os sentidos, predominantes e complementares, do texto, face às questões orientadoras da pesquisa.

Relativamente aos documentos selecionados para a análise detalhada, verifiquei que os mais interessantes e pertinentes eram textos de opinião de colaboradores das publicações em estudo, onde se poderiam observar os discursos mais fecundos sobre as posições próprias dos militantes libertários relativamente à questão em estudo.

Os títulos de imprensa escolhidos para esta pesquisa foram a revista mensal *A Sementeira* (1908-1919) e os semanários *O Protesto* (1908-1909) e *Guerra Social* (1908-1909), a partir dos quais se exploraram um total de 127 números. A seleção resultou de um percurso de exploração de vários títulos de imprensa de inspiração anarquista disponíveis em bibliotecas e arquivos acessíveis, a partir do qual se chegou à escolha destas 3 publicações, que se afiguraram como campo pertinente para a prossecução desta investigação.

1.5 - As publicações analisadas

Os limites cronológicos não constituem barreiras rígidas, abarcando neste estudo um período temporal que vai de 1908 a 1919. A sua escolha foi definida de modo a contemplar o período de publicação do periódico anarquista com maior duração em Portugal, *A Sementeira*.

Opção deliberada e constrangimentos vários que pautaram a pesquisa determinaram que as publicações que escolhi para análise fossem *A Sementeira* (1908-1919), o periódico anarquista publicado por um período mais longo, *O Protesto* (1908-1909)¹² e *Guerra Social* (1908-1909), porque ambos tinham todos os números publicados e em fonte original (em

¹² João Medina, no seu estudo sobre o jornal *Terra Livre*, aponta para uma nova reedição do *O Protesto* cujo nº.1 saiu em substituição do *Terra Livre* em 24 de julho de 1913. Esta publicação não foi considerada neste trabalho, por não se ter encontrado nenhum exemplar. Sobre esta particularidade consultar: Medina, João (1981), «Um Semanário Durante o 1.º Governo de Afonso Costa», *Terra Livre», Análise Social*, vol. XII (67-68), p.739.

papel). Foram ainda passadas em revista outras publicações como o *Germinal* (do n.º 1, de Janeiro de 1915, ao n.º 18, de 9 de Maio 1915), alguns números da *Aurora*, publicação do Porto (1910, 1911, 1912, 1915), entre outros. Decidi não trabalhar sistematicamente estas publicações por dois motivos: em primeiro lugar, porque nas coleções consultadas existiam vários números em falta; em segundo lugar, em nenhum deles encontrei artigos pertinentes para o tema em estudo.

Estas fontes foram consultadas no Espólio de Pinto Quartim, à guarda da biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Outros detalhes relativos à análise de cada jornal e aos contornos dos procedimentos adotados serão adiante explicitados, junto à apresentação dos resultados respectivos.

1.6 - A dissertação e as suas várias etapas

O texto que a seguir se apresenta encontra-se estruturado em 5 capítulos. Para além desta introdução, inclui um capítulo de enquadramento, um outro dedicado à apresentação das fontes utilizadas, seguido de um capítulo de exposição e interpretação dos resultados da investigação realizada, terminando com uma nota conclusiva.

O capítulo 2 reúne três planos de enquadramento. No primeiro plano encaminhámo-nos para uma compreensão global do percurso do anarquismo em Portugal. Procurou-se reconstruir e ilustrar a génese, os acontecimentos e as causas da sua formação; situar os atores que primeiro partilharam o palco ideológico desta doutrina, ao mesmo tempo que se delineou, de forma sintética, a sua trajetória política; observar a mudança do discurso ideológico dos que abriram a porta do anarquismo em Portugal assim como a bipolaridade interna com que se defrontou o Partido Socialista, que então entrelaçava ideias e indivíduos que anteriormente gritaram a abstenção; e, por fim, apreender a consolidação e ascensão dos grupos adeptos da doutrina anarquista.

Num segundo plano deste capítulo procurou-se: apurar quais as identidades de género que a história escolheu para se fazer representar e perpetuar; apreender como coexistem os vários estratos sociais associados ao mesmo género feminino (mulheres da alta sociedade e mulheres dos grupos populares); perceber quais os processos de tensão na luta pela igualdade de género em estratos sociais antagónicos. A exploração deste campo permitiu atingir as diferentes lógicas de realidades diferenciadas que coexistem na sociedade, com problemas

semelhantes no que respeita às relações de género, mas com realidades sociais múltiplas, o que pode configurar discursos e olhares divergentes sobre uma mesma questão.

Ainda no segundo plano deste capítulo, e tendo em conta os objetivos do trabalho, pareceu-me imprescindível retratar o percurso de vida das mulheres que abraçaram o caminho da anarquia. Esta vertente de trabalho proporcionou-me uma maior compreensão e proximidade com a suposta ação conjunta, entre sujeitos do género masculino (já amplamente conhecidos e de algum modo historiados) e sujeitos do género feminino, que partilharam a mesma tendência doutrinária. Permitiu ainda determinar qual o reconhecimento da existência de mulheres no processo de desenvolvimento das relações de género pelos seus congéneres; de que forma se afirmou esse reconhecimento nas publicações; que peso teve a sua presença, o seu contributo nos discursos produzidos nos títulos em análise; e, por fim, qual a modelação do seu olhar no singular, sobre padrões que a sociedade impõe e assume como naturais nas questões de género.

Num terceiro plano, e com o objetivo de mapear as limitações e a exata posição da imprensa divulgadora do ideal libertário do início do século XX, dedica-se-lhe um espaço neste estudo. Tenta-se ainda determinar qual a publicação que evidencia a produção de um primeiro olhar anarquista em Portugal.

No 3.º capítulo apresenta-se as fontes, procurando contribuir para identificar os percursos, potencialidades e limitações tendo em vista os objetivos do presente trabalho, as condições da sua existência e os desafios a que se propunham.

No 4.º capítulo apresenta-se o *corpus* escolhido e os resultados da investigação realizada nos periódicos. Este capítulo traz para o debate a reflexão sobre o tema e as abordagens dos teóricos fundadores, de forma a permitir cruzar o seu discurso com o dos articulistas das publicações. Ao fazer este cruzamento interessa apreender e correlacionar os pressupostos teóricos e a sua projeção nos artigos de opinião, com a existência de um poder de género socialmente construído.

Este capítulo segue o seguinte percurso: uma primeira etapa em que se apreende o olhar transversal dos teóricos precursores, no que respeita à rejeição (que se lhes conhece) por todas as formas coercivas e por qualquer tipo de poder dominante; uma segunda parte apresenta o *corpus* escolhido para o estudo da abordagem das questões de género nas publicações anarquistas; na terceira e última parte analisa-se o posicionamento e as estratégias de escrita de cada publicação face ao tema.

No 5.º e último capítulo procede-se a um balanço dos resultados obtidos, respetiva interpretação, problematização e conclusão. Será feita uma interpretação e discussão dos sentidos e questões que os dados colocaram. Tal permitirá aferir a relação entre a visão dos teóricos anarquistas e o modo como a questão das relações de género surge na imprensa anarquista, ponderando a respetiva consonância ou dissonância, determinando o seu papel e lugar na história do pensamento, da luta social e do poder do discurso nas relações de género.

2 - O anarquismo em Portugal

2.1 - Os primórdios do anarquismo em Portugal

«Anarquismo - Variedade de socialismo: sistema, doutrina ou teoria - ou conjunto de sistemas e doutrinas ou teorias relativas às sociedades em estado de anarquia.

P: O que é a anarquia?

R: Anarquia é a eliminação da autoridade nos seus três aspetos: político, social, e religioso». ¹³

«A Anarquia é a excelsa liberdade, iluminando o mundo como uma duradoira eclosão de luz. É a vitória suprema do dia sobre a noite, da civilização sobre a barbárie, do ateísmo sobre a superstição, da razão sobre o obscurantismo, da justiça sobre a iniquidade e a infâmia (...); o grito saído do peito dos oprimidos reclamando um ideal de felicidade para todos os seres da terra. É a forma revolucionária da filosofia do nosso tempo.» E. de Carvalho ¹⁴

João Freire baliza a emergência deste «movimento político de opinião»¹⁵, o anarquismo, entre 1871 e 1901. Na obra *Anarquistas e Operários*, João Freire escreve: «Não existe no anarquismo uma mas *várias* doutrinas, conferindo (...) a esta corrente de ideias e movimento político um pluralismo que lhe é consubstancial (...). Preferimos designar o anarquismo como um *movimento político de opinião*.» ¹⁶ O autor localiza o ponto de «inflexão» (passagem de grupos dispersos a ação organizada), quer em Portugal quer nos países próximos, na data simbólica de 1900. Filomena Mónica sustenta que, em paralelo com o marxismo, os ideais anarquistas chegaram a Portugal por volta de 1870¹⁷, altura em que vieram a Lisboa os emissários espanhóis da delegação da Associação Internacional do Trabalho (AIT). A seu ver, foi a partir desta data que se incubou a viabilidade de uma luta comum das várias correntes ideológicas. Porém, segundo a autora, é em 1879 que a filosofia anarquista em Portugal começava a escrever a sua história, pois, até aí, apenas um grupo de intelectuais aderira ao ideal de Kropotkine¹⁸. Nesta data, Eduardo Maia¹⁹, médico, depois de ter lido obras deste anarquista russo, declara-se publicamente anarquista. Ainda segundo esta autora, até ao período do pós-Grande Guerra, o anarco-sindicalismo tornar-se-á a doutrina com mais força entre a classe operária, «tão forte que nem o comunismo em ascensão por toda a Europa lhe

¹³ Artur Ranc (*encyclopedie générale*), *O Protesto*, 25 de julho de 1908, p. 3.

¹⁴ *A Aurora*, 13 de Outubro de 1910, p. 5.

¹⁵ Freire, João (1992), *Anarquistas e Operários*, Porto, Edições Afrontamento, p. 26.

¹⁶ Ventura, António (2000) *Anarquistas Republicanos e Socialistas em Portugal*, Lisboa, Cosmos, p. 84.

¹⁷ Sobre este período, ver o prefácio de Maria Filomena Mónica (1987), *Almanaque de «A Batalha»*.

¹⁸ Príncipe (título que mais tarde rejeitou), Piotr Alexeievich Kropotkine, nasceu em Moscovo no ano de 1842. Membro de uma das mais antigas famílias aristocráticas da Rússia, foi geógrafo, o que lhe permitiu fazer investigação de sociologia rural. Kropotkine filiou-se na AIT. Depois de fazer um estudo do programa revolucionário de Jura, aderiu definitivamente à causa anarquista.

¹⁹ Eduardo Maia, Médico: «faleceu a 3-2-1897. Colaborou e pertenceu ao Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas, Associação Fraternidade Operária, colaborou em *O Pensamento Social* (1872), *O Revoltado* (1897) e escreveu «Da Propriedade» (1873) e «Autoridade e Anarquia», Opúsculo em defesa do anarquista Manuel Joaquim Pinto (...). Fez parte do grupo comunista anarquista, Lisboa (1894) e do grupo Revolução Social, citado em Edgar Rodrigues (1980), *O Despertar Operário...*, p. 87.

causou o menor dano.»²⁰ Também César Oliveira atribui a presença do anarquismo em Portugal, e o seu progressivo triunfo, ao encontro entre um grupo de delegados da AIT de Espanha, em julho de 1871, e um grupo de portugueses. Na sua perspetiva, este encontro esteve na origem da disputa entre socialistas e anarquistas em Portugal²¹. Para António Ventura, a evolução do movimento anarquista em Portugal teve dificuldade em consolidar-se, desde a formação, em 1871, da secção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT): «Foi lenta, penosa e descontínua.»²²

2.1.1 – 1871: uma nova etapa - a evolução pós-cisão

Um marco histórico figura de forma unânime em todos os autores que consultei: o ano de 1871, data em que chegaram a Lisboa os delegados do Conselho Federal da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Embora saibamos que os factos históricos estão em permanente (re)interpretação e não exista uma explicação única, mas uma complexidade de razões, de momentos, de construções e de práticas sociais, o ano de 1871 é, em qualquer análise, uma data marcante. O encontro entre a chamada Geração de 70 e a delegação da AIT determina a semente deste «movimento político de opinião», para usar a terminologia de Freire.

Sabe-se que na AIT existiam diversas correntes ideológicas. É todavia reconhecido que os princípios da natureza filosófica dos «internacionalistas» espanhóis encontravam-se mais próximos de Bakunine do que de Marx. Sobre a posição ideológica destes emissários, Catroga expressa, entre outras, as seguintes considerações:

«Pugnando pela consecução de ideal de justiça, os internacionalistas de Madrid faziam (...) eco das reivindicações bakuninistas - popularizadas, em Espanha, por Fanelli - (...), propondo *liquidação social*, isto é, a implantação do *coletivismo* (...). A destruição do Estado (...). Estas ideias não eram de inspiração comunista, porque fundar-se-iam em contratos estritamente individuais. Através do coletivismo e da extinção da herança, acreditava-se ser possível introduzir transformações económicas que levariam à auto-emancipação total dos trabalhadores.»²³

É nessa perspetiva que a passagem por Lisboa da delegação da AIT constitui um evento relevante para a análise do tema em estudo. A partir da articulação dos contributos de alguns

²⁰ Mónica, Maria Filomena (1987), *Almanaque de A Batalha 1926* - Prefácio, Lisboa, Edições Rolim.

²¹ Oliveira, César (1973), *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento, pp. 183-184.

²² Ventura, António (2000), *Anarquistas Republicanos e Socialistas em Portugal*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 84.

²³ Catroga, Fernando (2001), *Antero de Quental – história, socialismo, política*, Lisboa, Editorial Notícias, pp.172-173.

autores, vou visitar este momento, procurando apreender os contornos do novo paradigma que se desencadeia.

Os protagonistas deste acontecimento são Anselmo Lorenzo (tipógrafo)²⁴, Francisco Mora (sapateiro)²⁵ e Tomaz Gonzalez Morago (gravador), delegados da AIT que chegam a Portugal munidos de documentos da Internacional espanhola e ideais abstencionistas. Para além de virem com o objetivo de organizar uma secção da Internacional, também «atravessaram a fronteira para fugir ao cárcere»²⁶, pois por esta altura a perseguição aos adeptos da Internacional já se fazia sentir em Espanha.

Os internacionais terão entrado em contacto com Antero de Quental e José Fontana. Fontana terá sido membro do Conselho Central da AIT entre outubro de 1864 e abril de 1865²⁷. Foi na casa de Antero que decorreu um primeiro encontro. Nas palavras do próprio Lorenzo na revista *A Sementeira* lê-se: «Não me lembro como nos relacionámos com Fontana e Antero de Quental; o que tenho presente é a nossa entrevista em casa do segundo.»²⁸ Em consequência desse encontro foram marcadas várias reuniões, uma das quais em pleno rio Tejo (por razões de segurança), entre os três espanhóis já citados e os portugueses Antero de Quental (formado em direito, poeta), José Fontana (encadernador), encontravam-se presentes também, Batalha Reis (agrónomo, geógrafo e diplomata), Eduardo Maia (médico), José Tedeschi (professor de farmácia) e Francisco Gonçalves Lopes (tipógrafo).

O propósito desta reunião seria dar a conhecer o objetivo da Internacional e abrir uma secção em Portugal, para incorporar os trabalhadores portugueses. Segundo o que o próprio Lorenzo escreveu sobre estas reuniões no seu livro e que a revista *A Sementeira* reproduziu em 1911:

«(...) duas entidades surgiram ali: o núcleo organizador da Internacional e o grupo da Aliança Democrática Socialista²⁹ [Organização secreta de que Lorenzo e Morago faziam parte]; o

²⁴ Os pensamentos de Anselmo Lorenzo surgem mais tarde em algumas publicações anarquistas que consultei, como é o caso de *A Sementeira* e do *Germinal* com o título «Lorenzo e a Guerra». Esta última publicação escreve: «Anselmo Lorenzo, o velho anarquista espanhol recentemente falecido, publicou em 1886 na revista *Acracia*, de Barcelona, um artigo com o título «A guerra e civilização». (...) Desse artigo pareceu-nos interessante transladar para aqui os períodos finais» *Germinal*, n.º4, Ano I, 31 de janeiro de 1915, p. 2.

²⁵ Ver Catroga (2001), *Antero de Quental*, p. 171.

²⁶ Samis, Alexandre (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro - Neno Vasco, O Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, Lisboa, Letra Livre.

²⁷ Sobre este assunto, ver Oliveira (1973), *O Socialismo em Portugal*, p. 144.

²⁸ Anselmo Lorenzo, *A Sementeira*, n.º 32, abril de 1911, p. 254.

²⁹ Podemos ler na revista *A Sementeira* a origem da Aliança Democrática Socialista de caráter secreto e filha da Aliança Internacional da Democracia Socialista: «No segundo Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, celebrado em Berne no ano de 1868, Bakunine e outros socialistas de diferentes nacionalidades (Reclus, Jaclard, Richard, Joukowsky, Gambuzzi, Fanelli, etc.) tentaram fazer adotar pela Liga resoluções francamente socialistas, propósito em que tiveram (...) a oposição dos delegados alemães do partido da democracia socialista. Ficando em

primeiro núcleo alargando-se, associaria os trabalhadores; o segundo (...) seria como que um grupo de estudos sociais que impulsionaria as ciências, desligando-as das torpes ligaduras com que o dogma, o privilégio e a autoridade as sujeitam nas Universidades e daria aos trabalhadores a verdade pura.»³⁰

Facilmente se encontra na Aliança Democrática Socialista a visão do pensamento bakuniniano, que terá sido dinamizada em Espanha por um dos colaboradores de Bakunine³¹ em 1869, o italiano Giuseppe Fanelli³². A publicação *A Sementeira*, em 1909, escreve sobre esta organização: «Com a denominação de *Alianza de la Democracia Socialista*, houve uma organização exclusivamente espanhola, de carácter secreto, fundada em Barcelona, no ano 1870, por Farga-Pellicer e Sention. Foi esta sociedade que teve ramificação em Lisboa no grupo que fundou *O Pensamento Social*.»³³

Os estatutos desta Aliança não nos deixam margem para dúvidas: rejeição de todas as formas de Estado, discurso indissociável das confrontações que se traduzirão na definitiva rotura entre Marx e Bakunine. Nos estatutos da Aliança Democrática Socialista constam ainda outros princípios que a anarquia toma como referência.

«1) abolição da propriedade individual do direito de herança, sendo os meios de produção usados pelas associações de trabalhadores agrícolas e industriais, no sentido da igualdade económica e social de todos os indivíduos; 2) igualdade de meios de educação para todas as crianças dos dois sexos; 3) rejeição de todas as formas de estado, reduzindo-as a simples funções de administração de serviços públicos; 4) solidariedade internacional e rejeição de todo o espírito patriótico e de rivalidade entre as nações; 5) ateísmo e abolição dos cultos.»³⁴

minoria, após uma discussão memorável, resolveram reunir-se à Internacional (...). A minoria socialista (...) abandonou a Liga da Paz e fundou uma sociedade que tomou o nome de Aliança Internacional da Democracia Socialista (...) De 1864 a 1866, Bakunine entregou-se à organização de uma sociedade secreta internacional.», *A Sementeira*, Ano I, nº 4, p. 13, dezembro de 1908, em «Notas para um dicionário».

³⁰ Anselmo Lorenzo em *A Sementeira*, n.º 32, abril de 1911, p. 254.

³¹ Mikhail Alexandrovich Bakunine (1814 -1876) nasceu no Nordeste de Moscovo, filho de uma família abastada e culta. Aos 14 anos entra para a escola de artilharia de São Petersburgo. E pouco mais tarde inicia-se no estudo da Filosofia entre 1842 e 1849. É fortemente marcado pelo convívio com radicais alemães e pela agitação revolucionária. Em 1848-49 participa ativamente nas revoluções: Paris, Praga e Destra. Este período termina com a sua prisão e extradição para a Sibéria, de onde se consegue evadir. Em 1870 participa na insurreição lionesa. Até ao final da vida dedica-se à propaganda revolucionária em Itália e Espanha. Préposiet, Jean (2007), *História do Anarquismo*, Lisboa, Edições 70, p. 237.

Sobre Bakunine como «homem de ação e filósofo» só a título de exemplo, em 1876, Arnold Ruge falará da visita que recebeu de Bakunine em Dresden: «Bakunine lançou-se impetuosamente no movimento intelectual alemão dos anos 30 e 40, depois de, em Berlim, ter conhecido não só a filosofia hegeliana como também a dialética viva, essa alma criadora do universo, Bakunine, visitou-me em Dresden, onde eu publicava os *Anais Alemães*, e concordou comigo sobre a transformação da teoria abstrata numa prática e sobre a revolução iminente» Cf. Arvon, (1966), *Bakunine, Filósofos de Todos os Tempos...*, p.46.

³² Sobre este assunto consultar: Oliveira (1973), *O Socialismo em Portugal ...*

³³ *A Sementeira*, Ano I, n.º 5, janeiro de 1909, p. 13, «Notas para um dicionário».

³⁴ Freire (1992), *Anarquistas e Operários...*, p. 308.

Por esta altura nasce a Associação Fraternidade Operária (14-1-1872). Dos 37 sócios fundadores, 31 eram operários. Dos restantes sobressaem os intelectuais: Nobre França, Eduardo Maia, Tedeschi, José Fontana, Antero de Quental e Oliveira Martins que, então, partilhavam uma simpatia proudhoniana. Dois meses mais tarde é fundado o semanário *O Pensamento Social*, com o objetivo de angariar fundos para a AIT. Este semanário procede à publicação do opúsculo *O que é a Internacional?*(1871), onde Antero³⁵ apresenta e defende claros princípios de orientação proudhoniana,³⁶ assim sobressaindo o seu espírito libertário em defesa da abstenção. Escreve Antero: «O programa político das classes trabalhadoras cifra-se nisto: abstenção (...), e dentro de um ideal proudhoniano (...) postulava a mutualidade de serviços (...) e o crédito gratuito, soluções que permitiam a anulação de intermediários».³⁷ Ideias também claramente próximas do que observamos nos estatutos da Aliança Democrática Socialista, do grupo de Bakunine.

Fontana, próximo de Antero, escreve o folheto *O Quarto Estado*, em que se aproxima das posições teóricas de Proudhon³⁸. Eduardo Maia, numa conferência da Federação Académica dedicada à AIT, em 1873, (re)afirma a sua posição: «As duas mais importantes afirmações do socialismo operário, que resumem toda a doutrina da Internacional, são em economia o coletivismo e em política a anarquia.»³⁹ No seu ensaio *Da Propriedade*, incorpora um conjunto de abordagens de concepção bakuniniana. Em 1888, este médico toma posição sobre o caso Louise Michel⁴⁰, manifestando a sua identidade militante ao escrever no jornal anarquista *Revolução Social* o artigo: «Autoridade e Anarquia: Carta dirigida ao Ex^{mo}. Sr. Conselheiro Pinheiro Chagas»⁴¹. Esta carta segue na defesa de Manuel Joaquim Pinto, na sequência das bengaladas que este libertário desferiu no corpo de Pinheiro Chagas, junto ao

³⁵ O opúsculo *O Que é a Internacional?* é publicado anonimamente. Sendo que a autoria é sempre atribuída a Antero de Quental e este nunca negou ser o seu autor. Sobre este assunto podemos ler escrito por Catroga: «Na sua juventude terá aderido ao coletivismo bakuninista. Para o provar invoca-se o que escreveu no folheto *O Que é a Internacional?* Ora se é certo que nunca virá a negar a autoria deste texto, o que é certo é que ele saiu anónimo.» Catroga (2001), *Antero de Quental...*, p.170.

³⁶ Antero esteve tão próximo do pensamento de Proudhon que, citando Catroga: «Em 1889, comparava mesmo o seu estado psicológico ao do grande Proudhon, quando, depois de trinta anos de trabalho e martírio, e desenganado da política das revoluções, chegou, numa das suas últimas páginas que escreveu, a esta conclusão: “o mundo só pela moral será libertado e salvo”». Catroga (2001), *Antero de Quental...*, p. 140.

³⁷ Sobre este assunto, ver Catroga (2001), *Antero de Quental...*, p. 172-173. Sobre este opúsculo ver ainda a sua transcrição na íntegra em Serrão, Joel (1980) «Do pensamento político-social de Antero de Quental», *Análise Social*, Vol. XVI (61-62), pp. 343-361.

³⁸ Sobre este assunto, ver Oliveira (1973), *O Socialismo Em Portugal...*, p. 186.

³⁹ «Da Propriedade», Lisboa 1873, p. 22, citado por Oliveira (1973), *O Socialismo Em Portugal...*, p. 153.

⁴⁰ Louise Michel (1830-1905) - «Professora Primária aderiu às ideias anarquistas durante a Comuna, desenvolveu grande atividade na organização das mulheres e participou no combate militar das barricadas. Foi deportada para a Nova Caledónia, vindo a Paris em 1888, depois da amnistia. Escreveu poemas, teatro, romances e memórias.», Rodrigues, Jacinto (1976), *Perspectivas Sobre a Comuna e a I.ª Internacional em Portugal*, Lisboa, Ed. Slemes, p. 100.

⁴¹ Sobre este assunto, ver Rodrigues, Jacinto, (1976), *Perspectivas Sobre a Comuna e a I.ª Internacional em Portugal*, Lisboa, Ed. Slemes, p. 98.

Parlamento, por este ter publicado no jornal *O Repórter* um artigo jocoso contra a *communard*⁴². A carta, que tecia várias considerações, permitia, mais uma vez, reafirmar a sua posição ideológica ao declarar: «A palavra *anarquia* é, no atual momento histórico, o último termo da série - liberdade; assim como a palavra *ditador* é o último termo da série autoridade.»⁴³ Por todas as atitudes aqui descritas, parece não haver dúvidas quanto ao território filosófico desta nova geração de insurgentes.

Porém, da existência destes encontros com os internacionalistas geraram-se atitudes distintas, políticas antagónicas, mas essencialmente muitas ambiguidades.

Antero virá a distanciar-se, posteriormente, das posições abstencionistas publicando no jornal *O Pensamento Social* um apelo à formação de um partido político, acabando a participar ativamente, como candidato, em atos eleitorais. Em 1887, numa carta autobiográfica ao editor alemão dos sonetos, W. Storck, desvaloriza as suas práticas anteriores ao afirmar serem o radicalismo e o socialismo, de Michelet, Quinet e Proudhon «mistérios da incoerência da mocidade».⁴⁴

Por sua vez, José Fontana virá a redigir, em 1872, um documento (entregue a Paul Lafargue, genro de Marx) em que toma partido pela posição de Marx⁴⁵. Com este documento, Fontana entrou nas fileiras do congresso de Haia, afiliando de forma nebulosa os trabalhadores portugueses à posição política marxista⁴⁶. Este centrou na sua própria pessoa a representação dos trabalhadores portugueses, sem ter previamente consultado os representantes da Associação Fraternidade Operária de Lisboa, na altura composta por 2750 sócios e 28 secções (2350 de sexo masculino e 400 de sexo feminino)⁴⁷. Sobre a atitude de Fontana, o jornal *O Trabalho*⁴⁸ fez o seguinte comentário: «Surpreende-nos o cinismo com que se intriga e a audácia com que se mente ao mundo.»⁴⁹

⁴² *O Repórter*, jornal dirigido por Oliveira Martins.

⁴³ Samis, Alexandre (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, - Neno Vasco, *O Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, Lisboa, Letra Livre, p.120.

⁴⁴ João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, citado por Samis, Alexandre (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 59.

⁴⁵ A referência a este documento provém de Oliveira (1973), *O Socialismo Em Portugal* p. 151. Este episódio ocorre no contexto da fratura entre os adeptos de Marx e Bakunine: «Paul Lafargue percorrerá alguns países à caça de representantes (votos) para esmagar a corrente anti-autoritária e esmagar solenemente a Primeira Internacional dos Trabalhadores. O plano nasceu em Londres e segundo o internacionalista Anselmo Lorenzo teve o seu epílogo de 2 a 7 de Setembro 1872 em Haia». Referido por Rodrigues Edgar, (1980), *O Despertar Operário em Portugal 1834-1911*, Lisboa, Editora A Sementeira, p. 91.

⁴⁶ Sobre este assunto, consultar Rodrigues (1980), *O Despertar Operário em Portugal 1834-1911*, p. 91.

⁴⁷ Dados apresentados no Congresso de Haia referenciados por Lafargue, citado por Rodrigues (1980), *O Despertar Operário em Portugal*, p. 92.

⁴⁸ O jornal *O Trabalho*, órgão da Associação Protetora do Trabalho Nacional.

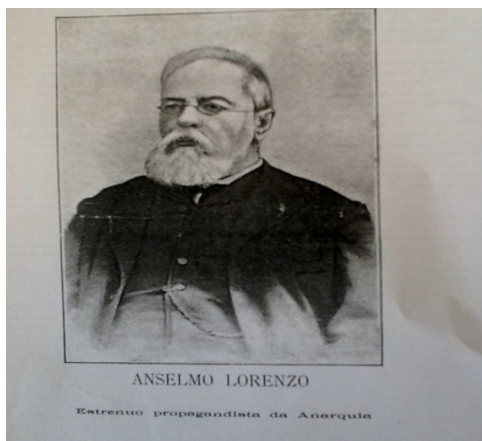
⁴⁹ Rodrigues (1980), *O Despertar Operário em Portugal*, p. 91.

Estava lançado o rumo de um socialismo bipolar em torno de um proletariado que inaugurava as primeiras associações organizadas.

É interessante sublinhar a volatilidade da consistência teórica onde se moviam os compromissos dos intelectuais que então haviam reunido com os Internacionalistas. Lafargue, numa carta dirigida a Engels, referia-se a Antero e a Fontana do seguinte modo: «*et ils sont très intelligents malgré leur proudhonisme*»⁵⁰. Com estes elementos, podemos afirmar que a tensão entre os dois modelos filosóficos emerge no percurso de alguns destes intelectuais, que permanecem impregnados de ideais revolucionários, independentemente da evolução doutrinal que cada um escolheu seguir.

Os encontros com a delegação da AIT marcam o início, mas também o fim, de uma época. Se por um lado tiveram um papel crucial para consubstanciar um *ethos* rebelde associado à geração de 70, também é sabido que se tratava de uma elite que se evidenciava na sua experiência intelectual. O autor de *O Despertar Operário em Portugal*, ao referir-se a alguns destes personagens, escreve: «Interferindo nas associações operárias a sua ajuda não ultrapassou o incentivo à instrução e cultura com vista a ganhar o apoio dos trabalhadores para fundar um Partido Operário do qual alguns pretendiam chegar ao poder.»⁵¹

Ao ponderar o contributo destes atores que integraram o pensamento e o debate político em Portugal no fim do século XIX, e ao que sabemos da sua singular história, interessa evitar uma leitura simplista: não sendo possível ignorar as ambivalências da atuação que protagonizaram, importa salientar que o despertar de consciências e o seu contributo para a instrução, mobilização, associação, rotura e a descontinuidade que provocaram, não são, em si, despicientes. Apesar de alguma ambivalência e fluidez ideológica, interessa relevar a importância dos contributos de Antero e Fontana, a quem o internacionalista Anselmo



Lorenzo se virá a referir, postumamente, do seguinte modo: «Daqueles dois jovens, mortos há já bastantes anos, conservo carinhosas recordações (...). Tenho ideia que os anarquistas portugueses inscrevem os nomes de Fontana e de Quental no catálogo dos bons.»⁵²

⁵⁰ Oliveira (1973), *O Socialismo em Portugal*, p. 151.

⁵¹ Rodrigues (1980) *O Despertar Operário em Portugal*, p. 95.

⁵² Lorenzo, Anselmo, em *A Sementeira* n.º 32, abril de 1911, p. 254.



No congresso de Haia, em 1872, a divergência entre os partidários de Marx e Bakunine originou uma cisão no denominado movimento operário, que intensifica, também em Portugal, o desenvolvimento de tendências com filosofias diferentes⁵³.

Na sequência deste congresso, em 1873, num período de greves, dá-se a fusão entre a Fraternidade Operária e a Associação Protetora, originando a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (ATRP). As influências dentro da ATRP suportam representantes afetos a distintos posicionamentos filosóficos, políticos e ideológicos. Não sendo fácil identificar as múltiplas assimetrias ideológicas, podem situar-se, dentro do «notável» grupo, pelo menos, as seguintes orientações: Eduardo Maia, pela anarquia; João Bonança, de tendência republicana; José Fontana, pela socialista⁵⁴. A ATRP funcionará como a antecâmara para a formação de uma outra força, ou seja, prepara o caminho para a constituição de um partido socialista que, na verdade, virá a nascer em 1875 impulsionado por José Fontana.

Em paralelo à emergência de um Partido Socialista começa a tomar forma o projeto republicano, que se apresenta como seu concorrente, assim se concretizando a transformação das tendências em novas forças políticas autonomizadas.

2.1.2 - Um puzzle ideológico - um partido, múltiplas orientações

Em 1877, na elaboração do primeiro programa do Partido Socialista Português, vislumbravam-se múltiplos traços do modelo interpretativo de Bakunine, nomeadamente na tomada de posição de Nobre França, redator do primeiro programa do PS. Segundo a opinião de César Oliveira, o seu discurso é de teor federativo e de apelo ao associativismo livre: «Não parece estar muito longe do projeto da geração de 70, nomeadamente do opúsculo de Antero sobre a AIT.»⁵⁵

Nas décadas de 70-80 foram integradas múltiplas associações de classe e cooperativas, minando o partido de territórios fraturantes, entre os adeptos de Bakunine e de Marx, o que, de uma ou outra forma, ia obrigando a mudanças estruturais no partido e até mesmo da sua nomenclatura: depois da dissolução da ATRP, o partido adotou o nome de Partido dos Operários Socialistas de Portugal (1878). Num curto espaço de tempo objetivaram-se

⁵³ A cisão deu-se no 5.º congresso realizado em Haia, em setembro de 1872, ver Préposiet (2007), *História do Anarquismo*, p. 96.

⁵⁴ Samis (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro...*, p. 64.

⁵⁵ Oliveira (1973), *O Socialismo em Portugal...*, p. 157.

propostas com horizontes antagónicos, por exemplo: no segundo congresso deliberou-se que «O partido deveria abster-se das lutas eleitorais»⁵⁶; pouco tempo depois, no III Congresso, os estatutos assinalavam o seu contrário e decidia-se por unanimidade que o partido nunca se deveria abster da luta eleitoral. Como sabemos, o fantasma do abstencionismo está sempre presente nas duas principais alas dentro do Partido Socialista. Desta forma estavam reunidas as condições para as inevitáveis roturas entre socialistas «autoritários» e os adeptos de Bakunine. Ao equacionar este período, Edgar Rodrigues sublinha: «Foi neste ano de 1878, em razão das resoluções políticas eleitorais, que “anarquistas e socialistas autoritários” tomam caminhos diferentes.»⁵⁷

As pressões de grupos com distinções ideológicas muito vincadas dentro de um mesmo organismo (POSP) revelam-se marcadas por uma tensão constante, as relações tornam-se difíceis, e paulatinamente foram-se determinando a autonomização ideológica nas respetivas associações de classe. «E é assim que, logo em 1885, a associação dos Ferreiros e Artes Correlativas, de Lisboa, alheia ao Partido Socialista e contra vontade deste, promove o 1.º Congresso das Associações de Classe, como que retomando a ação de 1872.»⁵⁸

Perto de 1900, o Partido Socialista não se mostrava uma força política relevante. Fragmentado no seu interior revela falta de estratégia política, e os movimentos associativos não se reviam nas posições expressas pelos seus discursos. Sobre este final de século, Ventura refere que se vão constituindo grupos transferidos do socialismo para o anarquismo: «O operariado de Lisboa, Porto, Coimbra e outros centros industriais vai pouco a pouco abandonando as tendências marxistas para se lançar no anarquismo. Convencido da improficuidade da tática parlamentar, repugna-lhe aceitar o socialismo autoritário.»⁵⁹ Segundo Cerezales, a partir de 1903, a corrente anarco-sindicalista assume a sua afirmação no seio do movimento operário, acabando por tornar-se uma força hegemónica até ao final de 1930⁶⁰. Assim se depreende um aumento expressivo dos adeptos do anarquismo neste período, muitos dos quais, mais tarde, viriam a integrar partidos políticos, entre eles o Partido Socialista.

⁵⁶ Sobre este assunto, consultar Oliveira (1973), *O Socialismo em Portugal...*, p. 158.

⁵⁷ «Apontamentos» de Adriano Botelho – Lisboa, Portugal citado por Rodrigues (1980), *O Despertar Operário em Portugal...*, p.98.

⁵⁸ Sousa, Manuel Joaquim (1972), *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, p. 49.

⁵⁹ Ventura, António (2000), *Anarquistas Republicanos e Socialistas...*, p. 87.

⁶⁰ Sobre este assunto, consultar Cerezales, Diego Palacios (2011), *Portugal à Coronhada - Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Tinta da China, p. 183.

2.1.3 - A Década de 80 - consolidação e ascensão dos Grupos Anarquistas

«O nosso desejo, o nosso fim, é implantar uma nova sociedade - a Anarquia - onde todos serão iguais, onde não haverá mais governos, pátrias, exércitos, religiões, onde a ciência predomine, onde a liberdade, a paz e o amor não sejam palavras vãs.» (Henrique Pinheiro) «Aos Operários» em *O Protesto*, Lisboa, 3 de outubro de 1908, Ano I, n.º 11, p. 4.⁶¹

Face a esta nova realidade, é compreensível que se apresente uma reflexão da estrutura concetual das teorias associadas aos diferentes tipos de racionalidades no socialismo. Como o objetivo deste trabalho é centrado no olhar dos libertários, e não num estudo comparativo das duas doutrinas, Socialismo vs. Anarquismo, vou recorrer a uma tradução do jornal *Guerra Social*, de 1908, e à teoria construída por Eliséé Reclus⁶², para ilustrar a identidade que distingue estas duas fações⁶³.

«Não é sem razão que universalmente somos designados pelo nome de *anarquistas*, palavra que, em última análise, tem uma significação negativa. Poder-nos-iam chamar *libertários* como muitos de nós se classificam ou ainda *harmonistas* em virtude do acordo livre de vontades que, conforme a nossa convicção, constituirá a sociedade futura: mas esses nomes não nos diferenciam bastante dos *outros socialistas*. É a luta contra todo o poder oficial o que nos distingue essencialmente.

Cada indivíduo é para nós o centro do universo, e cada um tem os mesmos direitos ao seu desenvolvimento integral, sem intervenção de um poder que o dirija, que o corrija, ou que o castigue.»⁶⁴

É com esta motivação que no ano de 1883, no Porto, em paralelo com a União Democrática Social, desponta um primeiro pequeno grupo de anarquistas⁶⁵. Mas só em 1887 este ideal se revela publicamente, através da formação de grupos (alguns dissidentes do Partido Socialista) como o Grupo Anarquista de Lisboa, «cujas sua declaração de princípios respondia melhor aos anseios da classe operária que queria respostas imediatas às suas reivindicações»⁶⁶. Um ano mais tarde surge o Grupo Anarquista Comunista do Porto (1888). No interior deste, nasce a

⁶¹ Henrique Pinheiro «Aos Operários» em *O Protesto*, Lisboa, 3 de outubro de 1908, Ano I, n.º 11, p. 4

⁶² Jean Jacques Élisée Reclus (Sainte-Foy-la-Grande, 15 de março de 1830 - Torhout, 4 de julho de 1905). Anarquista e geógrafo francês, aderiu à AIT e serviu a Guarda Nacional durante a Comuna, o que fez com que fosse deportado. Trabalhou com Bakunine na Federação do Jura. Professor na Universidade Livre de Bruxelas e depois na Universidade Nova de Bruxelas, escreveu numerosas obras científicas. Este anarquista foi o primeiro biografado da revista *A Sementeira* no seu 1º número, de setembro de 1908.

⁶³ Nesta fase, as designações de «anarquista», «libertário» ou «harmonista» são frequentemente consideradas equivalentes e usadas enquanto sinónimos, como refere o próprio Reclus. Por este motivo, durante esta dissertação, os termos serão considerados como equivalentes.

⁶⁴ Reclus, Eliséé, em *Guerra Social*, 28 de novembro de 1908, p. 1.

⁶⁵ Sousa, Manuel Joaquim (1972), *O Sindicalismo Em Portugal...*, p. 59.

⁶⁶ Seixas, Maria Augusta (2012) *As Operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*. Lisboa, UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta / Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, p. 17.

publicação semanal *A Revolução Social*⁶⁷ que pela sua relevância irá ter um importante papel na divulgação do ideal anarquista. Em Lamego, surge o grupo Os Vingadores⁶⁸, todos de orientação anarquista comunista.

Ventura apura entre os anos 1890 a 1895 a criação de 36 grupos de origem anarquista, sendo que o grande pico se regista entre os anos 1893 e 1895. Não será de ignorar que este período coincide justamente com a entrada dos libertários nas associações de classe. Salienta-se ainda a correlação desta energia anarquista com a presença do anarquista francês Elisée Reclus em Portugal. Esta visita despertou igualmente outras energias e novos horizontes ao meio libertário da época⁶⁹.

Pode dizer-se que esta fase de ascensão do anarquismo foi fortemente sancionada pela lei de 13 de fevereiro de 1896⁷⁰ (Lei dos anarquistas), do governo de João Franco, que previa a deportação de agitadores e anarquistas para África e Timor. Perante um Portugal que transbordava instabilidade e crise, esta exclusão veio determinar e intensificar a adesão à lógica bakuniniana, kropotkiniana⁷¹, entre outras, salientando-se a coexistência de várias tendências dentro da doutrina anarquista. Esta lei justificou detenções pelo menos até junho de 1911. Segundo *A Sementeira*, o último anarquista deportado ao abrigo desta lei chegou a Lisboa apenas em 1911: «Chegou a Lisboa o camarada Raymundo dos Santos, o último que a

⁶⁷ *A Revolução Social*, Publicação Semanal – Órgão Comunista Anarchista – Porto, 1888. Foram publicados 13 números. Redação e Administração (sem nome de editor só morada), Rua de S. Sebastião, 16-2.º - custo 10 réis. O responsável por este jornal era o caixeiro João António Cardoso. Segundo Samis, «este jornal era, em alguma medida, uma versão portuguesa do *Le Révolté*, um hebdomadário anarquista-comunista dirigido por Kropotkine e Reclus» Samis (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro...*, pp. 120-121.

⁶⁸ Carlos da Fonseca, *Introdução*, J. M. Gonçalves Viana, *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 32 citado por Samis (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro ...*, p. 121.

⁶⁹ Em abril 1886, Reclus esteve nas cidades de Lisboa e Porto. Podemos ler num folheto publicado 1915 com o título *Figuras do Social - Eliseu Reclus*: «Em Lisboa encontrou-se com João António Cardoso, um dos anarquistas da época; e - diz-se - não foi sem importância para a propaganda (propaganda dos revolucionários) o encontro» *Figuras do Social - o Germinal* 1915: p. 11, citado em Ventura (2000) *Anarquistas Republicanos E Socialistas ...*, p. 85 e p. 253.

⁷⁰ Lei de 13 de fevereiro de 1896, «Art. 1.º – Aquele que por discursos ou palavras proferidas publicamente, por escrito de qualquer modo publicado, ou por qualquer outro meio de publicação, defender, aplaudir, aconselhar ou provocar, embora a provocação não surta efeito, atos subversivos, quer da existência da ordem social, quer da segurança das pessoas ou da propriedade, e bem assim o que professar doutrinas de anarquismo conducentes à prática desses atos, será condenado em prisão correccional até seis meses, e, cumprida esta, será entregue ao governo, que lhe dará o destino a que se refere o Art. 10.º da Lei de 21 de abril de 1892 (envio para Timor), ficando sujeito à vigilância e fiscalização das autoridades competentes, e o seu regresso ao reino dependente de despacho do governo, depois de feita a justificação indicada no Art. 13.º da mesma Lei.

Art. 4.º – A imprensa não poderá ocupar-se de factos ou atentados de anarquistas nem dar notícias das diligências, inquéritos policiais e dos debates que houver no julgamento do processo instaurado contra anarquistas.», Edgar Rodrigues, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Ed. Assírio & Alvim, 1977, pp. 117-118, citado em Dissertação de Mestrado de Gomes, Amélia de Castro (2005) *A Educação Libertária Segundo Aurélio Quintanilha*, Braga, Universidade do Minho.

⁷¹ «No plano das ideias, o anarquismo chegou a Portugal na sua pluralidade de formações, mas de um modo desigual (...) Bakunine com o seu coletivismo e Kropotkine com o seu comunismo eram os que mais seguidores tinham», Ventura (2000), *Anarquistas Republicanos e Socialistas...*, p. 85.

lei de 13 de fevereiro retinha em Timor (...). Que triste nos pareceu (...), com os primeiros cabelos brancos e os primeiros achaques de velhice próxima.»⁷²

Ainda neste período, segundo Filomena Mónica, o território fechado do regime vigente e em particular a decisão tomada pelo então presidente do conselho Hintze Ribeiro, em 1895, de expulsar do corpo eleitoral os analfabetos que constituíam cerca de 80% dos portugueses, lançou os operários nos braços dos anarquistas⁷³.

As dinâmicas económicas e sociais que ocorrem nesta época significaram pobreza e fortes privações; o fluxo de ideias vindas de toda a Europa incrementou um novo vigor nas crenças ou convicções filosóficas, onde a presença e o pensamento do indivíduo tomava parte ativa. Estávamos perante uma combinação de mudança e transformação do tecido social e cultural, com acentuadas contradições sociais e culturais.

Podemos, então, concluir que os trabalhadores situavam-se perante outras trajetórias com diferentes pressões, outros conflitos e simultaneamente com alteração de estilos de vida com contornos e constrangimentos diferentes.

Na procura de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, e a par da difusão ideológica, dava-se atenção ao ensino e à cultura (criação de escolas, bibliotecas, associações). Uma das principais incumbências dos coletivos associações de classe, coletividades e, mais tarde, sindicatos, seria difundir a cultura, nascendo, assim na época, uma atividade importante de edição de textos, traduções de obras e discussões nos meios do operariado⁷⁴, que seguindo o seu pensamento seriam, sem dúvida, instrumentos decisivos e determinantes para a orientação das organizações libertárias. Segundo Neno Vasco,⁷⁵ «O poder económico-político das classes dominantes assenta igualmente na ignorância, desorganização e apatia das massas (...). Para manter este estado de coisas, os dominadores têm o monopólio efetivo dos meios de comunicação, divulgação e de ensino».⁷⁶

Considerando esta realidade, a doutrina anarquista afirmava que definir e consolidar a sua produção ideológica passava sobretudo por promover a educação e a mobilização (ação

⁷² *A Sementeira*, n.º 34 junho de 1911, p. 276.

⁷³ Sobre este assunto, consultar, *Almanaque de A Batalha*, (Prefácio de Maria Filomena Mónica), (1987), Lisboa Edições Rolim p. XIII.

⁷⁴ Vasco, Neno (1984), *Concepção Anarquista do Sindicalismo* (Estudo introdutório de João Freire), Porto. Edições Afrontamento, p. 20.

⁷⁵ Neno Vasco, pseudónimo de Gregório Nazienzeno Moreira de Queirós Vasconcelos (1878-1920) de ideologia libertária, ativista, escreveu para imprensa: *A Sementeira*, *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, entre outros.

⁷⁶ Vasco (1984), *Concepção Anarquista do Sindicalismo...*, p. 55.

organizada) como motor da mudança social. Só desta forma poderiam enfrentar os problemas sociais em toda a sua extensão.

Seguindo o pensamento dos anarquistas do início do século XX, para fazer circular esta filosofia doutrinária na construção de um «todo» seria necessário recorrer a modos de divulgação e ação fora das instituições tradicionais do poder instituído: discursos em comícios e conferências (onde manifestam indignação e revolta contra a dominação); criação de associações (associações de classe, sindicatos); criação de escolas livres, de Grupos de Teatro Social, que serviam como veículo de desenvolvimento vocal, adestrava militantes para o diálogo e funcionavam como divertimento para as famílias⁷⁷; bibliotecas e leituras em voz alta para os que não sabiam ler. Através de publicações militantes amplificaram o seu discurso na imprensa (folhetos, jornais e revistas), com traduções de conteúdos que ultrapassaram as fronteiras nacionais. Muitas destas iniciativas eram difundidas e incentivadas através dos jornais, como é o exemplo do título «A Nossa Mesa de leitura», em que se comunicava aos leitores: «Os jornais e revistas de que recebamos permuta, e os folhetos e livros que nos forem oferecidos serão muito em breve postos à leitura de toda a gente»⁷⁸, ou ainda «é fundado no Porto uma agremiação operária (...), Grupo de Instrução Gente Nova [este grupo tem como finalidade o] estudo e propaganda das doutrinas científicas e sociológicas da Anarquia, por meio de conferências, folhetos manifestos, jornais folhas soltas, tanto no campo como na cidade. Criámos uma biblioteca em harmonia com o estado financeiro do cofre do grupo»⁷⁹. A título de exemplo, salientamos alguns espaços criados para o ensino e divulgação de obras direcionadas para o meio operário: Biblioteca dos trabalhadores dos Grupos Comunistas - Anarquistas (1887); Biblioteca do Grupo Anarquista Revolução Social (1892); Biblioteca Emancipadora dos Estudos Sociológicos (1897); Grupo de Escola Livre (1906), (Objetivo de fundar escolas); Grupo Dramático e Escolar Os Combatentes (1906); Tuna Amor e Liberdade – Conjunto Musical e de Cultura Libertária (1911)⁸⁰.

2.2 Mulheres na História

2.2.1 De quem fala a História?

⁷⁷ Rodrigues (1981), *Os Anarquistas e os Sindicalistas...*, p. 265.

⁷⁸ *O Protesto*, 1 de agosto, 1908, p. 4.

⁷⁹ *A Aurora*, Porto, 2 de abril, 1911, p. 4.

⁸⁰ Rodrigues, Edgar (1980). *O Despertar Operário em Portugal...*, pp. 247-289.

«As mulheres são o proletariado do proletariado [visto que] o homem mais oprimido pode oprimir um ser humano, a sua mulher.» - Flora Tristan⁸¹

Com o objetivo de dar resposta à questão deste ponto, considero fundamental ir ao encontro de um *sujeito* representativo e reconhecido na abordagem das práticas e representações políticas na história do movimento operário.

Em Portugal, no início do século XX, como assinala Miriam Halpern Pereira, a «desagregação da estrutura agrária expulsa os agricultores do campo para a cidade»⁸². Este trajeto conduz muitos homens e mulheres para o trabalho fabril. Esta realidade vai gradualmente acentuar a entrada das mulheres em atividades como o trabalho industrial. No entanto, a memória social e da luta do movimento operário centram-se na imagem do homem, o que, aliás, não será de estranhar, pois as fontes não são mais que a voz de quem as produz, o que à época significava sobretudo o olhar de quem estava no topo da pirâmide social⁸³. A história do movimento operário reproduz os silêncios eternizados numa sociedade com diferentes níveis de poder, entre eles o poder de um género.

Sabe-se da participação do operariado feminino em greves e movimentos sociais diversos. Como assinala Maria Augusta Seixas, «se lermos atentamente cada pequena notícia laboral, desse passado (...), ainda, vemos que as mulheres operárias estiveram sempre presentes pela sua ação»⁸⁴. Apesar disso, estas mulheres parecem fazer parte de uma sociedade invisível que, salvo raras exceções, ficaram hermeticamente fechadas num ponto da história que não foi contada. Parece nunca terem sido reunidas as condições sociais para lhes ser concedida a importância que a história, mesmo a do associativismo, concede à personagem masculina.

Sobre o Associativismo, se analisarmos a situação na Europa nos primórdios da industrialização, percebe-se que, regra geral, e apesar de terem sido constituídas associações sindicais organizadas por mulheres, estas se movimentam num terreno pouco fértil e profundamente sexista. Como podemos ler num estudo realizado por Alves e Gama: «Rapidamente emergiu no movimento sindical uma atitude sexista. (...) Esta atitude em breve se tornou dominante, ao ser transversal a correntes sindicais tão díspares quanto as

⁸¹ Gouges, de Olimpe, Mary Robinson e outros (2002), *Direitos da Mulher e da Cidadã*, Lisboa, Ela por Ela, p. 44.

⁸² Pereira, Miriam Halpern (1994), *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, p.183.

⁸³ «O problema das fontes coloca-se de forma dramática, quando se querem ouvir as vozes dos desfavorecidos e dos marginalizados. O documento escrito apenas permite uma visão de cima para baixo. Como compreender os que ao longo dos séculos não escreveram» Pereira, Miriam Halpern (2012), *Do Estado Liberal ao Estado Providência: um século em Portugal*, São Paulo, edições Edusc.

⁸⁴ Seixas, Maria Augusta (2012) *As Operárias de Alcântara...*, p. 19.

influenciadas por Proudhon».⁸⁵ Talvez por esse motivo, quando analisamos obras dos diferentes momentos do associativismo, vemos representações com especial destaque para uma personagem masculina.

Nas palavras de Edgar Rodrigues: «Não é demais dizer-se que do movimento libertário, da evolução e crescimento do sindicalismo, do sucesso da luta de classe e de tudo que de positivo resultou em benefício da humanidade, uma boa parcela pertence à mulher, a grande esquecida, a heroína anónima».⁸⁶ Encontramos, pois, neste primeiro momento, dois grandes grupos de atores na História do movimento operário: as mulheres e os homens. Mas concluímos que no discurso histórico o grande soberano é o homem.

2.2.2 Burguesas e Operárias - Igualdade de género e distinção de classe

Ao tentar dar um corpo e um género aos atores do período em estudo, prospetando papéis sociais de género, as mulheres que encontrei na «fotografia» disponível da história são, predominantemente, as que pertenceram a uma elite burguesa, republicana, culta e feminista⁸⁷. Estamos, portanto, a referir uma pequena minoria que se mobilizou em organizações e associações de natureza mais ou menos feminista, sobretudo associada a uma determinada orientação política.

Estas mulheres, unidas por laços constitutivos de pertença de classe, inserem-se em sectores sociais instruídos e com poder para expressar as suas ideias através de publicações próprias, dirigidas por um compromisso intelectual em torno de determinadas causas, como o sufrágio universal e a educação.

Zília Osório de Castro, referindo-se a este aspeto, assinala que «o movimento de emancipação feminina começou (...) na segunda metade do século XIX com algumas mulheres instruídas e cultas (...). Na viragem do século foram muitas as escritoras e professoras que combateram os preconceitos sociais que perpetuavam as desigualdades entre

⁸⁵ Alves, Paulo e Olinda Gama (2013), «A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal», I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Lisboa, 13 a 15 de março de 2013, p. 3.

⁸⁶ Rodrigues (1981), *Os Anarquistas e os Sindicalistas...*, p. 197.

⁸⁷ As teorias feministas dividem-se no seu interior em várias tendências, não deixando de se concentrar em focos comuns sobre questões centrais. Segundo Mary Nash, o termo feminista emergiu pela primeira vez na história em França nos finais do século XIX. Ainda que a sua origem não seja clara, este termo é geralmente associado à feminista francesa Hubertine Auclert. Fundadora da primeira sociedade francesa de sufrágio feminino, «esta ativista assumiu-se como feminista, denunciou a opressão específica das mulheres e propôs uma luta feminista coletiva, independentemente dos partidos políticos», Nash, Mary (2005), *As Mulheres no Mundo – História, desafios e movimentos*, V. N. de Gaia, Editora Ausência, p. 63.

homens e mulheres».⁸⁸ Seguindo a mesma ótica, Alice Samara escreve: «A mulher burguesa pugnava pelo direito à entrada no mundo do trabalho, sobretudo no campo liberal e intelectual.»⁸⁹ O movimento feminista de origem burguesa fazia-se representar por uma elite, influenciada e progressivamente fortalecida por grupos internacionais, sendo que uma das grandes missões visava garantir o pleno direito perante a lei. Porém, este direito poderia ser por si só discriminatório, uma vez que perpetuava a diferença entre as letradas e as analfabetas, como no caso do sufrágio. Em consonância com o grupo a que pertenciam, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, no ano de 1910, expressa numa petição ao recente governo o pedido de direito de voto para a mulher comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico, literário ou escritora⁹⁰.

Para Regina T. Silva, este é um movimento moderado, nunca declaradamente perturbador nem violento, mas sempre alerta para a discriminação da mulher, quer em termos legais, quer sociais e culturais. Na opinião das mulheres que representavam este movimento, o atraso na instrução era a principal causa de discriminação social⁹¹. Na perspectiva de Fátima Mariano, as feministas de proveniência burguesa desenvolvem mecanismos de luta por vias mais alinhadas, ou seja, através da publicação de textos na imprensa, da realização de ações de esclarecimento (na maioria das vezes para audiências restritas), beneficiando da possibilidade de se fazerem representar no Governo. Com dinâmicas sociais diferentes, algumas destas mulheres, ligadas ideologicamente ao governo republicano, não viam benefício em formas de luta como a greve. Segundo a autora: «Em Março de 1911 as operárias das fábricas de conserva de Setúbal promoveram uma greve contra a exploração a que estavam sujeitas (...), uma atitude que mereceu fortes críticas por parte de uma das mais acérrimas defensoras dos direitos das mulheres, Ana de Castro Osório. Argumentava (...) que a greve era “extemporânea e injusta” (...). Estas palavras caíram mal entre as operárias, que prontamente acusaram Ana de Castro Osório de estar mais preocupada com os interesses do capital»⁹². Ainda sobre a mesma greve, (e fazendo uso do acesso que tinha à imprensa), Ana de Castro Osório, em resposta a Martins dos Santos, redator do jornal *O Germinal*, apoiante da greve, escreve, reforçando a ideia da sua repulsa pela greve: «Lançar neste momento

⁸⁸ Castro, Zília Osório de, e outros (coord.) (2011), *Mulheres na I República...*, p. 14.

⁸⁹ Samara, Maria Alice (2007), *Operárias e Burguesas – As Mulheres no tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 80.

⁹⁰ Souza, Maria Reynolds de (2006), *A concessão de voto às portuguesas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Coleção Fio de Ariana, 3, p. 11.

⁹¹ Sobre este assunto, ver, Silva, M. Regina Tavares da (1983), «Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras no início do século XX», *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), pp. 875-907.

⁹² Mariano, Fátima (2011), *As Mulheres e a I República*, Casal de Cambra, Editora Caleidoscópio, p. 137.

operariado (...) numa greve é um crime, Sr. Martins dos Santos, um verdadeiro crime de que felizmente o senhor está ilibado, porque não é dirigente de classe nem promotor de greves (...), embora alto e publicamente condene a minha atitude de verdadeiro protesto quanto ao absurdo da presente [greve].»⁹³

O conceito de igualdade das feministas passava, segundo Samara, pela igualdade de direito ao acesso a determinadas profissões liberais que, de modo geral, era uma luta contra a teoria da «inferioridade mental», ou seja, contra um sistema preconceituoso de uma sociedade em larga medida dominada por homens. Nas palavras da própria autora: «A mulher burguesa pugnava pelo direito à entrada no mundo do trabalho, sobretudo no campo liberal e intelectual, tentando provar que não eram verdadeiras as teorias que as remetiam para a menoridade.»⁹⁴

Fruto de múltiplos filtros educacionais e, na sua maioria, provenientes de uma classe economicamente dominante, estas mulheres pertencentes a uma elite faziam emergir nas suas atitudes, muitas vezes, o construto sociocultural de que eram provenientes. Desta forma, podemos observar em destacadas personalidades defensoras dos direitos das mulheres a reprodução de discursos condizentes com a sua socialização, independentemente das propostas que defendiam. Para exemplificar o que acabei de expor recorrerei ao que Samara escreve sobre Angelina Vidal⁹⁵, uma das mulheres que se distinguiu no exercício da defesa dos direitos pela igualdade de género e se evidenciou também pela sua proximidade e intervenção no meio operário. Não deixa de ser um discurso bem demonstrativo de uma certa pré-construção mental. «No prefácio que faz à pequena brochura *O Conselheiro da Mulher*, Angelina Vidal tece algumas considerações sobre o matrimónio. Reconhece que a mulher deve trabalhar para agradar ao marido, fazer-se adorar e respeitar por ele. Faz, contudo, algumas advertências: “A mulher recém-casada não deve ser uma ‘boneca’ da moda, deve primar pela simplicidade”.»⁹⁶

Será que podemos ver expressa nestas palavras uma atitude associada a uma relação (entre géneros) de inferioridade consentida?

⁹³ Osório, Anna de Castro (1911), «As Operárias das Fábricas de Setúbal e a Greve - Resposta de Anna de Castro Osório ao *Germinál*», Setúbal, Editora Sociedade Proprietária do jornal *O Radical*.

⁹⁴ Samara (2007), *Operárias e Burguesas...*, p. 80.

⁹⁵ «Presume-se que Angelina Vidal (...) terá frequentado um colégio de religiosas, algumas noções da língua, história e literatura (...); o indispensável francês (...) – o francês e o piano - que a ajudarão a juntar, vida fora, mais alguns vinténs (...) Aos 19 anos casou com o Dr. Luís Augusto de Campos Vidal.(...) Livre Pensadora.» Castro, Zília Osório de e João Esteves (dir.) (2005), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 114.

⁹⁶ Samara (2007), *Operárias e Burguesas...*, pp. 84-87.

Não se pretende neste trabalho fazer uma análise simplista de alguns movimentos de luta pelos direitos das mulheres que, apesar de mais ou menos integradas numa elite social, se bateram pela igualdade de género; nem tão pouco minimizar, ou pôr em causa, o gérmen pioneiro e lutador, ou os laços de solidariedade de género destas mulheres. Contudo, verificamos em algumas das suas atitudes que, apesar de esta ser uma luta em busca da igualdade, assumem a reivindicação de um «poder simbólico» «inerente» à sua condição cultural e social, privilegiando as relações de classe face à igualdade de direitos de género. Por exemplo, no Congresso Nacional do Livre Pensamento, de abril de 1908, uma das teses apresentadas, referindo-se à questão do sufrágio, afirma: «Não se compreendendo por que motivo podem usar desse direito [direito de votar] todos os homens, embora ignorantes, e ele seja recusado a mulheres de reconhecida capacidade intelectual.»⁹⁷ O posicionamento deste discurso «aparenta» traduzir uma reivindicação com algumas referências contraditórias, pois os direitos afirmam-se através de um estatuto escolar. Polariza (inclui ou exclui) os direitos segundo a «capacidade intelectual adquirida» e não no indivíduo como cidadão, ou seja, fundamentam a sua reivindicação no privilégio de ter um título escolar.

Pierre Bourdieu, quando situa a consagração da cultura enquanto símbolo de poder no quadro das práticas simbólicas das relações de classe, onde inclusão de género e exclusão social se combinam na produção de um efeito perverso não socialmente neutro, faz referência ao que nas suas palavras será o «racismo da inteligência», ou seja, a argumentação (dos próprios) para a sua condição hierarquicamente privilegiada se relacionar com a posse de um título escolar.

«O racismo da inteligência é alguma coisa por meio da qual os dominantes visam produzir uma “teodiceia do seu próprio privilégio”, como diz Weber, quer dizer uma justificação da ordem social que dominam. É qualquer coisa que faz com que os dominantes se sintam justificados na sua existência enquanto dominantes; como se sintam de *uma essência superior* (...) é a forma sociodiceia característica de uma classe dominante cujo poder assenta em parte numa posse de títulos, que como os títulos escolares, são considerados garantias de inteligência (...) [discursos que] dominam uma sociedade fundada numa discriminação à base da “inteligência” (...) fundada naquilo que o sistema escolar mede sob o nome de inteligência.»⁹⁸

Sobressai muitas vezes nos discursos de apelo à igualdade de género que a importância fundamental para essa igualdade recai sobretudo na pertença à mesma «família» social, que parece constituir por si só um poder e um direito. Por exemplo, em 1915 a Associação de

⁹⁷ Referência recolhida em Esteves, João (2011), «Feminismo, Feminismos e Sufragismo na I República», em Castro, e outros (coord.) (2011), *Mulheres na I República...*, p. 29.

⁹⁸ Bourdieu, Pierre (1984), *Questões de Sociologia*, Lisboa, Edições Fim de Século, pp. 278-279.

Propaganda Feminista apresenta ao governo e ao Parlamento um pedido de concessão «de voto às mulheres diplomadas em cursos superiores»⁹⁹. Noutra passagem, de 1918, numa proposta da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, também, sobre a inclusão na Constituição do direito ao voto feminino, propunha-se que este abrangesse:

«Toda a mulher nascida no território nacional, maior de 25 anos, de reputação ilibada, que saiba ler, ou que tendo mais de 21, nas mesmas condições, possua qualquer dos cursos secundário ou superior (e aquela que), também de maior idade pelo Código Civil e no pleno uso dos direitos que este lhe reconhece, possua rendimento próprio, sem dependência do Estado, nunca inferior a seiscentos escudos anuais» (19/6/1918 – LRMP).¹⁰⁰

As reivindicações feministas de algumas destas mulheres sublinham, ampliam e direccionam claramente alguns factos mais visíveis que sobressaem das relações de poder de classe e de género, onde sem dúvida a base para essa igualdade recai na existência de condições sociais e económicas privilegiadas. Isso leva-me a perguntar se as questões de género não estarão muito interligadas com as questões de classe. Ou, ainda, se as diferentes classes e tendências político-filosóficas, tendo realidades dissemelhantes, constroem olhares diferentes.

As classes com baixo poder económico existem num outro espaço social. As mulheres que pertenciam a esta classe confrontavam-se necessariamente com privações de índole muito diversas, desde os recursos económicos aos socioculturais. Destituídas de «poderes» - capital simbólico - socialmente reconhecidos, como os títulos escolares, profissionais ou nobiliárquicos, incorporaram outras formas de experiência e, naturalmente, um outro discurso. Estas mulheres movem-se por entre múltiplas instituições e coerções, nomeadamente a subordinação na família; a subordinação na fábrica; baixos salários; elevado número de horas de trabalho; vítimas de situações de miséria; «eliminadas» por discursos do género dominante (masculino). Com percursos de vida muito diferentes das elites, as suas reivindicações teriam de ser de natureza diferente. Muitas delas participavam em greves e contestação de rua; como consequência, muitas destas mulheres foram detidas. Tal como destaca Edgar Rodrigues sobre o surto de greves em 1910: «A Delegação foi presa (...), e a Casa Sindical, que se encontrava cercada por forças militares compreendendo artilharia, foi mandada evacuar, sendo presos todos os seus ocupantes: 700 a 800 pessoas, das quais uma vintena do sexo feminino.»¹⁰¹ Pode dar-se ainda o exemplo, descrito pelo jornal *O Protesto*, quando num texto assinado por Pedro Botelho, com o título de «Luta Social», o autor relata um episódio de luta

⁹⁹ Souza, Maria Reynolds de (2006), *A Concessão de Voto às Portuguesas...*, p. 13.

¹⁰⁰ Referência recolhida em Esteves, João (2011), «Feminismo, Feminismos e Sufragismo na Iª República», em Castro, e outros (coord.), (2011), *Mulheres na I República...*, p. 30.

¹⁰¹ Rodrigues (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos...*, p. 108.

conjunta de mulheres e homens trabalhadores. Entre outros aspetos refere que homens e mulheres da fábrica de cortiça Symington & C^a estão revoltados e em luta pelas injustiças a que se acham sujeitos:

«Esse antagonismo de classe manifesta-se constantemente, e muito claramente nas greves, como atualmente em Cacilhas, onde continuam em greve os operários e operárias da fábrica de cortiça Symington & C^a, justamente revoltados contra as prepotências dos industriais. Estes, além da reclamação da força militar para guardar a fábrica e proteger um embarque de cortiça em pranchas, tentaram vencer os grevistas, forçando um encarregado e um guarda portão a impor às suas filhas também grevistas, quebrar o acordo com os seus irmãos de miséria, imposição que é a maior das indignidades.

Muito naturalmente os grevistas opuseram-se a que se cumprisse a vontade do patronato e então a tropa tratou de ir buscar as protegidas pelas espingardas, as desgraçadas que a inconsciência dos pais, ameaçados de perder o pão, conseguira aliciar para furar a greve.

As outras operárias protestaram e da tropa partiu o desafio escarnido que fossem arrancá-las, se eram capazes.

Uma mulher animosa, aceita energicamente o desafio da soldadesca estúpida e brutal, e arranca dentre a força armada de sabre, uma das desgraçadas que seguia para a fábrica em obediência ao pai. Outras operárias correm em auxílio da sua colega, e então os valentes militares espancam-nas feroz e cobardemente.»¹⁰²

Neste relato podemos encontrar o testemunho da intervenção tanto de homens como de mulheres nas lutas pelos direitos laborais.

Estas mulheres, apesar de compartilharem aspetos comuns relativos à sua condição de género, poucas vezes se associaram ao movimento feminista de origem burguesa. Como salienta Fátima Mariano: «O movimento operário feminino nunca se associou ao movimento feminista de carácter burguês. Ambos tinham as suas próprias associações e os seus próprios métodos reivindicativos.»¹⁰³ A diferença social estaria na base de interesses dissemelhantes. Assim, as mulheres trabalhadoras dos grupos populares, na tentativa de mudar a sua realidade social, recorriam a estratégias diferentes para atingir e defender os seus objetivos.

Quanto à possibilidade de o sufrágio se tornar extensivo às mulheres, para as operárias poderia mesmo parecer como pouco relevante. A sua libertação não se poderia reduzir à participação eleitoral, como acontecia no projeto das feministas de origem burguesa. Esta ideia é realçada nas posições libertárias, como podemos ler num artigo escrito por Jean Grave, no jornal *O Protesto*: «A mulher proletária, assim como o trabalhador, só pode emancipar-se

¹⁰² Pedro Botelho em «Luta Social», *O Protesto*, 13 de março de 1909, n.º 22, p. 1.

¹⁰³ Mariano, Fátima (2011), *As Mulheres e a I República...*, p.137.

pela revolução social. Aqueles que fazem esperar a sua emancipação na atual sociedade enganam-na declaradamente.»¹⁰⁴

A condição de classe constituiu um fator distintivo da luta de mulheres contra a discriminação de género; estamos perante grupos que refletem as suas próprias aprendizagens sociais e que, por essa razão, refletem um conjunto de comportamentos com valores e interesses distintos.

A historiadora Mary Nash, no livro *As Mulheres no Mundo*, escreve:

«O movimento operário organizado nas suas distintas correntes, socialista, anarquista e mais tarde comunista, renunciou ao movimento feminista, o qual considerava burguês e, exclusivamente, defensor dos direitos das mulheres das classes médias. Tanto no século XIX como nas primeiras décadas do século XX, o movimento operário fez uma crítica muito dura ao feminismo burguês.»¹⁰⁵

Considerando o resultado das várias perspetivas aqui descritas podemos assumir que «o movimento operário» privilegiava, em certas situações, a emancipação de classe à emancipação de género. As mulheres trabalhadoras muito possivelmente não colocavam como prioridade a existência de uma organização em que o principal enfoque fosse o de serem mulheres, pois, para muitas delas, do processo «revolucionário da luta de classes», associado a uma revolução de costumes, emergiria definitivamente a emancipação das mulheres, enquanto *identidade* independente do género.

Em paralelo com o feminismo burguês, manifestava-se desta forma uma outra força social, que não se absteve de determinar uma luta que as conduzia à sua independência e à construção de um outro indivíduo político e socialmente ativo.

Sem querer insistir num duplo corpo social, representado nesta dicotomia de movimentos, talvez possa concluir que estamos perante duas lutas - embora com pontos convergentes - que se distinguem por olhares instalados em patamares com capitais económicos e culturais com diferentes níveis.

«O feminismo burguês entendia-se como a exposição consciente por parte da mulher burguesa da sua desigualdade, a qual defendia a sua igualdade no campo político, legal e económico dentro do contexto da sociedade burguesa. Pelo contrário, o feminismo operário definia-se pela luta pela igualdade entre homens e mulheres no contexto de um sistema social distinto, de

¹⁰⁴ Jean Grave em *O Protesto*, Ano I, n.º 3, p. 3 Lisboa, 8 de agosto de 1908 (2.ª edição).

¹⁰⁵ Nash, Mary (2005) *As Mulheres no Mundo...*, p. 90.

uma sociedade sem classes, segundo as diferentes modalidades do operariado: socialismo, anarquismo e comunismo.»¹⁰⁶

Em ambos os campos, burguês e operário, não podemos ignorar a manifesta luta pela igualdade de género. Assim, estamos perante lutas que se cruzam e que, na sua essência, convergem em muitos aspetos, apesar de noutros aspetos corporizarem uma dupla representação de emancipação. As diferenças de conceito de emancipação decorrem de representações, fruto das múltiplas realidades da própria vida de mulheres de diferente condição social. Podemos interpretar que, nesta questão, se desenvolvem princípios que fazem emergir estratégias de luta enquadradas em modelos de reconhecimento com significados plurais.

A luta pelo reconhecimento da igualdade de género continuou a desenvolver-se de diferentes formas nas sociedades contemporâneas, nos mais diferentes contextos, embora, como já vimos, condicionada pelos espaços sociais próprios e pelos seus múltiplos prismas teóricos.

2.2.3 - Mulheres de vanguarda como pano de fundo - luta para igualdade

«Talvez alguns digam que eu também era “livre” na situação de escravo, “intrinsecamente” ou “interiormente” livre. Mas “intrinsecamente livre” não é o mesmo que “realmente livre”, e “interiormente” não significa também “exteriormente”. Mas eu era eu próprio, *meu próprio*, completamente, por dentro e por fora.» Max Stirner¹⁰⁷

As mulheres com mais referências escritas na História, nas ações políticas e culturais na época em estudo são, como seria de esperar, na sua maioria, as que detinham algum capital escolar e usufruíam de relativa independência económica. Ao investigar a ação de mulheres que se afirmaram como referências na promoção de uma sociedade mais igualitária, é sobretudo neste espaço social que acabamos por incidir.

No campo republicano, várias mulheres se destacaram na defesa dos ideais feministas. Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911), médica, professora universitária, ativista republicana, feminista e sufragista, foi a primeira mulher votante; Maria Veleza (1871-1955), professora, escritora, feminista, defensora da causa republicana, adepta do voto para todos, independentemente do capital intelectual adquirido, defendia: «(...) que a emancipação económica das mulheres era muito mais importante que o alargamento do sufrágio

¹⁰⁶ Nash, 1981, citado por Nash, Mary (2005), *As Mulheres no Mundo...*, p. 66.

¹⁰⁷ Stirner, Max (2004-1844), *O Único e a Sua Propriedade*, Lisboa, Antígona, p. 129.

universal.»¹⁰⁸; Adelaide Cabete (1867-1935), médica e humanista, feminista, republicana maçónica (na Loja Maçónica Unidade do Grande Oriente Lusitano assume o interessante nome da libertária Louise Michel)¹⁰⁹; Angelina Vidal (1853-1917), professora e jornalista, destacou-se particularmente pela defesa dos direitos das mulheres operárias; Ana de Castro Osório (1872- 1935), escritora republicana e feminista.

Todas estas mulheres tiveram grande importância na luta pelos direitos da mulher. Contudo, numa perspectiva complementar ao trabalho que me proponho realizar, darei prioridade à ação de mulheres cuja linha de pensamento está intimamente relacionada com a filosofia anarquista.

2.2.3.1 As mulheres que abraçaram a filosofia anarquista em Portugal

«E nesta comunhão de optimismo não escapava a mulher, a companheira de todas as horas, a maior responsável pela sociedade futura, a fazer parte de um todo deformado ao longo dos séculos. (...) Tocado profundamente pelos acontecimentos sociais, ao anarquista não passou despercebida a importância da mulher (...) E não se diga que o apoio da companheira, ainda que anonimamente prestado, quase sempre, não foi importante para o movimento anarquista em geral e para os militantes em particular.» Edgar Rodrigues¹¹⁰

No sentido de clarificar e perceber o sujeito que emerge em si, a mulher¹¹¹, procurou-se informação sobre algumas das mulheres que figuram na galeria das personagens da anarquia. Mulher que irá ser «(re)construída» pelo olhar dos que, através das publicações de tendência anarquista, «disseram» expandir uma doutrina de igualdade.

No seguimento desta perspectiva, apuram-se nomes de mulheres que, de uma ou outra forma, assinalaram a sua passagem pelo ideal libertário. Sublinho, no entanto, que no despertar da consciência política das mulheres que lutaram pela igualdade de géneros por vezes torna-se difícil traçar uma linha de demarcação que autonomize claramente as libertárias das republicanas. Embora com posições teóricas distintas, aparentemente contraditórias, libertárias e republicanas fundem muitas vezes os seus argumentos e vemo-las aliadas numa colaboração dinâmica, apoiando, divulgando e organizando atividades comuns na procura de uma transformação social. Uniam-se em torno de áreas que consideravam motores fundamentais de progresso num sentido emancipador da sociedade como a laicização, a instrução e a educação, a reorganização do sistema escolar. A ilustrar contornos

¹⁰⁸ Sobre este assunto, consultar Carrapato, Júlio (2011), *O Regicídio, o 5 de Outubro e a I República Portuguesa*, Faro, Edições Sotavento, p. 36.

¹⁰⁹ Castro e outros (2011), *Mulheres na I República...*, p. 22.

¹¹⁰ Rodrigues, (1981), *Os Anarquistas e os Sindicalistas...*, p.196.

¹¹¹ Na concepção de Norberto Elias, a consciência de si equivale a uma estrutura da interioridade que estabelece estádios determinados do processo de civilização.

concretos desta ação podemos referir o exemplo da Escola Oficial n.º1 de Lisboa, projeto que teve por modelo o pensamento do anarquista francês Ferrer¹¹². Será legítimo deixar aqui como nota que, na generalidade, as republicanas e as anarquistas de que aqui se fala estavam unidas pela mesma condição estatutária reconhecida socialmente (capital social, escolar e económico).

Foram poucas as referências escritas que se encontraram sobre Júlia Adelaide Pinto. No entanto, Edgar Rodrigues refere que foi uma das primeiras representantes da mulher no circuito da luta de rua: «Mas nem todas lutaram dentro do lar em apoio das ideias dos companheiros. Existem também algumas que saíram à rua. Uma das primeiras de que há notícia foi Júlia Adelaide Pinto.»¹¹³

O ato legitimador destas linhas confere-se no facto de esta mulher se ter juntado ao seu companheiro, Manuel Joaquim Pinto, professor primário na escola de ensino livre, colaborador no jornal anarquista *Revolução Social*. No incidente já referido entre Manuel Joaquim e Pinheiro Chagas, Júlia Adelaide assume um veemente apoio público ao seu companheiro, contra a posição de afronta pública a Louise Michel por parte daquele deputado. Edgar Rodrigues nota que Júlia, ao referir-se às bengaladas que o companheiro arrojou em Pinheiro Chagas, terá proferido para a imprensa: «O que digo é que ele cumpriu com os seus deveres de solidariedade que nós outros abraçamos com fervor do crente num ideal justo e bom (...). Ofenderam uma mulher da nossa família, a dos proletários!»¹¹⁴ Mais tarde, Júlia Adelaide foi uma das que esteve presa no Limoeiro pela sua militância anarquista. Sobre o caso Manuel Joaquim Pinto e Pinheiro Chagas, Louise Michel trocou correspondência com Júlia Adelaide. Publicou também uma carta no jornal francês *Cri Du Peuple*, que dirigiu a todos os anarquistas portugueses com o seguinte texto:

«Levallois, Perret, 13 de fevereiro de 1888

Aos meus amigos de Portugal:

Meus caros companheiros - como me sinto angustiada por o nosso amigo Pinto ter sacrificado a sua liberdade para castigar um dos insultos sem número que recebo - uns de longe, outros anónimos - como revolucionária!

A todos faço esta súplica:

Deixai falar essa gente a meu respeito, como se deixa soprar o vento.

Suplico-vos ainda: deixai-os silvar contra mim. Pouco ou nada penso nisso, mas muito nos nossos amigos Pinto e os outros que se acham presos.»¹¹⁵

¹¹² Sobre este assunto, ver Castro e outros (org.) (2011), *Mulheres na I República...*, p.114.

¹¹³ Rodrigues (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos...*, p.197.

¹¹⁴ Rodrigues (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos...*, p.197.

¹¹⁵ Rodrigues (1980), *O Despertar Operário em Portugal...*, p. 189.

No ano em que se deu este episódio nasce quem viria a ser uma feminista de visibilidade na História escrita. Professora, partidária da filosofia anarquista, Deolinda Lopes Vieira (1888-1993) ficou conhecida pela empenhada militância na ideologia libertária, a que nunca renunciou. A sua militância parece não ter estado subordinada à sua relação com Pinto Quartim. Foi uma mulher que não limitou a sua ação às práticas realizadas pelo seu companheiro. Segundo João Freire: «Foi uma das poucas militantes anarquistas que agia autonomamente, em relação ao seu marido, cujo apelido nunca adotou.»¹¹⁶ Participou em reuniões com outros anarquistas como Júlia Cruz, Lucinda Tavares Manaças¹¹⁷, Rosalina Ferreira, Susana Quintanilha, Neno Vasco, Sobral Campos, mas também com ativistas claramente ligados ao lado do republicanismo. Integrou diversos movimentos sociais, colaborou em jornais e revistas nomeadamente na revista anarquista *Amanhã*. Ainda jovem aluna, participou na greve académica de 1907, contra João Franco. Na vida profissional, fiel aos seus princípios, optou por um padrão de oposição, combatendo em organizações pela defesa profissional e pela diferença de um projeto de ensino em que acreditava. Em conformidade com a sua ideologia assume uma posição pública ativa: defendendo educação conjunta para crianças de ambos os sexos; problematizando questões como a laicidade; sendo adepta da livre escolha, só na idade adulta, para uma eventual orientação religiosa da criança; pugnou pela Escola Única; privilegiou uma educação com um mais forte suporte na aprendizagem do que na transmissão de conhecimentos. Apelou ao desenvolvimento intelectual e cognitivo, reiterou a articulação do ensino intelectual e de formação profissional (educação integral) do modelo de escola oficina. Lecionou na Escola Oficial n.º1, na Voz do Operário e, mais tarde, na Escola Pública. No associativismo participou no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) desde a sua criação por Adelaide Cabete, em 1914, desta associação faziam parte algumas agremiações femininas, cuja tarefa passava por organizar mulheres na ocupação profissional e crianças no que se referia à educação; é interessante salientar que o CNMP, acautelava a utilização da palavra «feminismos» e declarava se apolítica¹¹⁸. Em 1924 Deolinda Lopes Vieira fez também parte da Comissão Organizadora do I Congresso Feminista e de Educação onde marcou presença com a tese *Educação de Anormais*. No II Congresso, realizado em 1928, a sua intervenção teve por base a *Escola Única*, privilegiando um ensino igualitário e modernizador face às tradicionais

¹¹⁶ Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana – Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, p. 99.

¹¹⁷ Lucinda Tavares Manaças era casada com Afonso Manaças, médico, colaborador em várias publicações libertárias. http://moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=959&Itemid=47 (consultado em 2014-1-5).

¹¹⁸ Sobre este assunto, consultar: Osório e outros (dir.) (2005), *Dicionário no Feminino...*, p. 243.

estruturas educativas. Em oposição aos valores sociais dominantes defendeu que: «A intenção social da Escola Única (...) é estabelecer para todos a mesma escola, sem distinção de classes sociais ou de sexos»¹¹⁹, questão defendida pela pedagogia libertária.

No âmbito da mesma visão ideológica e profissional, Júlia Cruz, adepta da construção coletiva do conhecimento, um dos princípios da pedagogia libertária, contribuiu para o funcionamento da escola *A Florescente*, com uma linha de ensino não convencional. Em conjunto com Margarida Paulo, foi uma das impulsionadoras do grupo União das Mulheres Anarquistas¹²⁰ (UMA). Caracterizou-se por ser a favor do feminismo e em coerência com a sua linha ideológica contra o sufrágio. Enquanto companheira de Bartolomeu Constantino esteve ao seu lado, e de outros anarquistas, na organização da União Anarquista Comunista (UAC). Edgar Rodrigues escreve sobre este casal que: «Estes dois anarquistas viveram no Bairro Alto e a sua influência ideológica chegou a contagiar meretrizes, uma das quais tinha o retrato de Pedro Kropotkine na entrada da sua sala, como algo que se estima e admira.»¹²¹ Ambos tiveram um papel determinante na divulgação da sua convicção.

No ano de 1913, na sequência da perseguição de Afonso Costa aos anarquistas, Júlia Cruz vai viver para Trás-os-Montes e lá funda o jornal *O Agitador - Quinzenário de Propaganda Libertária*¹²². Júlia Cruz exerce o cargo de diretora desde o primeiro número em 1-2-1914 até 29-11-1914, n.º 20, em que sai de diretora por questões de saúde, como o próprio jornal informa. Na primeira edição, depois da saída de Júlia Cruz, o jornal esclarece os leitores:

«Aos Camaradas e ao público

Estávamos para suspender a publicação do *Agitador*, devido à maneira desleal que certos elementos nos atacam; no entanto ainda desta vez não lhe fazemos o gosto, posto que os grupos locais de Vidago e outros elementos dispersos resolveram custear a sua publicação (...). Toma a direção do *Agitador* o velho camarada Bartolomeu Constantino; este facto filia-se

¹¹⁹ Alma Feminina n.º 3, 1928, p.28, citado em «As Mulheres e a República», Agenda feminista 2010, UMAR.

¹²⁰ União das Mulheres Anarquistas, derivado do grupo anarquista «Primeiro de Janeiro», teve início em 1912, até pelo menos a 1915. Empenha-se na emancipação da mulher embora não se designem seguidoras do sufrágio. Freire e Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana...*, p. 124. Sabe-se que as suas delegadas colaboravam com organizações e congressos internacionais, como pudemos apurar nesta carta dirigida para a organização do encontro internacional de Londres. Pode ler-se: «Camaradas, a UMA desejando confraternização dos anarquistas de todos os países, aceita de bom grado e satisfação a ideia de irem dois delegados a Londres, aceitando todas as resoluções que forem úteis para o bom andamento da ideologia anarquista. Dá a sua adesão moral a todos os trabalhos, oferecendo a sua colaboração» Saúde e Anarquia – AP (3-51914), citado por Rodrigues, (1981) *Os Anarquistas e os Sindicatos...*, p. 209.

¹²¹ Rodrigues, (1981,) *Os Anarquistas e os Sindicatos...*, p.197.

¹²² *O Agitador-Folha de Propaganda Libertária*, José Bernardino de Oliveira (editor); Júlia Cruz (diretora); José Augusto Ferreira (gerente); Grupo Avante pelo Futuro (propriedade) – Vidago. É publicado de 1-2-1914 a 31-1-1915 - total de 24 números, custo 5 centavos. Júlia Cruz deixou o cargo de diretora. Em 29-11-2014 (n.º 20), passou a ser Bartolomeu Constantino.

apenas em que a nossa prestimosa camarada Júlia Cruz o não poder pelo seu estado de saúde.»¹²³

Na primeira página do primeiro número do *Agitador*, podemos ler um texto que assina com o título «Às Mulheres», onde se pode ler uma crítica feroz a uma sociedade que subordina a mulher ao homem:

«A vós, companheiras de trabalho e de infortúnio, a vós que sofreis como eu a dupla escravidão do capital e da maioria do homem “educado” sob a influência do ambiente atual da sociedade podre até aos alicerces (...) algumas de vós abraçais o belo ideal libertário, porque compreendeis que só com a ampla liberdade que ele preconiza a humanidade será feliz (...) se uma de nós se entrega a um homem é imediatamente considerada como prostituta (...) a nós obrigam-nos brutalmente a seguir a vontade do outro. (...) não sejamos por mais tempo ruínas e cobardes; e para nos libertar do jugo capitalista e da escravidão do homem bestializado pelo meio social (...) unamo-nos todas numa só força para assim levarmos a cabo a nossa emancipação.»¹²⁴

Este texto, apesar de estar assinado por Júlia Cruz (1914), também o encontramos um pouco mais extenso, e com pequenas alterações, no jornal *Guerra Social* (2 de Janeiro de 1909), assinado por Maria Muñoz. Não deixa de ser interessante observar que hoje, de acordo com as normas vigentes, uma situação deste tipo seria, certamente, tomada como plágio. No entanto, esta «transgressão» pode ser enquadrável na matriz do pensamento anarquista, quando assume que as ideias de um determinado autor constituem propriedade de todos, pois consideram-se como resultado da interação com os outros. Kropotkine privilegiou publicamente esta ideia através do que escreveu¹²⁵.

Júlia Cruz, na sua filiação ideológica, particulariza-se por ser «uma das raras militantes simplesmente anarquista (e não sindicalista), embora ligada ao associativismo operário»¹²⁶. O seu percurso de vida esteve longe de ser tranquilo, tanto enquanto companheira de um anarquista, que esteve diversas vezes preso, como depois da sua morte. Em 1916, já depois da morte de Bartolomeu Constantino, o jornal *O Setubalense* publicaria a petição de uma subscrição para ela e para os filhos, pois encontravam-se em pobreza absoluta: «Júlia Cruz e filhos agonizavam de fome num mísero quarto de Lisboa, sem cama para dormirem e um cobertor para se agasalharem!»¹²⁷ Nos anos 20, já enquanto companheira do

¹²³ *O Agitador*, Chaves, 6 de dezembro de 1914, n.º 21, p. 1.

¹²⁴ Júlia Cruz, *O Agitador*, 1 de fevereiro de 1914.

¹²⁵ Sobre este assunto consultar, Wallace dos Santos de Moraes «Teses de teoria política - reflexões a partir do pensamento de Kropotkine» <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2014/05/TEORIA-POL%C3%8DTICA-DE-KROPOTKIN-texto-p%C3%B3s-alacip-2013-v.pdf>. (Consultado em 2014-7-27).

¹²⁶ Freire, e Lousada (2013) *Roteiros da Memória Urbana...*, p. 111.

¹²⁷ António Paula Brito, «Bartolomeu Constantino», Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão http://www.olhao.web.pt/Personalidades/bartolomeu_constantino.htm (consultado em 2014-3-29).

militante comunista Alfredo Cruz, abdicou pelo menos de um dos pilares da essência do anarquismo ao aderir a um partido – o Partido Comunista.

Também integrada na vida associativa, professora, tradutora e defensora da igualdade de géneros, Lucinda Tavares começou por se destacar enquanto aluna da Escola Normal de Lisboa na mobilização, intervenção e solidariedade para com os estudantes de Coimbra, na greve de 1907. Ligada ideologicamente, e com conceitos educativos e pedagógicos semelhantes aos de Deolinda Lopes Vieira, Rosalina Ferreira e Susana Quintanilha¹²⁸, integrou o movimento libertário, sem por isso deixar de defender o sufrágio, declara-se feminista e a favor de uma educação racional. Através da imprensa manifesta-se a favor da emancipação política, intelectual e moral da mulher. Num artigo escrito no jornal de tendência republicana *O Mundo*, considera o feminismo como «a reação contra todas as ignorâncias, injustiças e desigualdades de que é vítima a mulher portuguesa (...)»¹²⁹. Podemos antever nestas posições (implacável feminista e adepta do sufrágismo) uma proximidade com as republicanas da época, ao lado de quem colaborou na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. No Congresso do Livre Pensamento, realizado em Lisboa entre 4 e 8 de outubro de 1913, discursou ao lado de companheiros do anarquismo como Campos Lima, Sobral de Campos, Afonso Manaças, Aurélio Quintanilha. Ao contrário de muitas das suas companheiras, Lucinda Tavares acabou por abandonar o movimento libertário e passou a colaborar com os socialistas reformistas¹³⁰. Esse passo parece ser o corolário de uma certa fluidez ideológica, que aparecia já latente em tomadas de posição anteriormente referidas. A posição e interrogações que foi exprimindo ao longo da sua militância sujeitaram-na a críticas como a que se identifica em 1908 no jornal *O Protesto*:

«Na sessão realizada no domingo na sala do Registo Civil, ouvimos à camarada Lucinda Tavares que entre os grandes cancros sociais dois haviam que eram os mais importantes: a religião e o militarismo, e que dentro destes dois o primeiro era mais nefasto que o segundo. Não é assim.

Para nós, anarquistas, não há diferença entre um e outro. Ambos fazem parte da Autoridade, da opressão. Odiamos-los com a mesma intensidade e combatemo-los com a mesma energia. Mas se a camarada Lucinda Tavares quiser fazer entre eles diferença, depois de refletir serenamente, há-de vir a concordar connosco que o militarismo é muito pior.

A religião causa-nos dano, porque tem a força a protegê-la. Tirem-lhe essa força e a sua influência será nula (...). Pense Lucinda Tavares sobre esta questão e verá que errou. Mas não

¹²⁸ No Congresso Livre Pensamento, 1913, Suzana Quintanilha fez a distribuição de um manifesto assinado pelos presos sindicalistas denunciando aos Congressistas as violências policiais do Governo Afonso Costa. http://moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=13&p=creators&id=1137

¹²⁹ *O Mundo* 13-6-1907, citado por Castro, e outros (2005), Dicionário no Feminino..., p. 530.

¹³⁰ «Segundo apontamentos de Adriano Botelho, tempos depois estas duas mulheres [Lucinda Tavares e Rosalina Ferreira] abandonam o pensamento libertário e passam a colaborar com os socialistas reformistas», Rodrigues (1981), *Os anarquistas e os sindicatos...*, p. 197.

se desconsola *errare humanum est*. E nós, que estamos da nossa mesa a fazer-lhe este ligeiro reparo, quantas vezes já aqui temos errado!?»¹³¹

Com uma trajetória equivalente, Rosalina Ferreira, de ideologia libertária, colaborou nas escolas fundadas pelos movimentos anarquistas. Reuniu com anarquistas e republicanos (Lucinda Tavares, Maria Velleda, Pinto Quartim, entre outros) na comissão para construir uma Liga Portuguesa Antimilitarista. Segundo o semanário *O Protesto*, a comissão Organizadora da Liga Anti-Militarista portuguesa era constituída pelos seguintes elementos: Lucinda Tavares, Rosalina Ferreira, Maria Velleda, Dr. Magalhães Lima, Dr. Ramos da Cruz, Dr. Weissa de Oliveira, Fernão Botto Machado, Jaime Castelo Branco, António Maria da Silva e Pinto Quartim, António José De Ávila, Augusto José Vieira, José do Valle, Bartolomeu Constantino e Augusto Ghira Dine¹³².

Na imprensa, a visão de Rosalina Ferreira reflete uma contundente crítica à sociedade moralista, à condição da mulher e à educação dirigida às adolescentes. Na rubrica «Pequenas Palestras Sobre a Astronomia», que escreve para o jornal anarquista *O Protesto*, pode ler-se um artigo onde substitui o dogma (religião) pelo racionalismo científico (astronomia):

«Para os que sabem menos que eu,
Na secção que hoje inicio, procurarei dar ao leitor, uns ligeiros mas racionais conhecimentos (...) A astronomia, que além de bela (...) demonstra a mentira religiosa, derruba todas as crenças e forma um fundo de verdade sã, no espírito daqueles que foram educados no erro.»¹³³

Ao longo deste trabalho deparei-me com alguns textos ou contos escritos por Rosalina Ferreira. Tinham todos um forte pensamento crítico e amplamente dirigido à moral e às práticas coercivas e conservadoras impostas à mulher. Numa completa história onde figuram um conjunto de reflexões da autora, pode ler-se com o título «Num carro elétrico»:

«Fui pensando como deve sofrer esta pobre rapariga e, como ela, tantas outras vítimas de uma educação antinatural!
Via a educação religiosa e metafísica espalhando-se na face da pobre rapariga, que talvez fosse rica. Nos membros esqueléticos percebia-se a ausência de ginástica indispensável para o corpo. Na preocupação de alinhar o vestuário (...) ressalva preocupação banal, a compreensão estreita que de moral lhe ensinaram (...) Vai-se mutilando física e moralmente todos os dias (...) a pobre vítima, que o preconceito sacrificou, em holocausto à moral convencional e prostituída, que a sociedade escreve em grandes letras negras.»¹³⁴

¹³¹ «Um pequeno reparo» em *O Protesto*, 12 de setembro de 1908, n.º 8, p. 1.

¹³² *O Protesto* de 8 de agosto de 1908, p.3.

¹³³ Rosalina Ferreira «Pequenas Palestras sobre a astronomia», *O Protesto* 14 de agosto de 1908, n.º 4, p. 4.

¹³⁴ Rosalina Ferreira «Num carro elétrico» em *O Protesto Lisboa*, 1 de agosto 1908, p. 3.

De acordo com os estudos de Adriano Botelho, também Rosalina Ferreira acabou por abraçar uma contrapartida política e seguir um outro caminho ideológico ao aderir, mais tarde, ao socialismo reformista.

Face à insuficiência de estudos documentados, e embora tenha procurado descortinar o percurso de todos os nomes que encontrei referidos como sendo mulheres libertárias, há algumas de que pouco mais consegui do que magros elementos dispersos, que passo a citar, como registo para memória escrita na História. Assim, com doutrinas e práticas sociais idênticas, mas com pouco espaço na clássica paisagem da História encontramos: Margarida Paula, Elvira Lopes, Eugénia Silva, Susana Quintanilha¹³⁵, Rosalina Correia da Silva que era conhecida no meio onde se movia por Maria da Fonte, devido à sua personalidade reativa e às suas decisões enérgicas¹³⁶, Miquelina Sardinha Quintal - professora na escola do Sindicato da Construção Civil de Ponte de Soure e companheira de Francisco Nóbrega Quintal¹³⁷, anarquista. Todas pertencem ao mesmo agregado coletivo de mulheres anarquistas que se formou em 1913, em Alcântara.

A maioria das mulheres que encontrei esteve ao lado dos homens. Construíram e convergiram, sob as várias influências ideológicas, nos vários caminhos possíveis. Gente (mulheres e homens) que com o seu «espírito marginal» abriram uma fenda numa sociedade profundamente cristalizada. Penetraram num campo que ainda hoje se debate com códigos e representações quase intocáveis e que, de uma forma ou outra, vão decretando múltiplas fronteiras. Como assinala Pinto Quartim ao citar Laugel, devemos estar conscientes de que no essencial: «O tipo da espécie é uma imagem dupla. O Homem não é Adão, é Adão e Eva.»¹³⁸

2.3 - A Imprensa

«Uma produção ideológica é tanto mais conseguida quanto mais capaz de *desacreditar* quem quer que tente *reduzi-la* à sua verdade objetiva: o próprio da ideologia dominante é estar na

¹³⁵ Susana Quintanilha, professora, companheira do investigador e professor universitário Aurélio Quintanilha, também anarco-sindicalista.

¹³⁶ Sobre este assunto, ver Rodrigues (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos...*, p. 197.

¹³⁷ Francisco Quintal foi um ativo militante anarquista em Lisboa, membro da União Anarquista Portuguesa (UAP) e fundador em Valência da Federação Anarquista Ibérica (FAI) em 1927. Oficial da marinha mercante, trabalhou ainda como revisor de imprensa no jornal *República* depois da sua aposentação. Foi ainda animador do Grupo Cultura e Ação Libertária, de Almada, depois de 1974, e do jornal *Voz Anarquista*, que dirigiu. Traduziu peças estrangeiras e foi autor de numerosa colaboração na imprensa.

http://moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=13&p=creators&id=1140 (consultado em 28-1-2014)

¹³⁸ Laugel citado por Pinto Quartim 1907, *Mocidade Vivei*.

posição de fazer cair a ciência da ideologia sob a acusação de ideologia; a enunciação da verdade escondida do discurso escandaliza porque diz o que seria a “última coisa a dizer.”¹³⁹

A informação e a comunicação são vertentes muito relevantes na difusão de um ideário e na criação de laços entre quem os partilha. São ainda importantes na afirmação pública e na conquista de espaço, influência e reconhecimento na opinião pública. O meio de informação e comunicação pública à época mais relevante e acessível era a imprensa escrita. Esta funcionava em simultâneo como meio de partilha e formação de opinião, de afirmação e demarcação ideológica.

Num olhar transversal sobre os estudos da imprensa, concluímos que o seu progresso se articula na conjugação dos vários fatores técnicos de desenvolvimento. No entanto, na conceção de Breton e Proulx, essas técnicas só fazem sentido se as relacionarmos com a formação de uma opinião, nascida dos contactos entre os diversos grupos, e dos processos de integração desses mesmos grupos no espaço social. Porém, esta mudança não pode ser vista de forma unívoca, pois metamorfoseou-se na consequência de muitos processos de integração e de ação social. Produto do desenvolvimento industrial de meados do século XIX e do capitalismo.

Esta técnica de difusão transforma-se num instrumento privilegiado de circulação de mensagens políticas. Assim, legitimaram poderes; revelaram-se importantes motores para o processo de consciencialização e de contestação; formataram e (re)interpretaram discursos; construíram identidades. Enfim não erramos se dissermos que estiveram por detrás do Processo Civilizacional - se quisermos usar uma expressão de Norbert Elias - de uma época quer no aspeto de controlo e pressão social, quer no aspeto de formação do indivíduo enquanto sujeito político e independente.

Antes das ideias libertárias ganharem expressão em Portugal, já os periódicos¹⁴⁰ marcavam presença, sobretudo nas comunidades instaladas nas zonas urbanas, embora em espaços sociais muito delimitados. Este meio de comunicação já funcionava como veículo tanto na ação política como na vida económica, social, e no progresso da opinião pública.

¹³⁹ Bourdieu, Pierre (1998), *O que Falar Quer Dizer*. Lisboa, Difel, p. 178.

¹⁴⁰ Número de periódicos que se fundaram no século XIX

Década	60	70	80	90
	12	43	74	334

Oliveira, César (1984), *Antologia Imprensa Operária Portuguesa – 1837-1936*, Lisboa, Perspectivas e Realidades (UGT) p. 10.

Como assinala César Oliveira, «é na segunda metade do século XIX que vamos assistir como que à “explosão” da imprensa como fenómeno cultural e social».¹⁴¹ Para esta mesma década (50), Ana Maria Alves refere a existência de aproximadamente 35 jornais por ano, nos dez anos seguintes a sua produção aumentava para o dobro, 67; e entre 1888 e o Ultimatum a sua produção atingirá, em média, 184 por ano¹⁴².

As novas técnicas de produção e de difusão agitaram a circulação de ideias e de ideais. Entre outras causas importantes para o desenvolvimento da imprensa em Portugal poderemos considerar povoamento massivo das zonas urbanas, a melhoria das vias de comunicação física, movimentos migratórios nacionais e internacionais, a ligação à Europa, tanto por via férrea como por telégrafo, a melhoria das condições de tipografia, as variedades de papel de impressão, enfim todo o progresso material sobrevivendo da industrialização, mas também a hegemonia de uma burguesia que transforma este meio de comunicação em fonte de proveito.

Sobre a profissão de jornalista, Oliveira aponta como sendo este o período em que os jornalistas se «tornam praticamente profissionais». Neste período começa a assistir-se ao nascimento da imprensa periódica organizada, enquanto modalidade empresarial e de concorrência.

Fazendo um balanço sobre o papel dos jornais em meados de Oitocentos sobressai o facto de serem o principal meio de comunicação pública. Tengarrinha recorda que:

«Os jornais eram como que o centro da vida política e social. Por eles se liam os debates nas câmaras, se conheciam as posições oficiais se discutiam as diretrizes do partido ou da facção expressa nos artigos de fundo, se sabiam os principais acontecimentos dos mais longínquos países, se adquiriam conhecimentos sobre variadas matérias (...). Essa influência é tanto mais evidente quanto é certo que os leitores se agrupavam em torno dos jornais com que se identificavam ideologicamente.»¹⁴³

Assinala este autor que, a par da imprensa operária de meados de Oitocentos, começam a surgir as primeiras correntes em defesa dos direitos da mulher. No Porto, em 1868, emerge sob a forma de jornal a publicação *A Emancipação da Mulher*. Estes são os primeiros indícios de um longo caminho com posteriores desenvolvimentos.

A imprensa operária - refletindo as diferenças concetuais internas ao próprio movimento operário - é referida por alguns autores como comumente orientada para um objetivo nuclear: a formação, a organização, e a reivindicação de classe.

¹⁴¹ Oliveira (1984), *Antologia imprensa operária portuguesa...*, p. 8.

¹⁴² Alves, Ana Maria (1971), *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa, Edições Estampa.

¹⁴³ Tengarrinha, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, Caminho, p. 205.

Havendo a necessidade de atribuir um conceito à Imprensa Operária, neste trabalho irei seguir a definição adotada por César de Oliveira: entende-se por imprensa operária os órgãos de comunicação social escrita, seja qual for a sua forma e natureza, produzidos no quadro global do movimento operário, independentemente da origem social da entidade ou das personalidades que os produzem ou escrevem¹⁴⁴.

Vítor de Sá encontra no jornal *O Eco Metalúrgico* (1850), o primeiro jornal dedicado à defesa dos interesses de classe, que surge na sequência do surto grevista daquele período. César de Oliveira e Manuel Joaquim Sousa distinguem *O Eco dos Operários* (1850) como sendo uma primeira expressão impressa do movimento operário. O impacto futuro deste periódico tem uma significativa vinculação ao aparecimento, em 1852, do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, organismo mutualista que virá a ter grande importância no movimento operário perto do final do século XIX.

Mas será na década de 70 que se consubstancia uma maior afirmação desta imprensa. Tengarrinha sublinha que perante o protesto operário que assolava Portugal, por volta de 1872, altura de forte expressão grevista, os jornais operários começam a tomar visibilidade transformando-se num veículo fundamental, quer como instrumento de apoio e organização, quer como elemento difusor de doutrinação no movimento operário.

Os primeiros órgãos de imprensa operária surgem no seio de associações de classe e mutualistas, que progressivamente vão adquirindo contornos ideológicos mais específicos, com referências concretas partidárias e catalisadoras de um agir orientado para a consciência real da influência sobre os indivíduos.



Entre as tendências do movimento operário que progressivamente vão adquirindo espaço próprio surgem as de pensamento libertário. Num primeiro momento, a sua intervenção manifesta-se em periódicos transversais, onde convergem diferentes orientações; posteriormente vão surgir periódicos de orientação específica libertária.

¹⁴⁴ Oliveira (1984), *Antologia imprensa operária portuguesa...*, p. 5.



Na tentativa de situar no presente trabalho um primeiro jornal que traduzia preocupações e práticas de orientação libertária - mesmo correndo o risco de alguma imprecisão no uso do termo libertário -, parece-me pertinente referenciar *O Pensamento Social* (10-3-1872 a 4-10-1873)¹⁴⁵ que, pela sua dimensão simbólica, marca uma viragem na imprensa operária. Este periódico surge em consonância com as várias alterações sociais e intelectuais da época. Ao referir-se a este periódico, Oliveira escreve: «Um órgão da imprensa operária criado em 1872 protagonizou essa mesma transformação (...) [*O Pensamento Social*] teve um papel decisivo na transformação verificada na linha de conduta do movimento operário.»¹⁴⁶ Se atendermos ao que a revista *A Sementeira* escreveu sobre *O Pensamento Social*, então não será exagerado se o assumirmos como o primeiro órgão com laivos divulgadores desta doutrina¹⁴⁷.

Este jornal, produto da vinda dos dirigentes espanhóis da AIT a Lisboa, revelou, ou reproduziu de forma clara, o corrosivo divórcio que se instalou no interior da AIT. Com um conteúdo inicial manifestamente de pensamento proudhoniano, será palco, no decorrer das suas edições, de discursos antagónicos e fraturantes por parte dos seus colaboradores - Nobre França, Eduardo Maia, Tedeschi, José Fontana, Antero de Quental, Oliveira Martins - afiliados em diferentes sensibilidades.

Em julho de 1872 já *O Pensamento Social* espelhava a pluralidade ideológica, que mais tarde se veio a consubstanciar com a criação do Partido Socialista em 1875. Podemos ler, no editorial de uma das suas publicações: «A Política do Socialismo - A política é um movimento de ponderação e de progresso dos interesses gerais representados no Estado (...) é a equilibração das forças coletivas, cujo ponto central e de convergência está no Estado.»¹⁴⁸

¹⁴⁵ Publicaram-se 55 números de *O Pensamento Social* (10-3-1872 a 4-10-1873). Mais tarde passou a ser órgão da «Federação Operária» citado por Rodrigues (1980), *O Despertar Operário...*, p. 279.

¹⁴⁶ Oliveira, (1984), *Antologia Imprensa Operária Portuguesa...*, p. 13.

¹⁴⁷ Ver capítulo 2.1.1 desta dissertação - «1871 - Uma nova etapa: a evolução pós-cisão».

¹⁴⁸ Oliveira César (1973), *O Socialismo em Portugal* ..., p. 188.

Com o manifesto desejo de contradizer as anteriores posições, o mesmo jornal remete imediatamente para uma dimensão radicalmente oposta: «Parte da redação deste jornal não aceita alguma da doutrina expandida no artigo que leu. A política para alguns de nós nada mais é do que a supressão do Estado e as suas relações. Não só concebemos uma sociedade sem Estado, mas afirmamos que não pode existir sociedade perfeita, justa e Moral existindo o Estado.»¹⁴⁹

Em suma, o editorial é bem elucidativo da (des)articulação de um certo número de discursos, que estabelece a relação heterogénea do corpo ideológico de cada um dos seus colaboradores. Com efeito, apesar da bicefalia dos seus colaboradores e conseqüentemente do desequilíbrio dos seus artigos, parece ter delineado a entrada do pensamento libertário na imprensa portuguesa.

Esta imprensa foi germinando por entre o lento processo da formação do movimento operário, ao mesmo tempo que se desenvolve e transforma o associativismo, que então começava a despertar como elo representativo de sistemas laborais com características idênticas e com alguma coloração política e ideológica¹⁵⁰. Os jornais de ideologia libertária tornaram-se marcantes pela sua produção doutrinária, pela disseminação de um raciocínio crítico de dimensão social e na progressiva democratização cultural.

Neste período surgem várias brochuras, jornais e folhetos, alguns de pouca duração. O jornal *A Revolução Social*, publicado na cidade do Porto em 1888, assumiu um importante papel na divulgação do ideal anarquista¹⁵¹. Para o historiador César de Oliveira, esta publicação foi o primeiro órgão da imprensa operária declaradamente de orientação ideológica do anarquismo coletivista¹⁵². Com a mesma dimensão ideológica, neste período do século XIX, Tengarrinha destaca os periódicos *A Garlopa* (Lisboa 1886), *O Revoltado* (Lisboa 1887), e *O Rebelde* (Lisboa 1889). Edgar Rodrigues¹⁵³ faz ainda sobressair, com esta mesma tendência, as seguintes publicações *O Chapeleiro* (Lisboa, 1896); *O Herege* (Lisboa, 1889); *Revolta* (1899); *A Propaganda* (Porto, 1895); *Grito da Revolta* (Porto, 1895); *O Trabalhador* (Porto, 1889); *O Emancipador* (Porto, 1895); *O Agitador*; *O Lutador* (Porto, 1895); *O Libertário* (Porto, 1896), entre outros.

¹⁴⁹ Oliveira (1973), *O Socialismo em Portugal...*, p. 188.

¹⁵⁰ Sobre este assunto, ver Rodrigues (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos...*, p. 103, «O nascimento da União Geral dos Trabalhadores da Região Norte [surge em substituição] da União Geral dos Trabalhadores, que desaparecia sem coloração política nem ideológica.»

¹⁵¹ Ventura, António (2000), *Anarquistas Republicanos e Socialistas...*, p. 85.

¹⁵² Ver Oliveira (1984), *Antologia da Imprensa Operária...*, p. 124.

¹⁵³ Rodrigues, Edgar (1980), *O despertar operário em Portugal...*, pp.274-275.

O autor de *História da Imprensa Periódica Portuguesa* considera que a imprensa anarquista foi bastante inferior à importância que o movimento experimentou no plano social em Portugal. Tengarrinha sustenta a sua afirmação no facto de os periódicos serem de curta duração e com uma expansão restrita. Para justificar estas duas dimensões, o autor apoia-se em dois indicadores: 1) uma possível imaturidade ideológica; 2) as perseguições de que foram alvo e que os levou bastantes vezes a dissimularem o seu ideário no cabeçalho¹⁵⁴. Convém sublinhar que, segundo Vítor de Sá¹⁵⁵, o termo libertário ou anarquista só começou a ser assumido na imprensa com o jornal manuscrito *O Anarquista*, cuja publicação este autor referencia em 1895, mas que *A Sementeira* precisa terem sido publicados quatro números entre 1893 a 1896.

As múltiplas perseguições a que estavam sujeitos os libertários conduziram a práticas de dissimulação do ideário das publicações de iniciativa destes grupos. Sobre as perseguições, e para ilustrar o clima instalado na época em estudo, passo a descrever um editorial de *A Sementeira* cujo título é bastante esclarecedor, «As perseguições». Este artigo manifesta crítica e descontentamento contra a polícia, que a seu ver era uma força repressiva. As perseguições a que os seguidores da doutrina anarquista estavam sujeitos eram comparadas pelos próprios aos acontecimentos relacionados com a Inquisição. Faziam-se, assim, denúncias ao que consideravam uma repressão contra os que, nas suas palavras, pretendiam pregar «a Paz e o Amor na Humanidade». Os anarquistas que eram apanhados nestas perseguições acabavam por ser deportados para África, deixando simultaneamente as famílias desprotegidas. Com o título «As Perseguições», pode ler-se:

«A data da nossa era corre parêlhas com os ominosos tempos da inquisição. Naquele tempo, a farsa denúncia de heresia eram lançados nos cárceres do Santo Ofício os mais católicos cidadãos, e ali, depois de lhes arrancarem pela tortura a confissão do que não tinham dito ou do que não tinham feito, vestiam o sambenito e, como hereges confessos, eram lançados à fogueira para maior glória do Senhor! Hoje – com o tempo tudo muda – os meios são diferentes, mas os processos são os mesmos. As vítimas são os inimigos da sociedade – os que pregam a Paz e o Amor da Humanidade! Não há cárceres da Inquisição, mas há as esquadras policiais e os quartéis da municipal; não há a tortura aplicada pela água ou pelo fogo, mas há a tortura moral pelo sequestro à família que fica na miséria; há o prejuízo material pela perda dos seus empregos; há o vexame pela busca domiciliária. Não há sambenito nem a espetaculosa procissão que conduzia os desgraçados católicos ao auto da fé, em nome de um

¹⁵⁴ Tengarrinha (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, p. 243.

¹⁵⁵ Vítor Sá identifica os seguintes jornais: *O Anarquista* (4 números manuscritos), 1895; *O Libertário*, Porto, 1895; *O Petardo Anarquista* (clandestino, n.º 1 impresso em Aveiro), 1896; *Aliança Libertária*, Lisboa, 1908; *O Libertário* (clandestino), 1908; *A Anarquia*, Coimbra, 1913; *A Anarquia*, Lisboa, 1913; *A Batalha Anarquista*, Coimbra, 1914; *A Anarquia*, Lisboa, 1919; *O Anarquista*, Lisboa, 1926. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, p. 843.

deus que eles ingenuamente adoravam; mas há o grande pacote que conduz a todo o vapor às inóspitas regiões de África e da Oceânia.»¹⁵⁶

Relativamente à fraca expansão destes periódicos, o nível de alfabetização é um fator explicativo chave. A grande massa pertencente às «classes subordinadas» tinha até então sido excluída dela. Não devemos, por isso, deixar de sublinhar a importância do forte índice de analfabetismo, que também contribuiu para uma significativa influência da comunicação oral nas tarefas de mobilização pelos «doutrinadores». Interessa, todavia, ter em atenção outros fatores que também se revelaram elementos determinantes da «fragilidade» destas publicações, o predomínio da religião a que o país estava sujeito e a escassez de meios para as produzir. Muitas destas publicações eram preparadas nas habitações dos próprios colaboradores, em condições precárias, e que muitas vezes as suspendiam por falta de meios; por serem presos; ou sendo perseguidos e tendo condições para isso tinham que fugir do país. Grande parte destas publicações sobrevivia à custa de donativos. Como podemos ver no apelo que o Jornal *A Aurora* (Porto) faz publicar no ano de 1900: «A todos os nossos camaradas e amigos, fazemos um caloroso apelo no sentido de auxiliarem, na medida das suas respetivas forças, a existência do nosso periódico. O produto desta subscrição permanente constitui um dos principais recursos com que contamos; daí a nossa insistência, certos que na boa vontade de todos encontramos esta ajuda tão necessária.»¹⁵⁷ Este tipo de apelo é transversal a todas as publicações a que se passaram revista para esta dissertação.

A dificuldade de contabilizar a difusão destas publicações torna-se problemática, nomeadamente porque uma das diretrizes que difundiam era a promoção da partilha. As publicações deveriam ser passadas de mão em mão, como ilustra *A Sementeira*: «Se gostas de *A Sementeira* oferece este exemplar a um amigo. Se precisas de o guardar, compra dois.»¹⁵⁸

Em geral, as publicações de inspiração libertária, quer antes da I República quer depois, assumem uma crítica acutilante da sociedade institucional, com a qual discordavam. Empenham-se na aprovação e mobilização para as lutas operárias, afirmando defender a sua justiça, ao mesmo tempo que lançavam campanhas de apoio, quer moral quer material, aos grevistas e aos familiares dos que se encontravam presos. Algumas destas publicações dão voz aos trabalhadores, publicando cartas suas, em relato e denúncia de situações críticas e em apoio às lutas, como se pode observar nos exemplos que seguem.

¹⁵⁶ *A Sementeira*, Vol. I, n.º 2, outubro de 1908, p. 9.

¹⁵⁷ *A Aurora*, Porto, 1 de julho de 1900, p. 4.

¹⁵⁸ *A Sementeira*, junho de 1916.

Em 1908, o jornal *O Protesto*, na sua rubrica «Correspondência», publicava a carta de um leitor onde se escrevia o seguinte:

«Almada é um centro manufatureiro, onde predomina o elemento corticeiro, classe por excelência revolucionária, sempre pronta a cooperar nas iniciativas as mais humanas e arriscadas. No momento em que vos escrevo germina, no seio da classe, um protesto de indignação e de revolta, perante as violências do regime burguês, onde um magro com aspirações a drago, vítima um grupo de bons e leais camaradas, cujo crime consiste em serem libertários (...). Sob pena de mentirmos às nossas próprias convicções, não podemos por mais tempo consentir (...) que homens indefesos e bons continuem em poder da hiena - a lei.»¹⁵⁹

Tal como acontece um pouco por toda a Europa face ao descontentamento dos trabalhadores, Portugal era palco de variadas formas de protestos associados muitas vezes a greves. Em *A Sementeira* (tal como na maioria das publicações operárias) aparecem regularmente estatística das greves realizadas. Em Maio de 1909 regista-se a seguinte nota:

«As greves em Portugal

No 1.º trimestre de 1909, segundo as nossas notas, declaram-se em Portugal 3 greves, sendo: 1 de corticeiros em Cacilhas, 1 de soldados em Sesimbra, 1 de serralheiros em Lisboa; 1 contra a substituição do contrato de trabalho (regulamento da fábrica), 1 contra a falta de cumprimento do contrato de trabalho pelo patrão, 1 para diminuição de horas de trabalho e aumento do preço de mão d'obra, e tiveram termo algumas que se haviam declarado em 1908.»¹⁶⁰

A par das temáticas relativas às condições de vida das classes trabalhadoras surgem nos periódicos de tendência libertária referências, com diferentes registos, orientadas quer de forma objetiva quer de forma subjetiva, no sentido da formulação de caminhos das (des)convenções da vida quotidiana, entre elas para o novo paradigma dos processos de interação das relações de género.

¹⁵⁹ *O Protesto*, Lisboa, agosto de 1908, 2.ª Edição n.º 2, p. 3.

¹⁶⁰ *A Sementeira*, Lisboa, Ano I, maio de 1909, n.º 9, p. 72.

3 - Três publicações: *A Sementeira, O Protesto e Guerra Social*

Um dos requisitos indispensáveis em cada percurso de investigação respeita à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as fontes utilizadas, de ponderar as respetivas potencialidades, virtudes e limitações, como condição de um uso pertinente e justo dos contributos que possam aportar.

As fontes usadas no corrente trabalho são jornais publicados no início do século XX por grupos de tendência anarquista, o que nos deve alertar para as especificidades de um conteúdo que sabemos ser construído em dado contexto histórico e social, de acordo com determinadas regras de funcionamento doutrinário. Por detrás das palavras estão mensagens e atitudes, muitas vezes com significações calculadas e escolhidas, em conformidade com as convicções de quem escreve, vinculadas a ideais e destes dependentes. Não se trata aqui de informação jornalística, no sentido convencional, estamos perante um documento, associado a um trabalho militante, que por ter um teor mais ou menos propagandístico transmite dada conotação às suas narrativas, que poderão seguir uma lógica deliberadamente prefabricada. Sabemos ir encontrar, por isso, em qualquer destas publicações, abordagens e vocabulário com uma forte carga ideológica. Assim, muitas vezes, a representação das relações de género manifesta uma continuidade em torno de uma leitura da realidade social assente na ideia da distinção e confronto entre classes.

Apesar da partilha de referências doutrinárias existem nestes autores e publicações diferenças resultantes de uma maior ou menor proximidade a diversas tendências da anarquia, que se sabe albergarem, por vezes, algumas marcas específicas, e até contraditórias, com origem em sensibilidades e olhares próprios não coincidentes no quadro de partidários que se associam a uma mesma orientação ideológica. Encontramos, por isso, no desenvolvimento dos textos analisados, ideias muitas vezes fragmentadas, polissémicas e até antagónicas que, associadas às diferentes representações e práticas de vida de cada um dos seus autores, fazem emergir nos textos diferentes afirmações sobre a mesma temática.

No período em causa, há notícia de diversas publicações dadas à estampa por grupos anarquistas, que nem sempre se encontram acessíveis, disponíveis para poderem ser objeto de investigação. Considerando a pertinência face aos objetivos do presente trabalho optou-se, como já anteriormente indicado, por analisar os jornais *A Sementeira, O Protesto e Guerra Social*.

3.1 - *A Sementeira* - publicação mensal ilustrada: crítica e sociologia



A Sementeira apresenta-se como uma revista mensal cujo primeiro número foi publicado em setembro de 1908. O I volume compreende um período de três anos, em que se editam 36 números, do n.º 1 ao número n.º 36, da página 1 à página 291. Corresponde aos meses de setembro de 1908 a agosto de 1911, com 8 páginas (22cm x 33cm) por revista, acrescidas de uma folha suplementar - uma gravura onde se publica a imagem de uma personagem com destaque na história. A primeira figura destacada é a de Eliseu Réclus¹⁶¹.

O II volume inclui publicações de setembro de 1911 a fevereiro de 1913, respeitante aos números 37 a 52, correspondente às páginas 1 a 127. Sobressaem algumas alterações, quer no preço quer na apresentação.

A folha suplementar desaparece, e a personagem destacada deixa de ter um suplemento e passa a aparecer na primeira página. A primeira figura de referência deste II volume é Sofia Perovskaia, uma jovem de 15 anos, oriunda da aristocracia russa, apresentada como «Uma Terrorista», devido à sua participação no atentado ao imperador russo, em Kiev, a 13 de março de 1881.

Segue-se um período de suspensão da publicação, entre março de 1913 e dezembro de 1915, justificado por dificuldades financeiras, mas também, segundo as palavras do editor, «por questões secundárias». A retoma da publicação faz-se acompanhar de uma nova imagem da revista, agora de dimensões mais reduzidas (16cm x 25cm) e com aumento do número de páginas para 16. A figura de destaque deixou de aparecer e surgem outras rubricas como, por exemplo, «Utilidades para todos», dedicada a temas como culinária, agricultura e horticultura,

¹⁶¹ O primeiro nome dos autores estrangeiros surge nestes jornais adaptado ao seu congénere português.

higiene e medicina. Parece significar uma tentativa de refrescar a orientação editorial da revista, introduzindo temáticas potencialmente dirigidas a um público feminino. É com estas características que reaparece o III volume, incluindo edições de janeiro de 1916 a dezembro de 1917, números de 53 a 76, num total de 384 páginas.

O IV volume, mantendo as mesmas características, inicia-se em janeiro de 1918 e tem a sua última impressão em agosto de 1919. Compreende os números 77 a 93, reunidos em 272 páginas.

Durante todo este período *A Sementeira* teve como proprietário e diretor Hilário Marques. A redação, administração e tipografia era na Rua das Salgadeiras, 44-1.º. A impressão fazia-se na Rua Diário de Notícias, 147-151, e a correspondência devia ser dirigida para a morada Cais do Sodré, 88. A partir de Janeiro de 1909 (2.º ano de publicação), a redação, administração e tipografia passou para a Rua da Barroca, 94-2.º. Na 2.ª série, a partir de janeiro de 1916, a tipografia passa para a rua do Poço Negro, 81. De novembro de 1910 a outubro de 1918, Ismael Pimentel assume o lugar de Editor, anteriormente não especificado.

O preço da revista vai variando ao longo dos anos. Começa por se vender a 40 réis, cinco anos depois, em outubro de 1911, passa a 20 réis. Segundo o que é dito na própria revista, a descida de preço tem por objetivo a fácil aquisição da publicação pelos potenciais compradores:

«Aos nossos Leitores

Modificações que resolvemos fazer na revista. São elas, a supressão da capa e da folha suplementar e a redução do preço, que passa para 20 réis.

O motivo que tais modificações nos levou explica-se, como é natural, pelo desejo de tornar mais fácil a aquisição de *A Sementeira* e, conseqüentemente, contribuir o mais possível para o desenvolvimento da propaganda anarquista, sendo de notar que nenhum valor tinha para essa o papel que vimos suprimir»¹⁶².

Em janeiro de 1918, a revista sobe o preço para 3 centavos. A subida do preço é justificada por «entre outras contrariedades o aumento crescente» dos custos do papel.

Segundo João Freire, o número de cópias da tiragem da revista não é muito claro mas aponta-se para cerca de 1000 exemplares. Foi uma das revistas de teor anarquista de mais longa duração, vendida e reconhecida internacionalmente pela sua qualidade¹⁶³.

¹⁶² *A Sementeira*, Ano VI, vol 2.º, outubro de 1911, p. 7.

¹⁶³ Freire, João (1981), «A Sementeira, do arsenalista Hilário Marques», *Análise Social*, Vol. XVII, 67-68, p. 781.

No 1.º número de *A Sementeira* veem-se afirmadas as razões do seu começo, «Ao Aparecer», a revista assume ser mais um colaborador na luta pelo bem-estar social e pelo ideal dos teóricos anarquistas:

«mais um cooperador na extinção da ignorância, mais um inimigo declarado e intransigente do arbítrio e do despotismo que aparece a tomar lugar na peleja (...). *A Sementeira*, aeroplano de ideias, voando por cima de todas as mentiras económicas, políticas e religiosas (...), vem destinada a propagar ideias, definir princípios (...), princípios defendidos e propagados pelos Reclus, Kropotkine, Grave, Malato, Malatesta (...).

Para acelerar a marcha para esse Eden de Paz e Igualdade futuras (...), semearmos as mésseas douradas dos nossos ideais (...). Base sólida e doradoura em que assentará uma sociedade igualitária.»¹⁶⁴

A filosofia anarquista enfoca o desenvolvimento pessoal e a capacidade do indivíduo se produzir a si próprio enquanto ser humano autodeterminado. É no âmbito desta conceção que desde o primeiro número a revista dá a conhecer traduções de textos de alguns pensadores anarquistas - filósofos, escritores, cientistas, sociólogos - que estabelece como pontos de referência doutrinárias: Eliseu Reclus, Malatesta¹⁶⁵; Miguel Bakunine; J. Gave (sociólogo e anarquista¹⁶⁶); Kropotkine (geógrafo, historiador, antropologista, sociólogo e revolucionário); Carlos Cafiero (agitador, filósofo, socialista); Emílio Zola; Máximo Gorki (Ainda hoje vive. É o espectro da autocracia russa); Tolstoi (grande escritor, encarnação suprema da bondade); Maria Sklodowsk Curie (notável cientista); Louisa Michel; F. Ferrer Y Guardiã; Sebastião Faure (grande educador libertário); Augustin Hamon (sociólogo, criminologista, psicologista); Augusto Tiago Ferreira (propagandista do movimento operário); Anselmo Lorenzo (estrénuo propagandista da anarquia); Ema Goldman; Maria Spiridinoff (vítima da autocracia russa); Sofia Perovskaia (uma terrorista); entre outros. São ainda referidos, noticiados e contados (a sua história) temas como a guerra, a repressão, as revoluções. A Revolução Russa, a Revolução Mexicana, a Comuna de Paris, o 1.º de Maio, assim como a Revolução Francesa, estão muito presentes nos vários artigos.

Se considerarmos os artigos escritos por colaboradores, que são sem sombra de dúvida em muito menor número do que as traduções, encontramos algumas presenças predominantes: Ismael Pimentel, que escreve frequentemente sob o pseudónimo de Ismaelita e aparece como editor da revista de novembro de 1910 a novembro de 1918; José Luíz, que ao longo da publicação se dedica a escrever artigos de atualidade política e duas importantes rubricas

¹⁶⁴ *A Sementeira*, setembro de 1908, n.º 1, p. 1.

¹⁶⁵ Este foi um dos autores mais presentes na revista, principalmente a partir de 1911. Segundo o estudo de Samis (2009), o facto de o seu colaborador Neno Vasco ter sido um malatestiano é com certeza uma das razões.

¹⁶⁶ O nome das figuras editadas era muitas vezes precedido de referências particulares identificativas do personagem.

regulares «Notas para um dicionário» e «Pela Joeira»; Neno Vasco, que assina inúmeros artigos, alguns deles sob pseudónimo, como Zeno Vaz. Segundo o estudo de João Freire, Neno Vasco é o principal ideólogo da revista e tem um importantíssimo papel na sua orientação, na escolha de textos e da sua tradução, nas relações com o estrangeiro¹⁶⁷. Com uma presença menos frequente encontramos os nomes de Bento Faria, Emílio Costa, Adolfo Lima, Afonso Manaças, César Porto, Cláudio de Lisle. Embora a revista seja dirigida a todas as classes sociais deve salientar-se que todos os seus colaboradores pertenciam a uma elite intelectual e social¹⁶⁸.

3.2 - O Protesto - Semanário anarquista



Neste caso, estamos perante um jornal que se assume como veículo divulgador do pensamento anarquista, referindo, logo abaixo do título, a sua condição de publicação de inspiração doutrinária. *O Protesto* aparece em público a 25 de julho de 1908 e manterá presença até ao dia 20 de março de 1909, abarcando assim um total de 23 números. Durante o seu percurso de vida foram consideradas duas séries: uma Série I, de 25-7 a 14-11-1908, com 17 números; uma Série II de 13-2-1909 a 20-3-1909, que reúne mais 6 números. Ambas foram publicadas e editadas em Lisboa.

No decorrer da sua existência regista-se uma paragem de 3 meses, entre 14-11-1908 a 13-2-1909. Quando reaparece evidenciam-se algumas alterações gráficas como a letra maior, a inclusão de imagem na primeira página e alguns colaboradores novos.

¹⁶⁷ Freire, João (1981), «A Sementeira, do arsenalista Hilário Marques», *Análise Social*, Vol. XVII, p. 67-68.

¹⁶⁸ Neno Vasco, licenciado em direito; Ismael Pimentel, farmacêutico de grande saber e prestígio cultural; Emílio Costa é um dos intelectuais mais distinguidos da época, engenheiro e professor do ensino secundário; César Porto, pedagogo, escritor, jornalista; Afonso Manaças, médico; Cláudio de Lisle, refugiado italiano; Identificação de Freire em «A Sementeira, do arsenalista Hilário Marques»..., p. 774.

O Protesto publicava-se semanalmente ao sábado, com um custo de 10 réis, num formato de (31cm x 46cm), com 4 páginas, onde a numeração começa sempre do número um em todas as publicações.

Apresenta-se ao público como um jornal «antipolítico, defensor dos oprimidos». Segundo as próprias palavras, as referências que inspiram esta publicação obedecem às seguintes diretrizes: «orientação científica e racional», com «secções de ciência, filosofia, arte e educação, literatura e crítica»; «análise e comentário dos factos capitais da vida social portuguesa»; um «desenvolvido noticiário do movimento obreiro»; espaço para «correspondências das províncias e do exterior»; a par da «colaboração literária d'alguns dos mais reconhecidos agitadores revolucionários».¹⁶⁹ Podemos ler ainda, «Este jornal é propriedade de todos os que por ele se interessam». O seu eixo principal articula, conforme se lê na primeira página, três objetivos: «Em três palavras (...) podemos concretizar tudo o que nós queremos ao arremessarmos à luz este semanário: instruir, revoltar e confraternizar. Sim! O que nós queremos é esmagar a ignorância e extirpar a sujeição – fontes de todos os males, de todas as lágrimas, de todas as cruciantes dores que torturam e esfacelam o coração dos homens.»¹⁷⁰

No decorrer da sua existência registam-se algumas modificações, quer no local da sua edição quer numa constante alternância dos seus editores.

Quadro 1 – Editores e morada da sede de *O Protesto*

N.º e Data	Proprietário Redator Principal	Composição (C) e Impressão (I)	Morada Sede
N.º1, 25/5/1908	Pinto Quartim	Instituto das Artes Gráficas R. Das Pretas, 17	R. dos Correeiros, 92, 5.º
N.º5, 22/8/1908	Pinto Quartim	Instituto das Artes Gráficas R. Das Pretas, 17	R. da Mouraria, 30-2.º
N.º12, 10/10/1908	Jorge Coutinho	Tipografia Empresa da História de Portugal, R. Ivens, 47	R. da Mouraria, 30-2.º
N.º18, 13/2/1909 2.ª Série	Pinto Quartim	«A Popular» Tipografia, R. de S. Mamede, 107	Calçada Nova do Colégio, 5-1.ºE
N.º19, 20/2/1909 2.ª Série	Pinto Quartim	«A Popular» Tipografia (C) Imp. Africana, R. S. Julião, 58 (I)	Calçada Nova do Colégio, 5-1.ºE
N.º20, 27/2/1909	António de Sá Júnior	«A Popular» Tipografia (C) Imp. Africana, R. S. Julião, 58 (I)	Calçada Nova do Colégio, 5-1.ºE
N.º22, 13/3/1909	António de Sá Júnior	«A Popular» Tipografia (C) Imp. Africana, R. S. Julião, 58 (I)	Travessa das Atafonas, 12
N.º23, 20/3/1909	António de Sá Júnior	«A Popular» Tipografia (C) Imp. Africana, R. S. Julião, 58 (I)	Travessa das Atafonas, 12

¹⁶⁹ *O Protesto*, 25 de julho de 1908, n.º1, p. 4.

¹⁷⁰ *O Protesto*, 25 de julho de 1908, n.º1, p. 1.

Sobre a tiragem deste jornal sabemos que variava em conformidade com as vendas. Foi possível apurar que o primeiro número esgotou, sendo necessário fazer uma segunda edição. Se tivermos em conta as indicações do próprio jornal o mesmo veio a acontecer com outras edições desta publicação. Estes dados parecem indicar uma boa recepção do jornal. Na sua segunda edição, encontramos a seguinte referência:

«O acolhimento ao nosso número inicial excedeu toda a expectativa (...) os vendedores de jornais, apregoando em todo o esforço da sua voz rouca – Olha o Protesto, semanário anarquista! Fizeram venda excelente.

No domingo à noite à porta do café “Gelo” e “Suisso”, chegou-se a vender a vintém cada exemplar. A primeira tiragem d’ O Protesto foi rapidamente esgotada; e da segunda a que tivemos de proceder, poucos exemplares nos restam.

(...) quatro dedicados camaradas percorreram no sábado à noite o bairro da Mouraria com um feixe de Protestos debaixo do braço. Venderam quatrocentos e tais jornais.»¹⁷¹

Este semanário apresenta características específicas, onde sobressai a colaboração feminina. Nota-se a preocupação em dar uma particular atenção às condições de vida e dificuldades da classe trabalhadora, nomeadamente concedendo regularmente voz aos seus leitores e apelando com insistência para que lhe sejam dirigidas denúncias de abusos de entidades patronais ou administradores¹⁷². Incentiva a envolvimento dos leitores e parece admitir o princípio do contraditório, ao referenciar: «*O Protesto* abre com todo o gosto as suas colunas a todas as ideias modernas e a todos os homens amantes da liberdade e da ciência (...) permitirá toda a polémica ou controvérsia sobre questões sociais sem outras exigências que a delicadeza e o impessoalismo na exposição.»¹⁷³ Assume um acompanhamento regular e de apoio às lutas dos trabalhadores, com especial destaque para as greves, e para os que se encontravam detidos nas prisões. Nesses textos quase sempre se referem explicitamente a pessoas identificadas pelos nomes próprios, demonstrando grande proximidade com os leitores. Como por exemplo: «Foram afinal na quarta-feira postos em liberdade os operários José D’ Ávila, Adão Duarte e Augusto Machado que estavam presos no Quartel da Guarda Municipal.»¹⁷⁴ Apresentam-se como uma espécie de linha da frente e porta-vozes desses mesmos trabalhadores.

¹⁷¹ *O Protesto*, 1 de agosto de 1908, n.º 2, p. 2.

¹⁷² «Aos Trabalhadores - *O Protesto* regista todas as queixas dos trabalhadores contra abusos e arbitrariedades cometidas no trabalho pelos administradores ou patrões. Essas queixas devem ser formuladas com o máximo escrupulo, concisão e clareza. O nome e a secção do administrador ou do patrão acusado deve ser bem nítido, para evitar equívocos desagradáveis», *O Protesto*, 25 de julho de 1908, n.º 1 p. 4.

¹⁷³ «Expediente», *O Protesto*, 19 de setembro de 1908, p. 4.

¹⁷⁴ «Em Liberdade», *O Protesto*, Lisboa, 25 de agosto de 1908, n.º 5, p. 1.

Outra das particularidades que sobressai é a atenção atribuída a situações de agitação e luta social em diferentes espaços. Sobre a Rússia, país onde então se registava um ambiente de perseguição a revolucionários, utilizam-se expressões como «A Rússia é um autêntico matadouro humano». Face às vítimas de Alcalá del Valle, pode ler-se: «O povo indignado contra tão bárbara agressão e em sua legítima defesa respondeu valentemente (...). Foram presos vários indivíduos, a quem se martirizou desumanamente.»¹⁷⁵

Um dos temas recorrentes nas páginas deste semanário é a crítica sistemática às posições e publicações republicanas, incentivando a desconstrução do sentimento nacionalista ou patriota, a par da valorização do internacionalismo.

Na contracapa, que surge com uma grafia diferente, colocam-se várias informações úteis para o jornal e para os leitores: pequenos anúncios de particulares (sobre permuta de livros, brochuras, revistas, etc.); petições para ajuda às famílias dos companheiros presos; condições de assinatura; sugestão de compra e leitura de obras de propaganda (de Kropotkine, Malatesta, Frederic Boutet, Heliodoro Salgado, só para citar alguns). Pode ver-se também a inclusão de propostas culturais, como é o exemplo anúncios e publicação de peças de teatro. O combinado da contracapa surge como parte de um conjunto de informação, considerada de interesse e valorização intelectual para os leitores.

Relativamente aos seus colaboradores, embora se trate predominantemente de homens, distinguem-se algumas rubricas assinadas por mulheres, como já anteriormente sublinhado. Ao longo deste jornal encontram-se vários nomes de colaborações femininas. Amélia D' Andrade faz incidir o seu olhar laico sobre a igreja, expresso no artigo «Caridade Sacerdotal», em 5-9-1908. Rosalina Ferreira adota uma visão contra as práticas morais da sociedade, no que se refere à educação das raparigas, que elabora no conto «Num Carro Elétrico», da secção «Contos e Versos», de 1-8-1908. Numa outra rubrica, «Pequenas Palestras sobre a Astronomia», publicada em 14-8-1908, critica o pensamento teológico e defende o pensamento positivista. Essa rubrica, que promete continuar, não volta a aparecer. Antónia Maymón, como Soledad Gustavo de Saragoça, são outras colaboradoras com presença neste semanário.

Se considerarmos as colaborações masculinas mais assíduas sobressaem alguns nomes. Jorge Coutinho, para além de ter sido um dos editores do jornal, escreve regularmente

¹⁷⁵ «Lá Por Fora», *O Protesto*, 26 de setembro de 1908, p. 3.

sobre o sindicalismo na rubrica «Sindicalismo ou Monopolismo?». Hebreu¹⁷⁶ pontifica em vários espaços de opinião, quase sempre na primeira página do jornal. Blasquez de Pedro mantém as rubricas regulares «Extratos e Pensamentos» e «Reflexões para o Protesto». Homem Cristo Filho marca presença em algumas colaborações. Ângelo Jorge escreve em vários números uma rubrica intitulada «Em Torno do Congresso Socialista do Norte». Um outro colaborador publica alguns textos assinando sob o sugestivo epíteto de Pobre Diabo.

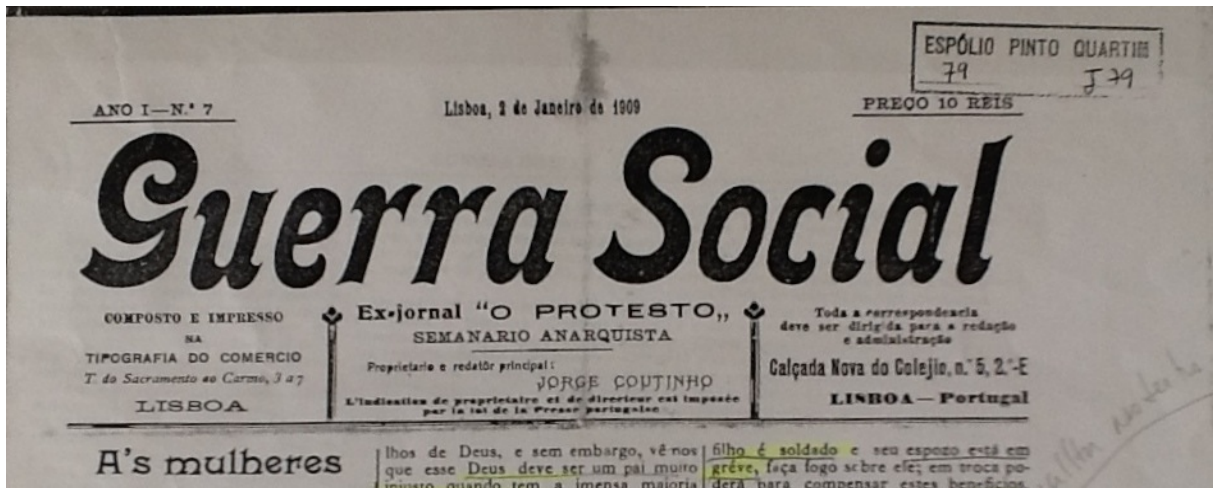
No contacto com esta publicação sobressai uma secção onde pontificam rubricas de correspondência que envolvem a divulgação de casos e situações particulares. «Carta de Almada», assinada por Bartolomeu Constantino¹⁷⁷, denuncia regularmente a degradada situação e problemas dos trabalhadores das fábricas de cortiça de Almada. Numa rubrica assinada por Emílio Costa, sob o título «Correspondência de França», dá-se uma nota de informação do estrangeiro. Vê-se assim privilegiado um contacto dinâmico entre o público leitor e o jornal.

Publicam-se também contos, teatros e folhetins onde se exprime uma visão crítica das condições de vida das mulheres no enquadramento de uma sociedade com barreiras institucionais. Nos contos dão particular atenção à educação moral que então é dada às raparigas, e é através da figura maternal que muitas vezes fazem apelos sociais, como é o exemplo da luta antimilitarista. Salienta-se o facto de que os textos, contos ou artigos, que de alguma forma albergavam um olhar sobre as condições de género, tenderam a desaparecer gradualmente, percebendo-se mesmo subtis diferenças em conformidade com a mudança dos redatores. O que inicialmente se nos apresentou como um fogo aceso e persistente transformou-se lentamente no reverso. Sendo que o seu último redator, António Sá Júnior, não privilegiou nenhuma matéria que não fosse diretamente ligada às situações políticas de então.

¹⁷⁶ Alguns destes colaboradores escrevem sob pseudónimo, o que torna difícil, nesta análise, a sua real identificação.

¹⁷⁷ Bartolomeu Constantino (1868(?)-1916) Sapateiro, nasceu no Algarve - <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=1387> (consultado em 15-8-2014)

3.3 Guerra Social. Ex-jornal *O Protesto* - semanário anarquista



Este semanário surge no período de paragem do jornal *O Protesto* e em sua substituição. No seu primeiro número apresenta-se como motivo do seu nascimento a inclusão de novos colaboradores e a renovação estética do semanário. Apresentando algumas alterações no seu modelo gráfico e na constituição do corpo de colaboradores, afirma-se como *Guerra Social Ex-Jornal O Protesto*, explicitando-o, do seguinte modo, no editorial:

«Aliado o nosso esforço à coadjuvação de outros amigos nossos estranhos ao grupo editor de *O Protesto*, resolvemos de comum acordo continuar a publicação do jornal sob um outro título, modificando o formato primitivo para um pouco menor, aproveitando o melhor possível o espaço (...). Com a entrada dos novos elementos resolvemos fazer um novo jornal mais artístico e que satisfaça mais as nossas aspirações, pondo-lhe ao mesmo tempo um título mais sugestivo (...) a nossa missão de hoje é a mesma de ontem, a orientação do jornal é simplesmente libertária.»¹⁷⁸

O primeiro número deste semanário sairá em 21 de novembro de 1908, ocorrendo a última publicação a 2 de janeiro de 1909, o que corresponde a um total de 11 números editados.

Este jornal, com sede na Calçada Nova do Colégio n.º 5, 2 E, em Lisboa, tinha como proprietário e redator principal Jorge Coutinho. Era composto e impresso na Tipografia do Comércio, na Travessa do Sacramento ao Carmo, 3 e 7, Lisboa, sendo composto por um corpo de 4 páginas, no tamanho 26cm x 38cm, com o preço de capa de 10 réis.

Tem como colaboradores mais assíduos figuras como Emílio Costa, Ângelo Jorge, Hebreu, Pinto Quartim¹⁷⁹, Alexandre Vieira, Palmiro de Lídia, Beldiabo, Rodrigo Parreira,

¹⁷⁸ *Guerra Social*, Lisboa, 21 de novembro de 1908, Ano I, n.º 1, p. 1.e p.4.

¹⁷⁹ António Tomás Pinto Quartim nasceu no Rio de Janeiro em 1887 e morreu em Lisboa em 1970. Foi escritor, intelectual e jornalista.

Blasquez de Pedro, Eduardo Reis, Augusto Machado e ainda presenças no feminino como Maria Muñoz e Antonia Maymón¹⁸⁰.

Guerra Social dá seguimento a alguns dos traços típicos do seu antecessor, assumindo o projeto principal de intervir na sociedade, sob uma preocupação central: educar os trabalhadores e oprimidos; estimular e confrontar ideias dos seus leitores; olhar e criticar a realidade política; melhorar a realidade social; orientar os leitores para uma postura de autonomia, liberdade e emancipação. Não esquecendo de esclarecer, a sua matriz principal, o de ser um jornal de orientação libertária, ou seja, «antipolítico no sentido vulgar do termo». Escrevem, na primeira edição, o que se pode considerar como os seus princípios gerais:

«O nosso intento é mostrar aos trabalhadores as causas dos seus sofrimentos económicos e morais, não lhes fazendo afetar ódio nem amor contra as pessoas, mas antes fazendo-lhes compreender serenamente a verdade dos factos, cuja lógica é a mais profunda do que o filósofo se pode servir.

A verdade sem rodeios sem sofismas (...). Não nos inculcamos como uns messias salvadores da humanidade, mas tão simplesmente como vulgarizadores de pura filosofia social, a qual mostra aos trabalhadores a necessidade de se emanciparem sem esperar por segundos ou terceiros que se digam seus emancipadores, quando não são mais que uns burlões.»¹⁸¹

Trata-se, portanto, de um jornal dedicado ao mundo operário, que se caracteriza por uma abordagem simples e clara, sob um ângulo de comunicação que recai em temáticas onde prevalece a forte crítica social e política do país, a incisiva censura ao mundo burguês e uma marcante posição antipatriótica. Atribui-se um considerável peso a situações de greves e lutas dos trabalhadores dentro e fora do país.

Os artigos escritos pelos próprios colaboradores são bastante mais abundantes do que as traduções de autores estrangeiros, não deixando de remeter os leitores para notícias da atualidade internacional, de modo a estimular o debate sobre as questões suscitadas pela vaga revolucionária que atentava o mundo. Debatem em profundidade temas relacionados com os EUA, Inglaterra, Rússia, Alcalá del Valle, etc.

Este jornal destina um espaço próprio para comentar, criticar ou partilhar notícias de outros jornais. Apresenta sugestões de leitura, dá conhecimento de novos grupos anarquistas, anuncia ou comenta reuniões que então se concretizavam, promove campanhas de auxílio aos «companheiros presos».

¹⁸⁰ Antonia Maymón (1881-1959), professora nas escolas racionalistas e jornalista em várias publicações anarquistas. <http://www.viruseditorial.net/index.php> (consultado em 15-8-2014).

¹⁸¹ *Guerra Social*, Lisboa, 21 de novembro de 1908, Ano I, n.º 1, p. 4.

No corpo deste jornal observa-se a preocupação de dar voz ativa aos trabalhadores, através da rubrica «Correspondências», onde se faz menção a casos específicos de violência para com a classe trabalhadora, greves como, por exemplo, «a greve dos corticeiros de Sines»; «De Lisboa a suspensão da greve», esta rubrica é assinada pelo Grupo de Propaganda Social e pelo conhecido anarco-sindicalista Alexandre Vieira.

Com o nome de «Rebeldias», surge no jornal, semanalmente, uma crónica assinada por Pinto Quartim, onde este realça um caso ou tema que trata, ao jeito de crónica, uma experiência na primeira pessoa. O autor faz mergulhar os leitores na reconstituição detalhada de uma cena vivida por si próprio. Surge ainda, nesta publicação, uma coluna fixa (não assinada), sob o título «À Queima-roupa», onde se desenvolve um diagnóstico crítico a acontecimentos de Portugal ou do estrangeiro, por exemplo, um discurso, uma inauguração republicana, etc. Pode ler-se também, com alguma frequência, a rubrica «Em torno do Congresso Socialista do Norte», assinada por Ângelo Jorge.

4 - As relações de género no olhar de três publicações anarquistas do início do século XX

Na perspectiva dos partidários das ideias anarquistas, as relações humanas e sociais devem pautar-se por princípios como liberdade, igualdade e horizontalidade. Boa parte do seu posicionamento assenta na crítica e proposta de superação de ideias e práticas que se afastem destes ideais. Em que medida a abordagem sobre as relações de género expressa em publicações anarquistas revela, ou não, afinidades com estes pressupostos fundadores? Qual o relevo que este tema merece nestas publicações? Que ambivalências ou tensões emergem dos textos analisados e das posições que deles emergem, explícita ou implicitamente?

4.1 «An-arquia» - Que propõem os teóricos? ¹⁸²

«La anarquía es un conjunto de doctrinas sociales que tienen por fundamento común la eliminación de la autoridad coactiva del hombre sobre el hombre, y sus partidarios se reclutan en su mayoría entre personas que repudian toda forma de violencia y no la aceptan sino como medio de legítima defensa.»¹⁸³ Fabbri Luce

De Stirner a Kropotkine, Bakunine, Proudhon e tantos outros, a filosofia anarquista abarca diferentes tendências, origens, vozes e interpretações, associadas a doutrinas individualistas, coletivistas e mutualistas, entre outras. Apesar da diversidade de «escolas» e estratégias políticas, convergem na forte rejeição de toda a autoridade e da mediação através de práticas coercivas, nas suas diversas manifestações, com proeminência para as que reportam à ação do Estado.

O princípio basilar - supressão de todas as forças de poder - assenta na horizontalidade de todas as relações e na ausência de hierarquias. Defende-se a ideia de um mundo livre, sem Estados, sem fronteiras, sem amos, sem dominados e sem dominantes, no quadro de uma atitude que Kropotkine define como: «Não se curvar perante nenhuma autoridade, por mais respeitada que seja; não aceitar nenhum princípio enquanto ele não for estabelecido pela razão.»¹⁸⁴

Ao observar a realidade social, sobressai que as relações de género têm por base uma relação de poder entre homem-mulher, em que o papel masculino (pré)domina.

¹⁸² *A an-arquia* «A utopia diretriz da doutrina de Bakunine é a anarquia, ou antes, para seguir o uso estabelecido pelos pensadores anarquistas, a *an-arquia*. Ao inserirem assim um hífen entre o prefixo e o substantivo *arquia*, eles pensam fazer deste termo o equivalente a não governo ou ainda a autogoverno», *Bakunine*, (coleção Filósofos de Todos os Tempos), por Arvon, Henri (1966), Lisboa, Estúdios Cor, p. 77.

¹⁸³ Fabbri, Luce (1959), *Influencias Burguesas en el Anarquismo*, Ediciones Solidaridad, Obrera Paris, p. 15.

¹⁸⁴ Kropotkine, Piotr Alexeevich (2009) [1899], *A Moral Anarquista*. Lisboa, Edições Sílabo, p. 88.

Partindo desta premissa, em correlação com os fundamentos do modelo filosófico anarquista, interessa conhecer a posição expressa por teóricos anarquistas sobre o papel de homem e mulher nas relações de género, bem como a respetiva concordância com os pressupostos de ausência de hierarquia, poder e horizontalidade.

As posições dos «fundadores» inspiraram as abordagens dos seus seguidores, nomeadamente, muitos dos que escreveram na imprensa de tendência anarquista, que muitas vezes publicou traduções de extratos das obras originais. Daí a importância em conhecer, ainda que de forma abreviada, os contornos e fundamentos do seu repúdio pelas barreiras sociais que castram as várias possibilidades de o Homem se autodeterminar enquanto indivíduo.

O ideário anarquista tem como alvos prioritários a autoridade e o poder de Estado. Nas relações de género exprime-se o predomínio de um poder masculino. Considerando que o ideário anarquista afirma o princípio da horizontalidade de relações, e que as relações de género assentam numa assimetria de poderes, vamos explorar a pertinência de uma analogia entre «poder de Estado» e «poder de género», sob o olhar da doutrina anarquista. Embora possa ser delicado investir nesta analogia não será ilegítimo fazê-lo, se se tiver em conta que o poder social de um «género masculino socialmente soberano» pode assumir uma representação simbólica de força dominante próxima das relações de poder e dominação que o poder de Estado encerra, incorporando privilégio, alienação, submissão ou coação.

Em função deste paradigma, e tendo por suporte a correspondência das duas «categorias» sociais (homem / mulher; dominador / dominado), parece-me pertinente sublinhar neste capítulo algumas teorias da base filosófica do anarquismo, para melhor equacionar o meu objeto de estudo.

Sobre o poder do privilégio, Bakunine afirma que a condição de privilegiado degrada moralmente o homem.

«É o grupo de privilégio e de toda a posição privilegiada que acaba por matar o espírito e o coração dos homens. O homem privilegiado, quer politicamente, quer economicamente, é um homem intelectual e moralmente degenerado. Eis uma lei social que não admite nenhuma exceção e que se aplica quer às nações (...), quer às classes (...), como aos indivíduos.»¹⁸⁵

Em *Deus e o Estado*, publicado depois da sua morte, em 1881, Bakunine refere a autoridade como negação da liberdade. A temática de uma Entidade Criadora que por si só evidencia a

¹⁸⁵ Bakunine, Filósofos de Todos os Tempos, por Arvon, Henri (1966) p. 89.

representação de um ser superior reflete em si uma «mística» de natureza autoritária. Podemos identificar aqui, para além do ateísmo e o apelo ao espírito racional, o repúdio pela autoridade e a sua conseqüente barreira à Liberdade.

«Toda a autoridade temporal e humana procede diretamente da autoridade espiritual ou divina. Mas a autoridade é a negação de liberdade. Deus, ou melhor, a ficção de Deus, é assim a consagração e a causa intelectual e moral de toda a escravatura sobre a Terra, e a liberdade dos homens não será completa senão quando tiver aniquilado completamente a ficção de um senhor celeste.»¹⁸⁶

Proudhon, ao escrever sobre o poder do Estado, assinala que «Quem quer que coloque a mão sobre mim para me governar é um tirano e um usurpador, e eu declaro-o inimigo».¹⁸⁷

Especificando a sua leitura dos princípios anarquistas, Kropotkine assinala que anarquia equivale a equidade e igualdade:

«Ao declararmo-nos anarquistas, proclamamos antecipadamente que renunciamos a tratar os outros como não queríamos que eles nos tratassem; que não toleramos mais a desigualdade que permitiria a alguns de nós exercer a sua força, ou a sua artimanha, ou a sua habilidade, de uma forma que nos desagradaria a nós mesmos. Mas a igualdade em tudo – sinónimo de equidade – é a própria anarquia.»¹⁸⁸

O apelo à igualdade é claro e a rejeição da natureza autoritária do sujeito circunscreve formas diferentes de responder ao mesmo problema.

Na doutrina anarquista, a crítica da sociedade burguesa e a abolição do Estado surgem como condição de uma emancipação real e completa para todos. Reclus, no prefácio do livro *A Conquista do Pão*, sublinha:

«A sociedade anárquica saiu há muito do seu estado embrionário. Pressentimo-la onde quer que o pensamento se liberte da letra do dogma, onde quer que o génio do investigador despreze as velhas fórmulas, onde quer que a vontade se manifeste por atos independentes (...) onde quer que os homens sinceros, rebeldes a toda a disciplina imposta, se reúnam espontaneamente para se instruírem em comum e para reconquistarem (...), liberrimamente a sua quota parte na vida e na satisfação integral das suas necessidades.»¹⁸⁹

Para esta doutrina, a fraternidade humana implica a equidade de meios e condições de vida semelhantes para todos os seres humanos. Numa passagem traduzida, publicada no jornal *Guerra Social*, regista-se a seguinte afirmação de Bakunine:

¹⁸⁶ Bakunine, *Filósofos de Todos os Tempos*, por Arvon (1966), p. 99.

¹⁸⁷ Bakunine, Kropotkine, Malatesta, Engles, Daniel Guérin (1975), *O Estado, A Democracia Burguesa, A Prática Revolucionária e o Anarquismo*, seleção e tradução de César de Oliveira, 2.^a edição, Porto, Editora Paisagem. p. 14.

¹⁸⁸ Kropotkine, Piotr Alexeevich (2009 [1899],) *A Moral Anarquista*. Lisboa, Edições Sílabo p. 89.

¹⁸⁹ Kropotkine, *A Conquista do Pão*, p. 14.

«Qual foi o programa de filosofia do século XVIII? Nem mais nem menos que a emancipação integral da humanidade inteira (...). A equivocação desta filosofia e desta revolução foi não compreender que a fraternidade humana era impossível enquanto existissem Estados, e que a abolição real das classes, a igualdade política e social dos indivíduos não seria possível senão pela igualdade dos meios económicos, de educação, de instrução, do trabalho e de vida para todos.»¹⁹⁰

Com recurso ao pensamento de Kropotkine, podemos realçar que a escala de referências destes teóricos assenta numa atitude de rejeição face ao poder e dominação: «Numa sociedade assente na exploração e na servidão, a natureza humana degrada-se. Mas à medida que a escravidão for desaparecendo, voltaremos a tomar posse dos nossos direitos!»¹⁹¹

Centremo-nos, agora, nos discursos destes teóricos de tónica explicitamente direcionada à mulher. Foi em Kropotkine que encontrei referências críticas objetivamente dirigidas aos estereótipos relacionados com as tarefas que a sociedade incorporou como «naturalmente» femininas, nomeadamente no que respeita ao trabalho doméstico.

«Será admissível duvidar que numa sociedade igualitária, onde os “braços” não sejam forçados a vender-se em quaisquer condições, o trabalho não se transforme realmente num prazer recreativo? (...).

Verificar-se-á o mesmo com o trabalho doméstico de que hoje a sociedade se desembaraça atirando-o para essa lamentável e resignada vítima Humanidade que é a mulher. (...). Uma sociedade regenerada revolucionariamente fará desaparecer a escravidão doméstica esta última forma de escravatura, talvez a mais tenaz porque ela é também a mais antiga.»¹⁹²

Assumindo uma atitude crítica face à dominação de género masculino, refere que «Os mesmos que querem a libertação do género humano não incluem a mulher no seu sonho de emancipação e consideram indigno a sua alta dignidade masculina pensar em “coisas de cozinha”, de que eles, aliás se libertam nas costas do ser resignado sofredor que é a mulher».¹⁹³

Num apelo à emancipação da mulher assinala:

«Mas eis que a mulher também reclama, enfim, a sua parte da emancipação da humanidade, não querendo continuar a ser a besta de carga do lar. Recusa-se a cozinhar, a remendar e a varrer a casa. Já não é pouco o ter de dedicar tantos anos da sua vida a educar os filhos. (...) Emancipar a mulher é subtraí-la ao trabalho embrutecedor da cozinha e das lavagens; é

¹⁹⁰ M. Bakunine, «Vida Livre», em *Guerra Social – Ex-Jornal O Protesto*, Lisboa 5-12-1908. Ano I, 1908, n.º 3

¹⁹¹ Kropotkine, *A Moral Anarquista*, p. 102.

¹⁹² Kropotkine, *A Conquista do Pão*, (1975 [1888]), p. 150.

¹⁹³ Kropotkine, *A Conquista do Pão*, (1975 [1888]), p. 157.

estabelecer uma organização que lhe permita alimentar e educar os filhos, como desejar, dispondo de tempo suficiente para colaborar na vida social.»¹⁹⁴

Enfatizando a importância que atribui à emancipação da mulher, Kropotkine chega mesmo a sugerir que sem o fim da «escravidão do lar» a revolução seria uma caricatura de si própria: «Reconheça-se que uma revolução que se embriagasse com as belas palavras de Igualdade, Liberdade e Solidariedade, e mantivesse a escravidão do lar não seria Revolução.»¹⁹⁵

A finalizar, em jeito de síntese da posição expressa por teóricos anarquistas sobre esta questão, tomemos uma passagem de Malatesta, recolhida em *A Sementeira*:

«Eliminemos a opressão do homem sobre o homem, combatamos a brutal pretensão do macho de ser dono da fêmea, combatamos os prejuízos religiosos, sociais e sexuais, asseguremos a todos machos e fêmeas, adultos e crianças, o bem-estar e a liberdade, difundamos a instrução e teremos muitas razões de contentamento se não ficarem outros males além do amor.»¹⁹⁶

4.2 Sobre o *Corpus* escolhido para análise

Que temáticas trouxeram à superfície os anarquistas para debater as relações de género? Quais os textos plausíveis de revelar a sua arquitetura mental? E como foram selecionados para o presente estudo?

Quando olhamos para *A Sementeira*, percebemos que esta publicação revela uma ténue presença de textos relativos às relações de género e à condição feminina. Apesar disso, os textos em que estes assuntos são referidos exprimem uma posição, em geral, fortemente afirmativa da necessidade de promover igualdade entre homem e mulher.

Após um primeiro momento de registo e análise prospetiva nas 93 edições desta revista, foram triados os textos onde a respetiva abordagem se apresenta pertinente aos objetivos deste estudo. Selecionaram-se sete textos para uma pesquisa sistemática e detalhada das posições expressas, incluindo todos os artigos em que o tema era abordado explicitamente. Estes assumem a dimensão mínima de meia página da revista, sendo que, na sua maioria, se trata de textos de opinião, no formato de crónica mensal.

Foi nesta publicação que encontramos o maior número de textos sobre o tema em estudo tendo sido todos incluídos no *corpus* de análise.

¹⁹⁴ Kropotkine, *A Conquista do Pão*, (1975 [1888]), p. 152 e 157.

¹⁹⁵ Kropotkine, *A Conquista do Pão*, (1975 [1888]), p. 157.

¹⁹⁶ Malatesta, Erico, «O Problema do Amor» em *A Sementeira*, abril de Ano IV, 1912, pp. 43-44.

Quadro 2 – *Corpus* dos artigos de *A Sementeira* selecionados para análise de conteúdo

Título	Autor	Data	Página
A emancipação feminina e os seus contra argumentos	César Porto	Julho, agosto, setembro 1909	82, 91, 102
Em volta do amor livre	Cláudio de Lisle	Abril, maio, julho 1909	58, 69, 75, 86
Notas para um dicionário – sobre amor livre	José Luiz	Julho 1909	78
Noções rudimentares sobre o amor livre	Neno Vasco	2. ^a Série) Maio 1916	68, 69
A família como base da organização social	Ismaelita	(2. ^a Série) Fevereiro 1916	25
A família como base das sociedades	Ismaelita	(2. ^a Série) Abril, maio, setembro 1916	53, 54, 72, 137, 138
A emancipação da mulher	Emílio Costa	(2. ^a Série) Março 1916	35, 36

As temáticas relacionadas com as questões de género, no feminino, não surgem referenciadas com frequência no conjunto das edições de *O Protesto*. O núcleo essencial da respetiva abordagem surge, com maior ênfase, em dois textos de opinião especificamente dirigidos ao aprofundamento deste tema.

Em «Feminismos e Feministas» (n.º 12, de 10-10-1908), a crítica às posições feministas é contraposta à denúncia das degradadas condições de vida das classes trabalhadoras, sublinhando-se a pouca atenção da posição feminista a esta realidade. No texto «Feminismo de Opereta» (n.º 9, de 19-09-1908), desenvolve-se uma crítica irónica e acutilante, até personalizada, caricaturando a figura de mulheres militantes do feminismo da Liga Republicana, afirmando a doutrina anarquista, segundo a qual «a mulher só será livre no dia em que o homem for livre», «só a revolução social pode trazer a liberdade absoluta».

Apesar de reduzidos em número, estes textos constituem documentos relevantes, não só pela sua extensão - ocupam uma página inteira do jornal - mas também por se tratar de documentos onde é possível detetar importantes elementos explicitadores da perspetiva do homem anarquista que aqui escreve. As visões que aqui são apresentadas reúnem um universo de elementos representativos e um agregado de conceitos distintos que permitem o recurso à descodificação do seu olhar.¹⁹⁷

¹⁹⁷ Junto com estas publicações foram oferecidos alguns folhetos. Salienta-se que o primeiro, da autoria de Pinto Quartim «Libertai-vos», foi dedicado precisamente à libertação da mulher. Que se anuncia da seguinte maneira: «A primeira série das *Publicações* de *O Protesto* será o novo opúsculo Libertai-vos! Do camarada Pinto Quartim que, falando ao coração das mulheres, pretende estimulá-las ao estudo da única doutrina capaz de as elevar no seu verdadeiro nível» Este documento que se encontrou nomeado em «Publicações do Protesto - brinde aos seus leitores», *O Protesto*, 22 de agosto de 1908, p.2, poderia ser interessante para os objetivos desta pesquisa, mas não foi possível encontrar cópias acessíveis nem na Biblioteca Nacional, nem na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, onde se encontra o espólio de Pinto Quartim.

Finalmente, ao confrontar as páginas do semanário *Guerra Social*, percebe-se que também não abundam textos sobre o tema, apesar de nele se nos terem deparado dois dos textos mais originais, reveladores de olhares *sui generis* no âmbito das abordagens encontradas nas publicações anarquistas trabalhadas.

«Rebeldias IV»¹⁹⁸ (n.º 5, 19-12-1908, p. 2) apresenta-se em forma de crónica semanal escrita por Pinto Quartim e transmite essencialmente um discurso imagético, marcadamente crítico, que visa quebrar certos estereótipos sociais, neste caso o da virgindade feminina. Fala da singularidade do indivíduo, no caso concreto da mulher. Serve-se de uma situação resultante da sua própria vivência para, de forma livre e despudorada, desmontar preconceitos instituídos.

Maria Muñoz, num texto que dedica «A's Mulheres» (n.º 7, 2-1-1909, p.1), faz emergir um pensamento de uma mulher para outras mulheres, incentiva-as a insurgirem-se contra a subordinação imposta por as forças irracionais da ordem masculina.

Apesar de se relacionar com o tema apenas de forma indireta, trabalhou-se ainda a parte do texto de Antónia Maymón, «Ordem e Moralidade », (n.º 5, 19-12-1908, p. 1), nos aspetos de interesse para os objetivos desta pesquisa.

4.3 Traços gerais da abordagem anarquista sobre o poder de género

A abordagem das publicações anarquistas analisadas, sobre as relações de género e os contornos que assumem as manifestações de um poder de género masculino, apresenta traços comuns, que apresentaremos mais à frente, mas também algumas especificidades que os diferenciam. Por exemplo, nem todas as publicações se fazem representar por olhares unívocos em relação aos temas em discussão e nem todas as questões que evidenciam as relações de género focalizam a sua atenção nos mesmos tópicos, do mesmo modo que as temáticas não surgem com enquadramentos semelhantes. De realçar ainda a forma demasiado descritiva, muitas vezes redonda e assistemática, que estes textos apresentam, dificultando a decomposição dos mesmos.

Em *A Sementeira* sobressai uma tónica: maior importância à liberdade da mulher enquanto indivíduo, em contraponto a um menor realce da condição da mulher enquanto trabalhadora e proletária. No tratamento dispensado a temáticas relativas às relações de género, a questão feminina surge tratada no âmbito dos princípios de igualdade e

¹⁹⁸ Este artigo é o IV desta rubrica escrita por Pinto Quartim.

horizontalidade entre todos os seres humanos, ou seja, a plenitude da realização do sujeito prevalece sobre os aspetos relativos à condição de classe, viabiliza a igualdade de todos os indivíduos através de uma sociedade com base na ciência e na evolução.

Detalhando traços específicos da perspetiva que se encontra nesta revista, importa anotar algumas marcas distintivas. Nota-se, nesta publicação, uma ausência de colaborações assinadas por mulheres, com uma única exceção, uma tradução de Deolinda Lopes Vieira.¹⁹⁹ Num outro plano verifica-se que o tom adotado nos textos relativos às condições da mulher e relações de género tendem a ter uma abordagem dirigida a um destinatário masculino. Em certo sentido, parece dar-se por adquirido que, perante uma menor participação social e de ação sociopolítica da mulher, seria necessário cativar a atenção masculina para a necessidade de «revolucionar» as desigualdades de género. Considerando a predominância de um poder de género masculino, parece apontar-se a uma pedagogia da consciência masculina na plena promoção da igualdade no campo das relações de género (narrativa que encontramos muito presente nos escritos de Kropotkine).

No processo de apresentação do que escrevem, adotam quase sempre a mesma estratégia para desmontar o discurso detentor de crenças preexistentes em relação à situação social e biológica da mulher. Assim, é através de um método dialético que sucessivamente vão desautorizando as práticas sociais de então, em relação à mulher, ou seja, adotando um discurso triangular em que apresentam a leitura das posições dominantes, procedem à sua desconstrução e terminam apresentando a proposta anarquista.

Sendo este um jornal de cariz doutrinário, que se identifica como *Publicação Ilustrada - Crítica e Sociológica*, não será de estranhar uma outra característica que nele se encontra, a filtragem das questões de género segundo um duplo olhar: o olhar marcadamente sociológico surge sem deixar de pôr em prática o olhar militante e ideologicamente orientado. Em alguns dos textos nota-se uma abordagem que combina diversos objetivos: a produção de conhecimento; o apelo à consciência social; coerência ideológica do militante; a promoção da inclusão, da participação social e ação de luta (doutrinária), em apelo à militância das mulheres que lhes estão próximas.

Quando abordam o tema da família vêm-na como uma «estrutura estruturante» do indivíduo, ou seja, a família é considerada como sendo o principal meio de definição da produção de comportamentos. Tornando-se assim uma condição indispensável para a

¹⁹⁹ Texto com o título «A Epidemia», agosto 1917, p. 312.

produção ativa do processo social, vendo na mulher um elemento importante para a mudança das categorias formativas instituídas.

A educação é apreendida como uma função social fundamental para a emancipação da mulher e como um *input* para a abertura a novos territórios intelectuais e políticos. Apelo sistemático à instrução e à revolução como condição essencial para a libertação de todo e qualquer poder.

De forma sumária, procurando sintetizar aspetos marcantes da sua perspetiva, podem referir-se os seguintes aspetos: a necessidade de uma organização social livre e equitativa; o apelo à emancipação da mulher, sob condições de educação equivalentes às do homem; o apelo à construção de relações de género igualitárias; o matrimónio entendido como constrangimento da liberdade; a superação dos códigos morais que se vão cristalizando no tempo; o apelo à independência económica da mulher; o afeto como único elo ou compromisso para a união de dois seres; as práticas sexuais encaradas como naturais, e consideradas como fontes de prazer para ambos os géneros. Verifica-se em todas as suas opiniões uma crítica ideológica de recorte teórico intelectual num tom sociologizante que preserva ao longo de toda a publicação.

Quando passamos aos textos de opiniões relacionados com a condição da mulher no semanário *O Protesto*, percebe-se que este assume uma postura algo diferente na abordagem deste tema. Abandona definitivamente a questão no que se refere unicamente ao poder de género (feminino / masculino), e entra num território em que a igualdade de género entrelaça a questão social e política. Assim, ainda que não deixando de enquadrar as questões de género, podemos decifrar a produção de uma mensagem profundamente manipuladora contra o adversário/a republicano/a.

Nesta publicação, nota-se uma abordagem informada por um duplo olhar, segundo dois estereótipos sociais de género. Tecem-se elogios e apreciações glorificadoras da mulher proletária e do seu espírito de combate ao lado dos seus companheiros. No reverso, aproveita-se para desenvolver uma forte crítica do feminismo burguês, em dois patamares. No plano político referem-se ao feminismo, não como reação às injustiças sociais e de género, mas como uma atitude de exigência, de autorreconhecimento e de notoriedade, dirigida pela ambição a cargos políticos das feministas, o que tomam como indicador do desejo das mulheres republicanas se aliarem ao homem de condição burguesa, no exercício da dominação sobre as classes mais desfavorecidas.

Tendo o feminismo português uma forte ligação ao sufrágio, e se tivermos em consideração a forma categórica dos princípios anarquistas no combate aos imanes domínios da organização da sociedade, tais como: o Estado; a legislação; a influência com base em privilégios; a dominação económica; a produção ideológica que sustenta «ilusão da urna» - para utilizar um termo de Bakunine - ou seja, o significado do ato eleitoral, entre muitos outros, não será de estranhar a crítica ao feminismo burguês e de tendência republicana que então estava a tomar corpo em Portugal.

A argumentação a que recorrem para descrever as feministas releva de forma caricatural - até jocosa - os traços e características físicas pessoais de figuras femininas republicanas enquadradas em estereótipos femininos convencionais. Usam como técnica para desvalorizar os argumentos das feministas uma hiperbolização (negativa), que associa características físicas risíveis destas mulheres à crítica dos argumentos a que estas recorrem na argumentação das posições que assumem.

O recurso a este estratagema pode ser visto como uma contradição e parece indiciar e colocar entre parêntesis a salvaguarda de princípios - liberdade individual e igualdade de género - tão caros à doutrina anarquista. No fundo, os preconceitos associados a estereótipos de género parecem persistir apesar dos ideais.

Qual o entendimento sobre a libertação da mulher? Que validade têm as reivindicações das feministas no que consagra a essa libertação? Os textos destas publicações que situam a mulher na intervenção política inspiram-se, de modo estreito, numa visão específica, extraída da visão bakuniniana.

«Numa palavra, rejeitamos toda a legislação, toda a autoridade e toda a influência privilegiada, titulada, oficial e legal, mesmo emanada do sufrágio universal, convencido de que ela só poderia existir em proveito de uma minoria dominante e exploradora, contra os interesses de uma imensa minoria subjugada.

Eis o sentido no qual somos realmente anarquistas.»²⁰⁰

Ou seja, a questão feminista representa apenas a exploração projetada numa minoria dominante. Na opinião de quem escreve nesta publicação, a luta feminista resultará na opressão da mulher de classe baixa.

O modelo subjacente à abordagem que é utilizada neste jornal sobre o tema em questão organiza-se em torno de quatro polos: princípios para uma defesa da emancipação da mulher; consideração das questões de género como um aspeto correlacionado às

²⁰⁰ Bakunine, Mikhail (2000), *Deus e o Estado*, São Paulo, edições No-Sol, p. 40.

desigualdades sociais e aos conflitos de interesse entre as diferentes classes; crítica e desconstrução do conceito de feminismo como proposta de emancipação da mulher; afirmação de que a emancipação da mulher implica uma revolução social em conformidade com os princípios da doutrina anarquista. No confronto com *A Sementeira* sobressai uma acentuação enfática na correlação entre questões de género e desigualdades sociais, e a demarcação fortemente crítica da visão do feminismo da Liga Republicana da Mulheres.

Os textos encontrados no semanário *Guerra Social* sobre as questões de género exprimem olhares muito singulares e duas abordagens muito próprias e distintas, ainda que sob uma tónica comum. Evidencia-se uma forte inclinação para romper com as normas e os ritos tradicionais, inclusivamente na semântica e ritmo que os textos traduzem. O texto de Pinto Quartim sobre a virgindade é um caso único de uma abordagem frontal e vanguardista, de um tema tabu, em corte com cânones instituídos da sociedade do seu tempo. Por outras palavras, rompe com os poderosos pontos de vista dominantes que, muitas vezes, a própria sociedade incorpora como naturais. O outro texto produzido por este jornal representa o testemunho, na primeira pessoa, de uma mulher, Maria Muñoz, que denuncia e questiona as práticas de uma sociedade em que o poder de género masculino é tão dominante que acaba incorporado pelas próprias mulheres.

Comum a ambos encontramos um olhar orientado para uma reflexão e questionamento das condições de realização e bem-estar da mulher como indivíduo e sujeito social, sublinhando a sua soberania e o direito à liberdade na fruição do corpo e da sexualidade. Ambos evocam esta dimensão como um elemento base na construção de qualquer indivíduo, o que necessariamente se aplica à mulher.

No extrato de um outro texto, da autoria de Antónia Maymon, deparamo-nos com uma análise crítica da instituição casamento, entendida por esta autora como uma via de subordinação da mulher ao poder de género masculino. A temática deste texto desenvolve uma posição e percurso semelhante aos demais jornais.

Sumariando, os textos encontrados nestas publicações de orientação anarquista sobre o tema em análise são registos de opinião caracterizados por alguns traços mais ou menos semelhantes como a análise e denúncia dos problemas que afetam a mulher, a referência aos responsáveis e desconstrução dos argumentos que adotam, a afirmação dos princípios a que, do seu ponto de vista, deveria obedecer a organização da sociedade para uma existência da mulher como sujeito livre, autónomo e emancipado, e o apelo à rejeição da figura do homem

como o elemento dominante por natureza. Subjacente à visão expressa nestas publicações emerge um conceito de felicidade para todos, transversal às diversas reflexões. A soberania do Homem sobre si próprio, a liberdade e autonomia individual, serão vetores do caminho que permitirá atingir a suprema felicidade, o que se inscreve no quadro da doutrina anarquista que inspira estes autores.

4.4 Que abordagem das relações de género em *A Sementeira*?

Após uma observação de conjunto, apresentada no ponto anterior, passarei a uma análise mais pormenorizada da abordagem e do tratamento realizado nestes títulos da imprensa anarquista face às questões de género, segundo os temas que neles predominam.

Sobre a emancipação da mulher

Um dos temas enfatizados na abordagem da imprensa anarquista contempla a emancipação da mulher. São vários os aspetos que caracterizam a posição apresentada. A ideia geral assenta no pressuposto de que a igualdade e a horizontalidade, princípios fundadores da respetiva visão teórica e ideológica, se devem aplicar à relação entre os géneros. A perspectiva expressa nestes textos tem subjacente a ideia de que a evolução futura da sociedade deverá conduzir a um maior equilíbrio nos papéis sociais de ambos os géneros, na senda de um percurso progressivo de emancipação da mulher.

No desenvolvimento desta posição, nota-se uma demarcação dos discursos onde sobressai a imagem da inferioridade de género - argumentos e posições antifeministas - mas também do feminismo, que entende a emancipação sob um enfoque que incide na participação feminina no sufrágio eleitoral. Nesta temática, assume-se um papel discordante destas duas lógicas completamente adversas, insistindo na perspectiva redutora e desadequada dos argumentos que sustentam essas visões.

A instituição família e as condutas a que a ela se associam, em que a reprodução de papéis sociais de género se revela profundamente assimétrica e fortemente penalizadora da condição feminina, é explicitamente alvo de crítica e contraposição. O modo como a sociedade encara a maternidade e o papel da mulher enquanto mãe são aspetos negativamente considerados na visão destes autores, defendendo-se que numa sociedade evoluída homem e mulher devem, naturalmente, partilhar as diferentes tarefas e responsabilidades familiares, nomeadamente as relativas à reprodução e educação. A seu ver, não protegendo convenientemente a condição da mulher enquanto grávida e futura mãe, potencia-se um fator

de dependência que resulta na sua fragilização enquanto ser autónomo e autodeterminado, nomeadamente no plano económico. Constatam que, a manter-se esta «tradição», a mulher continuará penalizada, numa época em que poderá e deverá dar um contributo positivo no equilíbrio da própria sociedade.

Em geral, a posição que se pode apreender nos textos sobre este tema afirma uma crítica à organização social estruturada em função de um poder de género sob domínio masculino. Simultaneamente, evidenciam-se os fatores que contribuem para a fragilização e subordinação da mulher na sociedade, tentando antever as condições a que deveria obedecer a sua existência emancipada numa sociedade mais justa e evoluída.

Argumentando contra os vários argumentos

Um dos temas desenvolvidos extensamente diz respeito ao debate e contra-argumentação das posições relativas à condição da mulher. Numa dialética de prós e contras, esta temática é discutida ao longo de vários meses, em textos publicados em sucessivas edições de *A Sementeira*.

Ao longo dos textos, apresentam e discutem os argumentos relativos aos fatores e posições que condicionam a emancipação da mulher. É sublinhado que os adversários da emancipação sustentam e polarizam a sua tese na inferioridade psíquica e na menor força física da mulher. Partem da questão: em que medida serão estes argumentos admissíveis e validáveis cientificamente? No olhar de quem escrevia nesta publicação, a inferioridade física da mulher é um argumento que não colhe: «Nem peso do cérebro nem volume de cérebro são de resto argumentos convincentes (...). Todas as provas dessa inferioridade são muito discutíveis, de difícil interpretação por complexos os fenómenos a que se referem.»²⁰¹ É afirmado que, para fundamentar esta análise, seria necessário provar cientificamente que a sua força física, a sensibilidade, a capacidade intelectual e a vontade de qualquer mulher estão abaixo das mesmas determinantes em qualquer homem, em todo e qualquer homem. «Haverá alguém que negue a sério que no conjunto das faculdades, muitas mulheres são superiores a alguns homens?»²⁰² A ser assim, onde está a fronteira que delimite inequivocamente a partir de quando será a emancipação exequível? Nem no plano físico nem nos planos psíquico e intelectual o argumento de inferioridade do género feminino assume contornos compagináveis com um suporte científico consistente. É neste choque de opiniões que se vê rejeitado

²⁰¹ César Porto «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos», *A Sementeira*, Ano I, n.º 11, julho 1909, p. 82.

²⁰² Porto, «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., julho, p. 82.

qualquer tipo de argumentos biológicos que justifiquem um poder de género. A este propósito reconhecem que o que permite explicar esta questão são as diferenças económicas e as construções sociais e culturais «A sensibilidade e vontade (...) sofrem variantes, segundo o ambiente social, ou meio de cada indivíduo.»²⁰³ Segundo o seu modelo de pensamento, numa sociedade onde existem condições sociais muito díspares será natural que os contributos dos indivíduos que a integram (seja homem ou mulher), nomeadamente nos planos intelectuais, social e político, sejam assimétricos.

Uma parte desta crítica argumentativa direciona-nos para a linha de pensamento dos que entendem como caminho para a emancipação da mulher a participação no sufrágio, argumento reivindicado por alguns feminismos. Questionam estes autores a razão de atribuir tanta importância e prioridade ao voto quando se encontram perante uma sociedade tão desigualitária. Não será que o potencial significado do sufrágio na libertação da mulher assume um carácter ilusório? E porquê lutar por se oferecer às mulheres uma liberdade tão perversa como o sufrágio? Em conformidade com um dos cânones da sua corrente teórica, questionam o binómio emancipação versus sufrágio: «Que devemos entender pelo termo “emancipação”? É o sufrágio universal com o direito para a mulher de ser eleita e elegível?»²⁰⁴ Nem o sufrágio, nem o argumento da inferioridade biológica da mulher face ao homem permitem encarar convenientemente a questão da emancipação da mulher. Evocando um dos seus princípios gerais interrogam a legalidade do sufrágio, para um ou mesmo para ambos os sexos: «A questão é: será o sufrágio legal?» Desta forma afastam o recurso ao sufrágio como via para obter direitos individuais ou de género²⁰⁵.

Na visão que é possível apreender nos seus textos, encontra-se a construção da identidade da mulher enquanto sujeito de corpo inteiro que, necessariamente, decorre de um processo evolutivo. Só a evolução leva à extinção de preconceitos institucionalizados e cristalizados na sociedade. Para atingir essa evolução propõem uma outra conceptualização dos papéis de género, agora transformados numa efetiva ameaça à civilização.

Projetando-se em marcos sócio-históricos e na evolução da sociedade, afirmam que a instituição família, tal como se conhece, foi fruto de um percurso, pelo que será expectável que a organização da família venha a sofrer transformações dos seus padrões convencionais, onde a visão dos papéis de género está profundamente cristalizada.

²⁰³ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., julho, p. 82.

²⁰⁴ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., julho, p. 82.

²⁰⁵ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., julho, p. 82.

Denunciando os falsos estereótipos assentes nos valores convencionais da instituição familiar, desenvolvem a ideia de que a submissão e a falta de condições económicas da mulher a submetem ao poder de quem a sustenta. Assim, o sistema, tal como está, determina a atual condição de inferioridade da mulher. Escrevem que «O homem é quem a sustenta, lógico é pois, segundo a sociedade, que seja o homem quem as domine em casa ou na vida pública, pela opinião geral ou pelo parlamento.»²⁰⁶ Assumem nesta matéria uma posição de inquietação e de combate a estes procedimentos, que, a seu ver, reproduzem as hierarquias de género e reforçam a dominação masculina.

Numa sociedade baseada numa legitimação hierárquica - cultural ou monetária - as atitudes derivadas do exercício da lei do mais forte facilmente se reproduzem. Mesmo num universo proletário, o homem - que é dominado pelo capital - torna-se o dominante através de um poder de género: «O proletário, tão tiranizado, ainda tem um ser a quem tire, pelo menos segundo o código, muitas vezes segundo a prática - é a mulher a quem adquiriu.»²⁰⁷ O que quer dizer que, para estes autores, nas relações pessoais entre indivíduos da mesma classe, é o corpo biológico quem define a vulnerabilidade social, por esse facto será necessário derrubar as ideias preconcebidas e as estruturas mentais que codificam o poder de um género.

Assim se sublinha que a emancipação da mulher não será uma realidade sem que haja uma libertação dos costumes e a organização da família sofra uma evolução. Admitem-se as diferenças biológicas a que a mulher está submetida, sem aceitar que se transformem num fator de penalização ou submissão da mulher. A gravidez e a amamentação não devem constituir factores de dependência, nem económica nem social e política. «Durante o período da gravidez poderá amanhã o homem entrar em combinações com a mulher [de forma] a garantir-lhe a independência». Contra o velho paradigma da gravidez não desejada e no decurso de uma sociedade mais racional, propõem a ambos os sexos: «assegurar contra a gravidez, como tanta gente, hoje em dia, se assegura contra acidentes»²⁰⁸. Merece ser sublinhado que, apesar destas reflexões, nunca referem os métodos contraceptivos.

Na sua perspectiva, apesar de uma boa parte das mulheres parecer ainda não desejar a sua emancipação, será a mulher emancipada pelos seus próprios atos que irá remodelar os costumes, e por sua vez da remodelação dos costumes resultará a mulher emancipada que

²⁰⁶ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., julho p. 82.

²⁰⁷ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., julho, p. 82.

²⁰⁸ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., setembro, p. 102.

recusará a submissão aos arcaísmos sociais. Este processo terá como produto uma evolução que irá traduzir-se no fim das diferenças e repressões.

Asseguram que a mulher é por si só capaz de executar outras tarefas que não as domésticas. Deve por isso ter possibilidade de escolha segundo o princípio da liberdade e autonomia. Escrevem-no do seguinte modo: «A cada qual a liberdade, a liberdade na lei e no costume; que todas as ocupações estejam abertas a todos, siga cada indivíduo a sua vocação (...) e bem depressa, pela liberdade, uma divisão de trabalho se realizará mais equitativa que a dos nossos dias.»²⁰⁹

Sintetizando os aspetos nucleares da perspectiva subjacente à sua abordagem, encontramos o seguinte resumo:

«Resuma-se o que foi dito. 1.º) A inferioridade psíquica da mulher, como o não seria a inferioridade física, não constitui argumento contra a sua emancipação. De resto, essa inferioridade é difícil de provar; 2.º) A emancipação da mulher é essencialmente económica; 3.º) Embora a sexualidade se repercuta em todo o organismo e determine muitas diferenças, a mulher tem faculdades económicas de produtor ultrapassando a vida doméstica.»²¹⁰

Poder-se-ia concluir que, para estes anarquistas de início de século XX, a liberdade comporta a emancipação económica e social para a mulher. Apreendem a moral como um obstáculo à evolução individual e social da mulher num futuro próximo, se a base moral da sociedade contemplar o que resulta de um conhecimento científico, caminhar-se-á então num processo de formação de uma sociedade igualitária. No entanto, essa ruptura só será exequível se a mulher não se acomodar e de sua vontade se integrar nos diversos domínios da vida social. O sufrágio apresenta-se como um conceito que serve para manipular a ideia de libertação da mulher, a luta para governar. Não poderia ser de outra forma, uma vez que um dos pilares desta doutrina insiste em ver no voto o significado da luta pelo poder, a escolha de um chefe, a constituição de um Estado e a permanência de uma submissão consentida a uma entidade. Ou seja, a presença de um largo conjunto de marcas que os próprios identificam como procedimentos autoritários. Este não é um mero comportamento desta publicação, é transversal a toda a doutrina anarquista.



²⁰⁹ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., julho, p. 91.

²¹⁰ Porto, em «A Emancipação feminina e os seus contra argumentos»..., setembro, p. 102.

«Todas as questões que diariamente pomos em debate, não deixam de ter uma transcendental importância para a vida futura, e o problema feminino não deixa também de possuir interesse. Por isso, a miúdo, vimos debatê-lo no livro, no jornal ou na tribuna.»²¹¹

Centrados em artigos com títulos como os de «Em Volta do Amor Livre», os seus autores descrevem condutas individuais e coletivas que impõem as desqualificações sociais à mulher. Referem-se, nomeadamente, ao matrimónio, à prostituição e à legislação que rege as instituições. Culpabilizam a educação, a convivência do governo, da burguesia e da igreja, pelo obscurantismo onde a mulher se encontra. Sublinham que a desigualdade e a baixa condição social em que muitas delas se encontram determinam a subordinação da mulher ao homem. Problematizam as desigualdades existentes entre os sexos, definem-nas como heranças socialmente construídas. «Desigualdades artificialmente criadas e mantidas para conservação do domínio masculino (...). Jamais se teve em consideração que a mulher é um organismo funcionante, com os mesmos direitos ao gozo como qualquer outro organismo.»²¹² Está implícito nesta constatação a consciência de que estas relações de poder podem ser desconstruídas, e orientadas para condutas mais igualitárias. A explicação que apresentam para a sociedade ter a mulher como um ser subalterno é a perversão dos sentimentos da própria sociedade e de todas as suas instituições. O que nos encaminha para um dos temas com bastante desenvolvimento nestas publicações, que se prende com a produção social da prostituição e as suas causas.

Um dos aspetos proeminentemente focados nestas publicações chama a atenção para a peculiar organização da sociedade como promotora dos vários perfis de prostituição. Segundo o seu olhar, a prostituição sobrevém como consequência determinante da própria sociedade e das suas instituições. Decorre, muitas vezes, como fruto da corrupção e do ócio das classes dominantes que presidem ao engrandecimento deste campo de «atividade industrial onde tudo há a ganhar e nada a perder».

Ao definirem um quadro explicativo da proliferação desta «indústria», é no estilo de vida adotado por alguns grupos sociais que encontram a responsabilidade das situações de desgraça e de sofrimento das famílias mais humildes. Cláudio de Lisle, por exemplo, escreve: «Um contingente de corretores, de dependentes, de rufiões, de megeras empregadas neste tráfico, não conseguem senão levar à desonra, à dor, e à lágrima muita família humilde. Podemos chamar civilização a isto?»²¹³

²¹¹ Cláudio de Lisle em «Em Volta do Amor livre», *A Sementeira*, Ano I, n.º 8, abril, 1909, p. 58.

²¹² Lisle em «Em Volta do Amor livre»..., abril, p. 58.

²¹³ Lisle em «Em Volta do Amor livre»..., junho, p. 75.

Uma outra forma complexa de prostituição aponta para as mulheres burguesas, que estabelecem relações por interesse. Estas relações, que a seu ver estão imbuídas numa prostituição *latente*, são representadas neste texto de opinião pelo matrimónio dos grupos sociais genuinamente burgueses e das uniões aristocráticas. Matrimónios que assentam em interesses delimitados por reprodução de teias de padrões culturais, onde se vivem obedientemente todas as pressões sociais e institucionais. Não veem nesses matrimónios mais do que relações fabricadas, pois que os membros do casal vivem afastados um do outro, chegando mesmo, muitas vezes, a haver um outro participante ativo entre o casal. Assim, podemos ler: «Aí é onde a prostituição está mais manifesta, pois que a mulher vai muitas vezes pelo braço do amante na carruagem, pelos passeios públicos nos dias festivos com o esposo “cornudo e contente” ao lado.»²¹⁴ Continuando a fazer uma leitura crítica de outras formas de prostituição que consideram estar encapotada, sublinham que não são apenas as mulheres que se vendem para obter os recursos mínimos de subsistência, mas também aquela que, por puro interesse, se entrega sem amor. Aquela que entrega os seus jovens atributos a um «velho ou a um novo» é uma prostituta. A mulher casada que, sem sentimento e emoção pelo «esposo», vive uma vida alicerçada por uma representação social e institucional, ou seja, vende-se por um conjunto de interesses que assentam na sua própria estabilidade e representação social. Estas mulheres, ao perpetuarem uma relação com base no interesse, inscrevem-se num sistema de prostituição disfarçada. «A prostituição, horrível caricatura do amor escravo, um dos cancros gerados pelo regime da propriedade privada e do salário; ou pela mancebia que é hoje (...) o amor escravizado pela dependência económica e moral da mulher.»²¹⁵ Muitos dos exemplos que apresentam permitem ainda mostrar a distinção entre amor e união estabelecida por interesse apoiado na aparência ou nas vantagens sociais, ou são ainda relatados exemplos que acabam por interrelacionar a coerção do género feminino com a dupla articulação de lei e religião e as suas inerentes normas sociais.

Como antídoto para esta combinação de regras impostas, propõem a exclusão do preconceito, da moral e do governo. Pois estes visam interiorizações sociais que condicionam os «gozos puros» e o verdadeiro amor. Apela a uma organização livre e equitativa, proclamam assim alterar o discurso do tempo, discurso que tende a fabricar sujeitos preconceituosos.

Na análise deste tema teremos que admitir a ilustração da existência de duas visões distintas e claramente não isentas na semântica do que quer dizer prostituição. À mulher

²¹⁴ Lisle em «Em Volta do Amor livre»..., p. 75.

²¹⁵ Neno Vasco em «Noções rudimentares sobre o amor livre», *A Sementeira*, 2.ª série, maio 1916, p. 68.

operária ou de classe mais baixa é imposta a prostituição pelo flagelo da miséria. Esta prostituição surge legitimada como forma de subsistência e faz dela uma vítima. Em contraste com a mulher de classe baixa, a burguesa é representada como sendo uma prostituta dissimulada, vende-se para alcançar bens materiais ou perpetuar os dogmas morais. Temos assim duas análises relativamente diferentes do mesmo género, ou seja, neste discurso sobre a prostituição assiste-se à personificação da mulher diferenciada em conformidade com a classe. No entanto, talvez se deva considerar que se encontra um eixo nuclear em ambos os casos, a subordinação de género feminino. Da proletária sujeita ao lado económico; da burguesa, visto pelo lado resultante da estrutura moral, impregnada na sociedade. Independentemente da classe social, está implícita nesta visão uma crítica ao modo como a sociedade modela a sexualidade.

Seguindo a ideia anterior, o mundo que o matrimónio representa é referenciado como um constrangimento da liberdade, quer obedeça à instrução da igreja quer obedeça ao condicionamento da lei, sendo que veem no afeto o único elo ou compromisso de uma união. «O matrimónio, ou melhor, a união do macho com a fêmea, legalizada para toda a vida, pelo funcionário civil e sancionada pelo padre (...) é uma injúria às leis naturais»²¹⁶ Seguindo esta perceção, outro dos problemas que se impõe sublinhar será a sujeição de uma união alicerçada no julgamento moral ou económico e onde o amor já não exista de um dos lados. Fazendo justiça à teoria que defendem, assumem claramente que um livre pensador jamais aceitará o casamento: «O casamento religioso ou legal é certamente uma incoerência para o livre pensador ou para o anarquista negador do Estado.»²¹⁷

Consideram que se as condições forem niveladas economicamente e se a sociedade não sustentar a influência dos preconceitos, a mulher e o homem podem separar-se logo que o amor acabe. «Não desconhecemos que na generalidade dos casos a separação não existe devido aos preconceitos, aos interesses criados e à dependência económica da mulher.»²¹⁸

No caso concreto pelo que entendem por «Amor livre», mais uma vez se denota que, em concordância com a perspectiva anarquista, o seu discurso direciona-se para a construção de uma sociedade liberta do poder institucional, onde explanam a ideia de um plano igualitário entre homem e mulher. «O amor livre reduz-se simplesmente a que um homem e uma mulher que se sentem atraídos por um afeto recíproco não necessitem para unir-se da

²¹⁶ Lisle em «Em Volta do Amor livre»..., outubro, p. 110.

²¹⁷ Neno Vasco em «Noções rudimentares sobre o amor livre», *A Sementeira*, 2.ª série, maio de 1916, p. 68.

²¹⁸ Lisle em «Em Volta do Amor livre»..., outubro, p. 110.

sanção da tutela das leis.»²¹⁹ Assim se conclui que o amor livre não tem por base a instituição legal ou religiosa mas sim o ser aceite mutuamente, e a sua base de sustentação tem de ser o afeto, garantindo, assim, a liberdade de escolha no campo dos afetos para ambos. À semelhança de outros temas analisados anteriormente, também sobre a questão do amor livre realçam alguns princípios defendidos pela sua doutrina:

«A união livre é pois a união unicamente baseada sobre o amor, o consentimento recíproco, a consciência esclarecida do problema sexual, sobre a independência material essencialmente económica dos dois amantes, sobre o mútuo respeito de vontades contrastantes, condições estas bem difíceis de encontrar no atual regime de escravidão económica e política, tanto no matrimónio legal como no celibato, tanto na união de uma hora como no casamento para toda a vida.»²²⁰

Desta forma, se quisermos definir o conceito de «Amor Livre» no olhar destes homens, poderemos afirmar que esta união surge como alternativa ao casamento legal, com uma mudança não na forma, mas no conteúdo. Distingue-se por rejeitar qualquer tipo de direitos de um indivíduo sobre o outro, o que pressupõe a negação da subordinação da mulher ao homem, tendo como únicos sustentáculos a liberdade, o mútuo respeito e o amor.

Tomando como exemplo a liberdade individual de cada mulher, e no que respeita às suas diferenças biológicas, mais precisamente sobre a maternidade, escrevem o seguinte: «A liberdade de amor pressupõe a liberdade da maternidade. A mulher deve ter, não digo o direito, - já não sei o que significa esta velha palavra força de abusos, mas o poder e a ciência de não ser mãe senão quando o tiver resolvido.»²²¹

Com base num processo evolutivo, admitem a evolução individual da mulher: «É sabido, somos matéria aperfeiçoante. Assim como se aperfeiçoar paulatinamente o nosso organismo na continuidade das funções assim também se aperfeiçoa a nossa intelectualidade.»²²²

Seguindo o mesmo padrão de quase todos os seus textos de opinião, também em temáticas como o casamento, a prostituição ou o amor, não deixam nunca de enfatizar a sua doutrina; os artigos publicados exprimem ideias fundamentais do anarquismo. A anarquia surge sempre como sendo a única via para a libertação da mulher. Os anarquistas são, assim, a seu ver e em conformidade com os teóricos precursores desta doutrina, os únicos

²¹⁹ «Notas para um Dicionário», *A Sementeira* Ano I, julho de 1909, n.º 10, p. 78.

²²⁰ Vasco em «Noções rudimentares sobre o amor livre»..., maio 1916.

²²¹ «Notas para um Dicionário», *A Sementeira*, Ano I, julho de 1909, n.º 10 p. 78.

²²² Cláudio de Lisle em «Em Volta do Amor Livre» *A Sementeira*, outubro 1909, p. 110.

representantes da sua libertação, a linha de fuga contra o poder masculino e o único caminho para a felicidade.

«Nós, os anarquistas, somos os vossos únicos e verdadeiros amigos, porque queremos emancipar-vos da tutela aviltante do macho, ambicionamos colocar-vos em condições (...) que podeis expressar os vossos desejos (...) conduzir-vos para uma sociedade que vos garanta os meios de vida e felicidade (...). Vinde ao nosso lado, lutai connosco, para despedaçar o jugo que (...) tendes suportado sempre crentes e submissas. A luta (...) é contra todas as instituições que criaram a vossa sujeição e a vossa ignorância. Uma vez obtida a vitória na batalha sereis livres e felizes.»²²³

Em contradição com o que muitas vezes escrevem, não deixamos de perceber em alguns dos seus textos uma acérrima crítica aos próprios anarquistas, por se recusarem a ter qualquer iniciativa para a integração e emancipação social, nem mesmo das mulheres que lhe são próximas. Ao referir-se a esses anarquistas podemos ver a opinião de um dos seus colaboradores quando escreve: «Não se presta a devida atenção [à mulher] (...). Sem falarmos, é claro, nos emancipados - em toda a parte os há - que tendo opiniões arrojadíssimas sobre a emancipação social reservam esse arrojo de opinião... para o sexo masculino.»²²⁴ A ênfase colocada neste discurso não deixa dúvidas para um olhar crítico a todos os homens que não reconhecem a mulher como sujeito igual. A seu ver, esses homens embora se organizem em torno de princípios revolucionários, não modificam os códigos sociais existentes. A este propósito realça-se que é visível para os que escrevem nesta publicação que não basta reconhecer que a mulher tem um papel social subordinado; será imperativo que se atue e se viabilize a estratégia da emancipação.

A formulação de um discurso crítico direcionado para o homem aparece muito presente nas ideias que vemos inscritas em alguns dos teóricos precursores. Kropotkine, ao referir-se aos homens, desenvolve a seguinte ideia: «Porque os mesmos que querem a libertação do género humano, não incluem a mulher no seu sonho de emancipação.»²²⁵ Sobre este aspeto, deveremos ter em conta ainda a natureza das tendências teóricas, que embora apelem a uma doutrina anarquista, comportam algumas subtilezas que as diferenciam.

Família como a grande ordem estruturante da sociedade

A maior parte dos artigos que se relacionam com a família centram-na na sua função socializante, ou seja, seguindo os critérios de uma visão atual, poderíamos dizer que a família surge como uma «estrutura estruturante» - adotando um léxico bourdieusiano - que determina

²²³ Lisle em «Em Volta do Amor Livre»..., julho 1909, p. 86.

²²⁴ Emílio Costa em «Emancipação da mulher», *A Sementeira*, Ano I, 2.ª série, n.º 3, março de 1916, p. 35.

²²⁵ Kropotkine (1975), *A Conquista do Pão*, Lisboa, Guimarães e Companhia, Editores, p. 157.

os processos comportamentais. Esta «máquina social», como lhe chamam, aparece associada à educação e formação, numa abordagem funcionalista; atribuem-lhe o papel mediador na transformação ou neutralização do desenvolvimento das crianças, e conseqüentemente um papel na formação da sociedade.

Mas é à mulher, ou ao seu papel de mãe, que exaltam enquanto educadora. Nos artigos relacionados com esta temática - este discurso só começou a surgir na publicação a partir de 1916 -, assiste-se à combinação de várias particularidades: a mulher surge com a imagem de um ator especializado na formação das crianças; responsável pela biografia dos indivíduos que gera, nomeadamente, como garante pelos futuros revolucionários; evidenciam as clássicas «características» da mulher enquanto representante de comportamentos predominantemente emocionais, frequentemente ligadas a um amor maternal e hiper-altruísta. Ao contrário do que seria de esperar, o seu papel enquanto esposa surge sublinhado em alguns textos, salientando-se por vezes algumas flutuações de opinião, que emergem num tom claramente incompatível com os pressupostos que defendem. Surge então um discurso tipicamente subordinado a um modelo masculino, isto é, assume-se uma perspectiva em que se estabelecem papéis particulares tanto para o homem como para a mulher.

Em artigos com títulos tão evidentes como «A família como base das sociedades» ou ainda «A família como base da organização social», o autor (Ismael Pimentel sob pseudónimo de Ismaelita) esclarece a importância da família enquanto alicerce para a educação da criança. A família é, na sua opinião, a grande definidora da produção de comportamentos. Tornando-se, por isso, numa condição indispensável para a reprodução ativa de um processo social saudável. «A família é órgão integrante da grande máquina social (...). Nas escolas forma-se o cérebro pela acumulação de conhecimento de toda a ordem; mas na família forma-se o indivíduo.»²²⁶ É no grupo familiar que se adquirem as primeiras referências, onde se herdamos as virtudes e os vícios. Desta forma, a família é considerada escola basilar dos mais profundos sentimentos, onde se irão gerar os futuros membros da sociedade: «Sendo a família a escola basilar de onde irradiam todos os sentimentos afetivos que devem alcançar num conjunto de harmonia social (...), os nossos esforços devem (...) preparar [a mulher] para o bem e cabal desempenho dessa altíssima salutar missão.»²²⁷ Reforçam e desenvolvem continuamente a ideia de que a família é a base e o alicerce de todo o equilíbrio social. De forma metafórica observam: «Assim como um grande edifício não se mantém se não tiver bases proporcionadas

²²⁶ Ismaelita, «Família como base da organização social», *A Sementeira*, Ano I, 2.ª edição, n.º 2, fevereiro de 1916, p. 25.

²²⁷ Ismaelita em «Família como base da organização social»..., maio, p.72.

à sua grandeza; assim também o equilíbrio social não será mantido se não o cimentar a instrução e a educação da família como seu fundamental alicerce.»²²⁸

A seu ver, a família ainda não atingiu um grau de perfeição necessária para funcionar como ação reguladora que cumpra funções sociais equilibradas. Referindo-se a essa disfunção dizem: «Presentemente, ela está muito distanciada das condições necessárias à sua missão (...) não conseguindo estabelecer a coesão indispensável, e mesmo imprescindível, à sua existência (...) a sua ação reguladora se torna nula e mesmo insolvente.»²²⁹

Segundo o seu olhar, é através da educação que advém da família que os preconceitos são incutidos na criança: «O indivíduo não nasce com uma psicologia própria, adquire-a em harmonia com o meio e com a educação.»²³⁰

É neste contexto de preocupação com a organização de uma sociedade mais equilibrada que consideram o papel preponderante da mulher, como mãe, educadora, transmissora do património afetivo, enfim, a responsável pela socialização do indivíduo. «Mas como dentro da família se destaca, como elemento preponderante, a mulher, como esposa e mãe, é especialmente para ela que se dirigem todas as atenções dos modernos psicólogos e educadores.»²³¹

Este parece ser o verdadeiro significado da sua função, as funções formativas que desempenha a mulher dentro da família, como a construtora da personalidade do indivíduo enquanto criança, ou como esposa, talvez pelos seus dotes emocionais. O papel de «esposa», embora referido, é pouco especificado nestes textos. No entanto, podemos perceber que este é um papel que, embora irreconciliável com os princípios da doutrina, está presente de uma forma silenciada, sem deixar de perpetuar uma concetualização dos papéis de género. Em confronto com esta ideia, dizem que a mulher deve ser vista com dignidade e «consideração universal». Verificam, assim, a necessidade de a valorizar, de a compensar de todas as lágrimas, de todo o cativo, da escravidão e dos preconceitos em que tem estado submetida. Sobressai a importância de educar a mulher se possível ainda melhor do que o homem, para que possa fazer do conhecimento adquirido o seu uso efetivo na formação da criança: «Eduquemo-la (...) pois que tem de acompanhar dos primeiros vagidos aos primeiros passos.»²³² Vendo na mulher a principal responsável pela formação de crianças, entendem ser

²²⁸ Ismaelita em «Família como base da organização social»..., setembro, p. 137.

²²⁹ Ismaelita em «Família como base da organização social»..., fevereiro, p. 25.

²³⁰ Ismaelita em «Família como base das sociedades»..., abril, p. 54.

²³¹ Ismaelita em «Família como base das sociedades»..., abril, p. 54.

²³² Ismaelita, em «Família como base das sociedades»..., maio, p. 72.

importante uma valorização intelectual da mulher, libertá-la de dogmas significa incutir na futura geração um espírito de não submissão aos códigos morais instituídos. Ao potenciar a educação da mulher estão a salvaguardar a emancipação dos Homens enquanto seres livres.

Paradoxalmente, longe de apresentar alguma coerência com a mensagem que passam na sua produção ideológica, vemos sobressair de alguns dos seus olhares uma postura profundamente contraditória no que respeita à horizontalidade do estatuto da mulher. Parece transmitir uma ideia baseada na inferioridade natural do género feminino e na submissão ao seu homem. Encontramos tais ideias em textos como o seguinte: «Eduquemo-la, [a mulher] para que saiba preencher, como é preciso, o doce lar da família, ser esposa, antes de ser mãe, saiba, enfim, encher de atractivos o lar conjugal, que prendam no enlevo de uma estima sincera e duradoura o marido, que, deste modo, se libertará de uma eventual necessidade de procurar fora do lar distrações quase sempre prejudiciais a si, à família e à sociedade.»²³³

Ressurge neste discurso a velha moral de que a mulher está submetida ao homem, ou seja, recolhe-se deste olhar a reprodução de uma autoridade de género com base em padrões culturais que em outros textos vemos apelidarem de valores da «classe dominante». Nomeadamente quando se refere a «eventual necessidade de procurar fora do lar distrações». Encontramos neste discurso o estereótipo da mulher como um sujeito dócil, que se deve sentir gratificada e preenchida com os atractivos do lar conjugal, com o dever de estar atenta às solicitações do marido, uma representação social que reproduz atributos específicos à mulher, como o sexo fraco e no homem salienta-se a sua virilidade. Não será ilícito se dissermos que por entre linhas pode ler-se nesta narrativa uma ideia de hierarquia familiar, onde o estatuto de género está presente, assumindo assim a tradicional tipificação dos procedimentos da divisão de trabalho. Ou constar que a vivência concreta do «amor livre» inclui situações que podem, à semelhança do casamento tradicional, significar a existência de dependência, papel de mãe e de esposa, conceitos tão intrinsecamente ligados a uma sociedade patriarcal.

Sobre este ponto podemos concluir que, embora de forma residual, alguns discursos apresentam um certo reforço da ideia de que existe uma identidade de género quer para o homem quer para a mulher, ou seja, a determinante biológica torna-se sinónimo de condição de vida. No entanto, quando se referem à educação da criança, veem-na sempre como um indivíduo, independentemente do género, visando um olhar que pressupõe a horizontalidade de géneros.

²³³ Ismaelita, em «Família como base das sociedades»..., maio, p. 72.

Se atendermos a revista no seu todo, podemos dizer que se apreende uma visão positivista, o que não é de estranhar, se tivermos em conta a proximidade dos anarquistas com a visão de filósofos, cientistas ou sociólogos como H. Spencer ou A. Comte²³⁴, o pensamento dos autores libertários contém elementos das filosofias sociologizantes do século XIX. No plano sexual, veem a mulher como um organismo igual ao homem. Num plano intelectual, ela é considerada em processo evolutivo, e tão capaz como o homem, mas com a condicionante de não se ter exercido um processo educacional igualitário. Pode perceber-se no discurso adotado uma certa similitude da evolução da mulher no progresso social com a ordem cronológica dos três estádios de evolução, pelo qual segundo alguns autores do século XIX a Humanidade passou: «selvajaria, barbárie e civilização»²³⁵.

A família que *A Sementeira* nos descreve é vista como um organismo social, meio de transmissão de património cultural, onde a mulher é o seu ator principal, pois é a mulher quem prepara o desenvolvimento dos que vão fecundar o novo «agregado» social. Parecem ver nesta instituição algo próximo com o que o Morgan expõe «A família é a instituição fundadora das sociedades humanas»²³⁶.

Não veem apenas o domínio económico como única via de exercício de coerção e poder, mas também na moral e no preconceito.

No geral, a sua posição parece fazer justiça ao ideal teórico e aos valores determinados por teóricos como Kropotkine, um dos teóricos que frequentemente aparece traduzido nesta publicação.

«Ao mesmo tempo que esta vista de conjunto, que esta nova filosofia, elabora nas ciências, elabora-se também uma concepção de sociedade completamente diferente das que têm

²³⁴ Podemos ler em *A Sementeira* referências a A. Comte como, por exemplo: «Comte, Auguste 1798-1857) o fundador do positivismo. O seu curso de Filosofia Positiva é uma tentativa para estabelecer uma filosofia sintética de todos os conhecimentos humanos numa base puramente científica. Filosofia Positiva quer dizer, na concepção de Comte, o seguinte: Todos os conhecimentos humanos começaram primeiro como concepções teológicas (...). Então o homem volta-se para a fase metafísica e explica todos os atos da natureza por forças abstratas (...), e finalmente chega à fase positiva (...). A filosofia de Comte exerceu uma profunda influência sobre toda a ciência e filosofia da segunda metade do século XIX.» Glossário em *A Sementeira*, julho de 1916, 2.ª série, pp. 106-107.

Quanto a Herbert Spencer, para além de proximidade a alguns pontos de teor filosófico, científico e sociológico defendidas pela anarquia, dir-se-ia haver também uma identificação com alguns pontos da sua atitude perante a negação da autoridade Sobre este assunto ver, H. Spencer. «Filósofo, biólogo, sociólogo (...). Na juventude beneficiou de uma educação naturalista empírica e individualista por via do pai (...) que lhe infundiria a sua paixão pela natureza e o desprezo pelas autoridades.» H. Spencer (2011[1884] *Homem Versus Estado*, Sesimbra, Edição Alfanje, p. 1.

²³⁵ Sobre este assunto podemos tomar como base a obra do antropólogo Lewis Henry Morgan ou a teoria de Auguste Comte. O discurso dos articulistas de *A Sementeira* sobre a evolução da mulher está muitas vezes próximo destes enunciados.

²³⁶ Sobre este assunto, ver o que se escreve sobre os estudos de Lewis Henry Morgan em Dortier, Jean François (dir.) (2009), *Uma História das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições Texto e Grafia, p. 75.

prevalecido até aos nossos dias. Debaixo do nome de Anarquia, surge uma nova interpretação da vida presente e passada das sociedades, ao mesmo tempo que uma previsão sobre o seu destino; e a nova interpretação sociológica obedece ao mesmo espírito que a nova interpretação dos factos físico-químicos e biológicos.»²³⁷

4.5 Que abordagem das relações de género em *O Protesto*?

As questões sobre relações e identidades de género que esta publicação desenvolve são marcadamente centradas nas dissonâncias que o binómio política e feminismos comportam no âmbito da libertação de género.

Num artigo cujo título é «Feminismos e Feministas», o feminismo que então desponta, inspirado numa visão republicana, é rotulado de extemporâneo, «talvez bem cabido no século XV ou XVI»²³⁸. Consideram-no como uma manifestação burguesa, instrumento de poder e dominação, a combater de igual modo como se combate, o padre, o militar, o capitalista e o governo. É apreendido como uma ideia mesquinha, mentirosa, que só pretende o poder e a dominação. Desenvolvem neste artigo ideias de conexão entre a classe burguesa como um princípio de unidade entre si, não dependente do género. Segundo a leitura deste autor, a proposta feminista não integra, está lado a lado com a sua classe e apenas reforça um poder hierárquico.

Desta forma, a abordagem feminista é considerada como mais um mal social ao lado da religião, do militarismo e do governo, mais um parasita a combater. Por outras palavras, desvalorizam o feminismo como meio para a emancipação da mulher, considerando-o uma outra forma e um outro espaço de poder. Nesta ótica, o feminismo tem o único intuito de «repartir com os exploradores o quinhão da exploração alienando-se por isso ao forte para ter a força e ao poderoso para ter o poder»²³⁹. Configura-se como uma forma de legitimar a dominação dos mais fortes, mantendo o sistema de dominantes e dominadores, quer sejam eles homens ou mulheres.

Considerando que as relações sociais, tal como existem, implicam sempre uma relação de poder - estabelecem-se portanto entre dois polos, os opressores e os oprimidos -, entende-se o ideal feminista nesta matriz, dirigido por uma perspectiva em que o poder é uma das suas ambições primordiais. Assinala-se que «Os direitos que o homem reconhece ao homem condensam-se em dois: escravizar e ser escravizado; o primeiro reserva-se para o opressor e o

²³⁷ Kropotkine, em *A Sementeira*, julho de 1910, Ano II, n.º 23, p. 185.

²³⁸ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas», *O Protesto*, 10 de outubro de 1908, p. 1.

²³⁹ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

segundo para o oprimido (...). A mulher feminista quer ser eleita e eleger (...) sendo eleitoras desejareis ser elegíveis; eleitas exercereis o mando e como consequência a opressão»²⁴⁰.

Para o autor deste texto, as feministas nada mais querem do que estar num dos polos, o polo dos opressores, integrarem-se num domínio em que o desejo de reconhecimento de género é definido por contextos eleitorais que só a uma pequena elite serve. Ao pretenderem integrar-se na política eleitoral, estas feministas promovem as transformações apenas para um dos lados subvertendo o entendimento de emancipação e liberdade para todas as mulheres. Afirmam que o que na verdade este grupo pretende não passa da obtenção da liberdade apenas para elas próprias, potenciando desta forma, para a sua classe, o poder de explorar, tal como o sexo forte explora o sexo fraco. Assim se conclui, seguindo o raciocínio deste autor, que o feminismo não é mais que uma tentativa de dominação que oculta um poder de classe, um poder de poderosos: um grupo de mulheres economicamente privilegiado procura iminentemente participar no exercício da dominação praticada pela classe a que pertence, sob outros grupos sociais económica, social e politicamente fragilizados. As feministas, segundo a sua visão, surgem como um reflexo do homem burguês.

A desmistificação – o poder do voto liberta?

No desenvolvimento deste artigo salienta-se que são distintas as pertenças, as expectativas, e as experiências onde se movem as mulheres trabalhadoras e as mulheres burguesas. Enfatiza-se que as primeiras, condicionadas pelos mesmos problemas dos homens da sua classe social, estão lado a lado com estes, na luta pela sobrevivência, sujeitas à «opressão à desgraça e ao sofrimento»²⁴¹. As segundas, integradas num patamar diferente, num outro tecido social, vivem sem problemas. A seu ver, as burguesas não pretendem mais que a sua afirmação pessoal ao lado dos opressores e propõem-se fazê-lo através da via eleitoral. Esta visão está patente quando o autor escreve: «A mulher burguesa, que vive desafogada e plenamente bem, quer agora partilhar com o opressor a opressão, com o poderoso o poderio, com o explorador a exploração (...). A mulher feminista quer ser eleita e eleger e torna-se descontente e irritada por o não fazer. Pois o feminismo não é mais que isto.»²⁴² O feminismo surge assim caracterizado como o ideal de uma elite que se representa a si própria, cujo objetivo primordial em nada terá influência para o desenvolvimento ou a emancipação da classe de baixa condição social, onde se integra a mulher proletária.

²⁴⁰ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

²⁴¹ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

²⁴² Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

Salienta-se o abismo entre a vida das burguesas abastadas, o lazer em que está envolvida toda a sua existência, que as mobiliza apenas para jogos de poder, confrontado com a vida das mulheres trabalhadoras, tão massacradas com problemas que jamais poderiam partilhar os mesmos interesses políticos, bem como a visão «emancipadora» deste feminismo. Evidenciando a contradição entre antagónicas posições de classe enfatizam-se os fundamentos subjacentes a diferentes conceções de emancipação da mulher: «As vossas irmãs proletárias que trabalham como o homem e como ele são exploradas e miseravelmente vivem, essas não têm tempo para exercer mandos e cargos, pois quer nos trabalhos domésticos quer nas oficinas, elas compartilham a Dor Humana.»²⁴³

Assim se pode constatar uma abordagem da emancipação da mulher filtrada por uma visão marcadamente doutrinária, em que a demarcação política e ideológica prevalece, combinada com um exercício de exposição e questionamento de uma realidade com contornos problemáticos em que a fronteira social existente surge relatada de forma tacitamente vincada.

Um dos aspetos que surge referenciado neste texto diz respeito às vias para se chegar à emancipação da mulher. Reafirmando a demarcação da abordagem feminista questiona-se a proposta de promover a emancipação da mulher através do sufrágio eleitoral.

A partir do enunciado da tese anarquista apontam às feministas o facto de que, ao quererem legitimar a sua condição de género dentro de um sistema político, não estão mais do que a contribuir para um sistema coercivo que torna as mulheres voluntariamente escravas e em nada contribui para a libertação de qualquer ser humano. O voto não permite a libertação, pelo contrário, contribui para a legitimação de uma servidão. «Oh! mulheres que assim desejais votar, não vos irriteis por não o fazer, pois o voto não é mais do que a escolha dum senhor, ficando o votante por esta forma tornado voluntariamente escravo.»²⁴⁴

Fustigando a proposta das feministas sufragistas de fazer do voto uma arma da emancipação, tecem-lhes uma severa crítica, sustentando que a Razão deslegitima o exercício de poder do homem sobre o homem. Obedece-se à lógica anarquista ao afirmar:

«Quereis exercer a Tirania, com que direitos? Com os mesmos do homem?... Ora os direitos do homem sobre o homem, pelas manifestações da Natureza e pelos dados da Razão, não são nenhuns; logo os vossos direitos são coisas sem razão, fundadas na vaidade e torpezas humanas.»²⁴⁵

²⁴³ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

²⁴⁴ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

²⁴⁵ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

Questionando os pressupostos de uma sociedade burguesa critica-se às feministas a visão da emancipação, em salvaguarda destes princípios contrapondo-lhe a necessidade de uma mudança de paradigma na organização da sociedade para que mulher e homem possam atingir patamares condignos de liberdade.

Observamos neste encadeamento textual que o voto é sem dúvida um facto marcante para a antinomia existente em qualquer dos olhares - feminista/anarquista - no olhar anarquista o caminho para a libertação de qualquer indivíduo jamais passará pelo voto. Este olhar encerra uma clara posição de defesa da emancipação da mulher, mas um claro não ao feminismo sufragista.

Emancipação da mulher sem alterar as instituições sociais?

Na abordagem da condição feminina faz-se uma associação entre a posição feminista e a dominação exercida via instituição casamento, considerada «antirracional e anticientífica». Como já se viu anteriormente, a lógica predominante dos anarquistas em relação ao casamento é que este desenvolve uma subordinação da mulher ao homem. Neste âmbito afirma-se que «Enquanto o casamento ligar a mulher ao jugo do homem, ela não se emancipará, ficará sempre como até aqui. Mas o feminismo não vê isso.» No fundo, critica-se o facto de o feminismo dizer querer a emancipação da mulher, sem questionar aspectos tão centrais como os que reportam aos contornos e consequências da instituição casamento para a autonomia e a liberdade da mulher. A partir daí conclui-se que «O feminismo não quer emancipar a mulher, o seu veemente desejo é mandar e ajudar a oprimir, não vê que a mulher só será verdadeiramente livre num regime racional»²⁴⁶. A seu ver, a proposta feminista visa perpetuar muros sociais, omitindo a referência a instituições e mecanismos de dominação que asseguram a viabilidade de uma ordem social ilegítima.

Quando se coloca a problemática do casamento pode distinguir-se a associação do poder institucional, com a diferenciação no poder de género, pois à semelhança de outros textos veem no homem a possibilidade de um poder hostil, que impõe a passividade à mulher.

Num apelo que roça a ironia propõem às militantes feministas que comecem por se aproximar dos problemas das mulheres da classe baixa, que troquem a política pelos estudos sociais, de modo a entrarem no quotidiano daquelas a quem a sociedade empurra para o «lupanar». Sendo a fragilidade das condições de vida das mulheres pobres que as conduz a modos de vida degradados - de que a prostituição é um exemplo - propõe-se às feministas

²⁴⁶ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

que podem e devem desempenhar um papel no apoio à dignificação dessas mulheres. No desenvolvimento do que pode chamar-se um discurso dual, pois ora apelam ora se distanciam dos contextos e ideais das feministas, descrevem o que parece enquadrar-se em algumas das histórias que conhecemos (como é o exemplo do percurso de Rosalina Ferreira, colaboradora deste jornal, que estando mais ou menos próxima das feministas acabou por entrar em rotura com o ideal anarquista deixando esta doutrina em prol de um partido político).« “Direis agora: nós as mulheres queremos ser livres, independentes; não queremos viver eternamente sob o jugo do homem.” Então vinde-vos juntar a nós, anarquistas, a combater pela nossa vitória que será a vossa; e se não tendes coragem para o fazer, deixai-nos: não nos entregueis mais o vosso coração porque ele assim só contem fel.»²⁴⁷

É certo que a primeira parte deste apelo dificilmente se concretizou, pois em ambas as visões havia fossos irrevogáveis, sobretudo no que se refere à reivindicação do voto. No entanto, neste exercício, mostram acreditar na capacidade de transformação do comportamento da mulher feminista e, embora com alguma crítica, apontam-lhe caminhos de acesso «à libertação» quer pelo estudo da sociedade quer pelo caminho da anarquia.

Libertação da mulher, sim!... mas sob uma nova via

Em alternativa à via emancipadora apontada pelo que apelidam de feminismo burguês, indica-se a necessidade de uma alteração da sociedade e do seu funcionamento sob outros pressupostos.

Num quadro filosófico de movimento antitético hegeliano vão contrapondo e atingindo as práticas que comportam as ideias feministas, expressando todas os ideais anarquistas. «Nós queremos libertar-nos do jugo do homem como vós; mas ao passo que vós vos quereis libertar dele para o exercer, nós queremos libertar-nos para o destruir.»²⁴⁸ O reconhecimento por uma sociedade igualitária está sempre presente, sem ocultar nunca o olhar ideológico, recusam e põem em causa a cultura feminista e desenvolvem a ideia de direito de igualdade e de liberdade: «O vosso feminismo quer a Opressão e a Tirania; o nosso anarquismo quer o Bem e a Liberdade Suprema.»²⁴⁹

Neste diálogo vai-se ao ponto de apelar à consciência das feministas e à legítima capacidade e influência que têm enquanto mães e educadoras. E num discurso que apela aos pressupostos de estereótipos de género dominante, vemos evidenciado o papel da mulher

²⁴⁷ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

²⁴⁸ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»...,p.1

²⁴⁹ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p.1

enquanto mãe: «Feministas! Deixai-vos de querer mandar, de querer oprimir (...) Antes ensinai os vossos filhos a seguir o caminho do Bem e do Amor (...). É este o vosso papel; exercei-o, e não quereis tornar-vos nos entes estupidamente ambiciosos e supinamente ridículos.»²⁵⁰ Esta manobra discursiva incorpora uma noção do papel natural da mulher enquanto mãe, ao mesmo tempo que serve para a ‘colocar na ordem e no seu espaço’. Como temos visto, este jogo discursivo serve apenas para mulheres de classe alta e é raramente pronunciado quando se referem à mulher trabalhadora.

Numa linha de argumentação similar à de outros textos apelam às mulheres para se reconhecerem na nobreza do ideal anarquista e se associarem às trabalhadoras, «irmãs de género» na procura de uma sociedade igualitária.

Contraopondo duas ideologias, e duas posições de classe, sublinham a superioridade da condição da mulher trabalhadora que se revê no ideal anarquista: «A mulher feminista engana-se e engana; como tal, é mentirosa e nenhum crédito merece. A mulher anarquista é digna de ser amada e merecedora de todo o respeito, porque o seu amor feminino, à sua ternura de mulher, junta a compreensão nítida do que seja esse ideal supremo, que nos fortifica e nos arrebatava – a Anarquia.»²⁵¹

Existem assim, a seu ver, duas categorias de mulher: as feministas e as anarquistas. Defendem a tese de que a única chave que abre a porta para a mudança e com ela a emancipação da mulher enquanto indivíduo é a anarquia. Ou seja, a abordagem da condição da mulher e dos requisitos necessários à sua emancipação passa sempre por uma crítica política e ideológica, conjugando as questões de género com as questões de classe. Género e classe são entendidos como indissociáveis.

O espetáculo das mulheres da Liga Republicana

Num artigo com o título «Feminismo de Opereta»²⁵², a argumentação desenvolvida parece expressar uma reação ao plebiscito proposto pela secção *A Tribuna Feminina* do jornal *A República*, que decorreu de 8 de julho a 30 de setembro 1908. O plebiscito intentava apurar o nome de políticos republicanos que mais simpatia suscitasse nas senhoras. As respostas deveriam ser enviadas ao cuidado de colaboradoras da tribuna feminina: Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Maria Clara Correia Alves e Maria Veleda, que formariam uma

²⁵⁰ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p.1

²⁵¹ Qed. Rodg em, «Feminismo e Feministas»..., p. 1.

²⁵² Homem Cristo Filho em «Feminismo de Opereta», jornal *O Protesto*, 19 de setembro de 1908, n.º 9, p. 1.

comissão com a incumbência de homenagear o eleito²⁵³. Debatendo o tema da emancipação da mulher, o autor direciona o enfoque para a proposta das sufragistas, com particular atenção ao papel da mulher na política.

Ao fazer uma breve revisão panorâmica deste artigo, importa destacar algumas particularidades: i) uma dicotomia no olhar sobre um mesmo género feminino; ii) o elogio e a consideração pela proletária; iii) a crítica ridicularizadora da feminista republicana; iv) elogio do progresso e da evolução; v) crença de que a mulher tal como o homem irá seguir um percurso de emancipação; vi) no processo da emancipação, terá de ser a própria mulher a ter consciência de que não quer submeter-se ao homem; vii) construção de um caminho produtor da emancipação identitária da mulher; viii) combate à política e ao feminismo.



Através de um desfile de considerações e caricaturas que estereotipam, neutralizam e desautorizam a entrada das feministas na política, o autor deste texto usa como instrumento para desconstruir a imagem destas mulheres um discurso algo pictórico e espetacular: umas vezes intencionalmente performativo, outras produzindo uma hiperbolização do seu aspeto físico, e outras ainda com base na diferenciação social ou na sua rigidez intelectual. Assim, uma parte deste texto é preenchida com as seguintes considerações:

«As inconscientes criaturas que até aqui mais não sabiam raciocinar do que sobre a perfeição posta no trabalho do refogado feito pela hábil cozinheira, cujo espírito crítico se resumia na apreciação de tal ou tal matriz, aparecem agora (...) com o ridículo e a petulância do sapateiro tocando rabeção, a bailar escandalosamente no tablado sujo da política. (...) Vieram primeiro as iniciações das *dirigentes*, que em brados de retórica estafada pediam a intervenção feminina na politiquice indígena, pois de saias deveria sair o vento regenerador da pátria agonizante. Assim o proclamou o feminismo nacional. E assim o entenderam várias outras femeazinhas que, aguçada a vaidade imbecil pela perspectiva da reprodução nas *gazetas* do seu quase sempre horrendo e raramente formoso rosto (...). Secretariando os maiorais da república em comícios de estrondo, passando depois à organização do famoso plebiscito republicano(...) para virem a terminar na *Liga Republicana das Mulheres* que prova a sua falta de preparação intelectual (...). Nisto se resume o feminismo das nossas damas, a isto se poderia bem chamar (...) um pitoresco episódio de opereta.»²⁵⁴

Identifica-se neste discurso uma faceta interessante, que reside num intencional (?) tom humorístico, que aqui se salienta por não ser frequente nos artigos analisados.

²⁵³ Através deste plebiscito procurava-se, segundo o jornal *A Tribuna Feminina*: «apurar qual dos republicanos – deputados ou não deputados, chefes ou não chefes, tem maior número de votos de confiança e simpatia entre nós (...) indicando o nome do político preferido pelas suas qualidades de carácter, dotes oratórios e orientação filosófica.» «A Tribuna Feminina», *A República*, 8/7 de 1908, citado por Esteves, João (2001), «Os Primórdios do Feminismo em Portugal: 1.ª década do século XX», *Penélope*, n.º 25, 2001, p. 100.

²⁵⁴ Filho em «Feminismo de Opereta»..., p. 1.

Apesar do tom da escrita, podemos interpretar através destes calorosos adjetivos a crítica personalizada ao carácter da mulher desta classe, revelando que perante a situação de desigualdade social - neste caso por uma posição socialmente favorecida -, a mulher no seu género feminino é sujeita a crítica estereotipada e quase ortodoxa, onde evidenciam a « vaidade » e falta de « miolo » e alguns outros « mimos ». É neste sentido que escrevem o seguinte: « Pois que a estupidez ou a vaidade feminina entende que a emancipação da mulher consiste em se masculinizar (...), é o momento em que deveremos intervir para que não sigam avante as pretensões idiotas das vaidosas sem miolo. »²⁵⁵ Projetam neste olhar um reflexo que habitualmente segue uma lógica masculina, com um conjunto de signos apreendidos como sendo subjacentes ao género feminino, dito de outro modo, explicam as ações de classe com os atributos de género, sendo de salientar que em artigos que referem o homem republicano, não recorrem a estes adjetivos.

Associam a palavra « ditadura » a esta classe de mulheres burguesas, descrevem-no como se este fosse um processo sinistro e mentiroso para a libertação da mulher, fundamentam a necessidade de distância, eliminação e descrédito deste grupo, questionam a sua legitimidade. Tal como já focado em textos anteriores, as feministas nada mais pretendem senão a distinção social e a dominação dos seus semelhantes, seja homem ou mulher. Expondo-as ao ridículo diz-se: « Pois pode lá admitir-se que em nome da liberdade essas ridículas e petulantes burguesas pretendam vir sopesar os seus semelhantes machos e fêmeas, sujeitando-nos a uma ditadura feminina que nos afogaria no ridículo? (...). O feminismo é uma mistificação, o feminismo é uma mentira social. »²⁵⁶

A incompatibilidade existente entre a posição anarquista e as personagens que integravam a Liga Republicana é enfaticamente evidenciada na reivindicação que diretamente propõem: « Alto! rasguemos-lhe a máscara! À brecha contra esse *feminismo de opereta* para bem da mulher e para bem da humanidade. Combatemo-lo como um perigo social iminente, como mistificação da burguesia. »²⁵⁷ Não se reconhece, pois, nos protagonistas desta opinião nenhum carácter distintivo que aproxime estas mulheres, feministas e republicanas, a qualquer tipo de emancipação feminina. Veem no seu objetivo apenas um mecanismo que reproduz a dominação de classe e a procura de um privilégio: o privilégio de oprimir indiscriminadamente. Na verdade, como sabemos, a sua opinião não poderia ser diferente, este grupo feminista tem por base uma ideologia política, que segundo a concepção anarquista

²⁵⁵ Filho em «Feminismo de Opereta»..., p. 1.

²⁵⁶ Filho em «Feminismo de Opereta», p. 1.

²⁵⁷ Filho em «Feminismo de Opereta», p. 1.

apenas serve algumas classes privilegiadas. Desta forma, a libertação da mulher nunca será um ato político.

Fórmula para a emancipação – Ciência, Razão e Anarquia

Ao entrarem no território da mulher proletária, o olhar anuncia uma construção diferente. Para esta mulher que a ordem social empurrou para uma vida de submissão, produzindo o seu próprio aniquilamento enquanto indivíduo, apresentam um projeto, uma esperança, um horizonte, um porvir. «À mulher eterna escrava, embrutecida e aniquilada por séculos de sujeição passiva, chegou também a sua hora. Não pode continuar a ser carne de prazer e carne de trabalho (...). Trabalhem para a sua libertação. Pela sua emancipação integral.»²⁵⁸ Pretendem então traçar um rumo para a transformação da identidade da mulher que simultaneamente a encaminhe, paulatinamente, para a sua libertação, apesar de todos os constrangimentos sociais existentes.

De acordo com o pensamento deste autor, evolução e progresso orientam o homem para a conquista e para a necessidade de liberdade. Na sua análise, é este o percurso que tem acontecido aos homens de vanguarda. Quanto mais próximo o ser humano estiver do campo científico, mais liberto estará de preconceitos. São, por isso, a ciência e a razão elementos fundamentais para a construção de uma identidade e de uma consciência de não submissão na mulher. É num processo de transformações e desenvolvimento humano que, á semelhança do homem, a mulher terá o seu lugar num mundo de iguais.

Tendo em conta o modelo e o percurso que se tem seguido para educar o homem, e a amplitude que mais ou menos atingiu, pois embora ainda (o homem) não se tenha libertado do poder da autoridade de todo e qualquer homem, este acabou por compreender que «para viver não precisa de ser escravo de qualquer deus»²⁵⁹. Relevam a importância de traçar uma trajetória para a mulher semelhante à do homem, remetem para a necessidade de sistematizar uma educação dirigida para a emancipação da mulher.

Acentuam e reforçam a ideia de propiciar uma atenção especial a esta educação, é importante que não o façam sob o ímpeto de uma atitude apaixonada, pois esse ato pode produzir efeitos contrários. E apelando aos seus companheiros dizem: «Não nos deixemos levar por impressões de momento. Esse procedimento levar-nos-á ao disparate.» Para enquadrar a mulher na sua emancipação, entendem não dever desligar-se da realidade objetiva

²⁵⁸ Filho em «Feminismo de Opereta», p. 1.

²⁵⁹ Filho em «Feminismo de Opereta», *O Protesto*, p. 1.

da mulher, essa realidade detém uma história, que a subordinou a um estado de estagnação, «embrutecida e que as suas faculdades intelectuais estão adormecidas (...), a sua emancipação tem portanto de ser mais lenta»²⁶⁰. Deverá assim orientar-se a mulher num caminho de formação intelectual, físico e livre de preconceitos. Mas de acordo com o seu ritmo e opacidade mental.

Reconhece-se que, sendo a emancipação feminina uma conquista conjunta (homem e mulher), é à mulher que cabe ultrapassar as realidades hostis e preconceituosas dos que a têm dominado e disciplinado enquanto indivíduo. Em consonância com esta ideia, escrevem que é necessário «que a mulher não reconheça e não tolere a autoridade do macho que a tem escravizado e torturado, sem o menor respeito pelas leis naturais e pelos sentimentos natos da humanidade»²⁶¹. Assumem, assim, que o destino de uma mulher emancipada tem por base a sua própria rejeição a todos os princípios de dominação, ou seja, não basta ser reconhecida como igual, é preciso que ela própria se reconheça e se sinta uma igual.

Apesar desta ideia de igualdade, designam e ajustam papéis distintos para o homem e para a mulher. Legitimando as representações sociais da época, escreve-se neste artigo que: «O papel que o homem tem a desempenhar na sociedade é muito diverso do papel da mulher. Liberte-se a mulher, mas continuando a desempenhar na Vida Social o papel que a natureza lhe deu.»²⁶² Assim, no seu ponto de vista, e apesar de a sua elaboração discursiva ter quase sempre por base a ciência e a razão, não deixamos de antever neste discurso algumas contradições, pois admite que as singularidades distintivas entre homem e mulher estabelecem papéis também distintos na vida social. Por outras palavras, importa sublinhar que esta visão estabelece fronteiras. Note-se contudo que, mesmo sendo legítimas as diferenças biológicas, não se justifica um determinismo social, que aqui se revela. Ou, então, não deixará de existir constrangimentos que delimitam os papéis de género.

Esta visão evidencia-se irreconciliável com os seus princípios teóricos, permitindo assim algumas interpretações antagónicas entre o que defendem e alguns quadros de referência típicos - que ao longo da vida tendem a cristalizar-se mentalmente - sobre os papéis sociais de género.

²⁶⁰ Filho em «Feminismo de Opereta», p. 1.

²⁶¹ Filho em «Feminismo de Opereta», p. 1.

²⁶² Filho em «Feminismo de Opereta», p. 1.

Este entendimento e ambivalências serão pois atenuados se equacionarmos que esta é uma visão construída no âmbito de um pensamento estruturado no início do século XX, onde a imagem sociopsicológica do género feminino tinha um papel claramente delineado.

Como se tem verificado em outros artigos, e contrariando algumas dimensões menos convergentes com a sua atitude, presentes no ponto anterior, o acento tónico para a emancipação da mulher recai no melhor dos princípios da visão anarquista: «A mulher será livre no dia em que o homem for livre. E tanto a um como a outro só a Revolução Social poderá trazer a liberdade absoluta. Nessa hora, a felicidade viverá na Terra (...) e a igualdade social estabelecida fará sentir ao homem as suas benéficas consequências. Essa hora é a hora radiosa da Anarquia.»²⁶³

Importa reter como conclusão deste artigo que as questões em torno da igualdade de género evidenciam o reconhecimento de direitos iguais para ambos os géneros; a necessidade de encontrar um caminho no exercício da educação e da construção de uma identidade forte e autónoma para a mulher; o olhar que reincide sobre a mulher num geral é radicalmente diferenciado e projetado por uma pertença de classe.

4.6 A relação do jornal *Guerra Social* com as relações de género

Como assinalai antes, recorde-se que este jornal tem uma abordagem não convencional e atípica face às publicações anteriores.

O prazer sexual como condição para a mulher enquanto sujeito

Os temas desenvolvidos pelos anarquistas pretendem patentear meios para a libertação do ser humano enquanto indivíduo de corpo inteiro. É num escrito em formato de crónica que se pretendem ultrapassar alguns tabus que contêm em si uma lógica de exclusão da mulher, nomeadamente no que se refere ao desejo reprimido e ao «gozo» sexual. O texto determina a existência de uma sensibilidade sexual na mulher num plano tão importante como a do homem, coloca a natureza humana de forma una e horizontal sem preconceitos. Em contradição com as perspetivas apresentadas nas publicações anteriores, a opinião deste autor não revela qualquer ambivalência ou conflitualidade com os pressupostos da igualdade de género, nem faz qualquer tipo de avaliação ou divisão de classe social.

Pinto Quartim aproveita um episódio da vida real e, num discurso bastante significativo e substancial, exprime a sua opinião sobre o direito à felicidade, particularmente

²⁶³ Filho em «Feminismo de Opereta», p.1.

no plano da realização do desejo sexual, tanto da mulher como do homem. Com uma escrita fortemente sensorial e com um modelo linguístico elaborado, procede a um enunciado de observações em tom assemelhável ao do discurso erótico – que, à época, seria recebido certamente como provocação – descrevendo o que seriam os desejos, sonhos e aspirações de «fêmea» não concretizados.

Pode-se compreender nesta crónica, bem ao jeito da posição anarquista, uma crítica a simbolismos e práticas ligadas a representações vinculadas às leis sociais “próprias” da vida e da morte. Contrariando a ordem estabelecida, inscrita nos rituais dominantes, o autor numa análise de auto-observação relata a sua experiência e assume que perante a morte da sua familiar, nega a significação do luto, que vê como mais uma imposição social: «Não envolvi o meu chapéu em fumo nem mudei para negra a cor da minha gravata, como é de uso e costume nessa sociedade de sentimentos só aparentes.»²⁶⁴ Tal recusa explica que o sentimento e a dor não estão subordinados ao símbolo, sendo que estes símbolos morais e religiosos servem somente para glorificar a hipocrisia.

Num percurso que vai ao encontro da representação do seu ideal, descarta-se sistematicamente do dogmatismo que o luto comporta; troca o falso símbolo social pelo autêntico, a dor da perda. Ao que declara: «Sim; foi profunda a dor que me enlutou o coração.»²⁶⁵

A intencionalidade do preâmbulo que apresenta é descrever a morte de uma jovem de 19 anos. Não sendo a sua morte a causa central desta narrativa, é no facto de a rapariga ter morrido virgem que o autor cria a razão destas linhas: «A morte não me merece imprecações nem blasfémias. Encaro-a, natural e tranquilamente (...). Mas, não obstante, a morte de Zulmira inundou-me de amargura (...), e eis o que mais pena me causa – em sua plena virgindade.»²⁶⁶ Pinto Quartim ultrapassa, desta forma, a mera crítica aos símbolos que a sociedade oferece à morte e conduz o espaço de debate deste jornal para a questão da virgindade feminina. É nesta dupla articulação de vida e morte que este discurso subscreve um critério de igualdade de género.

É neste sentido que, contrariando o modelo da sua época, este jornal procura transmitir com objetividade a não delimitação do sexo só para o homem, ou seja, não mostra exercer neste campo qualquer exclusão ou diferenciação de género. Observa-se na sua análise uma

²⁶⁴ Pinto Quartim em «Rebeldias VI»..., *Guerra Social*, Ano I, dezembro de 1908, p. 2.

²⁶⁵ Pinto Quartim em «Rebeldias VI»..., p. 2.

²⁶⁶ Pinto Quartim em «Rebeldias VI»..., p. 2.

crítica aos princípios morais; ao mesmo tempo faz emergir uma concreta inscrição da mulher nas práticas sexuais. Reconhece no amor e na felicidade conceitos indissociáveis destas práticas. Enquadra no quotidiano da vida, o sexo como uma mais-valia, dando-lhe um estatuto virtuoso, não apenas para a imagem masculina mas também como uma condição preestabelecida para a mulher enquanto identidade absoluta.

«Morrer virgem (...) é morrer sem ter vivido, porque viver é dar legítima satisfação a todos os nossos instintos e a todas as nossas necessidades; é morrer sem ter saboreado a Vida, porque a vida é o gozo e o gozo é o amor.

A felicidade é a proposta do nosso ser. Ser feliz, é viver gozando; e entre os gozos com que ao Homem é dado deleitar-se, é o prazer sexual o mais veemente, o mais inefável, o mais vital, o mais impetuoso (...). A virgem não é mulher, é uma múmia apenas. O amor é o fogo do Prometeu que lhe dá vida e alegria, emoções e desejos.»²⁶⁷

Ao interpretar o que aqui se escreve percebe-se haver uma consciência igualitária. O prazer sexual é uma afirmação da condição do ato de existir; por outras palavras, vê-se no prazer sexual uma determinante para a existência da mulher enquanto Ser. O prazer é apresentado como um território onde não existe imoralidade, diferenciação de género ou de classe. A independência, a emancipação e a felicidade da mulher surgem naturalmente, de forma inseparável do conhecimento e da descoberta do seu próprio corpo.

Seguindo esta ideia, o artigo vai processando uma descrição onde cabe o suposto imaginário erótico de qualquer jovem. E, numa narrativa pouco convencional, o autor torna público o privado e esboça uma cena cuja função poderá ser a de destronar e desmontar a imagem virginal, destruir a visão pudica e preconceituosa da virgindade na mulher, imagem tão profundamente incrustada na lei mental da época. E deste modo explora o próprio pensamento das mulheres ao mesmo tempo que lhe reconhece e legitima uma identidade sexual indiferenciada da do homem. E é num texto freudiano que traça os efeitos de um imaginário que não é de todo determinado por diferenças biológicas.

«Quantas vezes no seu quarto, sobre o seu leito de virgem, ela sonharia num homem de formas belas, linhas varonis, músculos vigorosos e nervos potentes a estreitá-la fervorosa e meigamente, mordendo-lhe os lábios trémulos, fazendo estremecer os seus nervos e fazendo-a render, por fim, ao requintado prazer das suas carícias?!

Morreu sem ter extasiado o olhar perante a magnificente nudeza do macho, sem ter saciado de beijos a sua boca febril, sem ter sentido convulsionarem-se todos os seus músculos e todos os seus nervos em íngenes contrações de espasmo»²⁶⁸.

²⁶⁷ Pinto Quartim em «Rebeldias VI»..., p. 2.

²⁶⁸ Pinto Quartim em «Rebeldias VI»..., p. 2.

Vemos projetado neste discurso a desmistificação da virgindade na mulher, através do princípio de pensamento dessa mesma mulher enquanto virgem; colocar em evidência os pensamentos silenciados pela moral; e coloca a nu de forma igualitária o corpo de ambos os géneros. Este olhar estabelece um projeto de mudança que confere legitimidade ao género feminino num domínio que então se apresentava com manifestas assimetrias.

Pode então concluir-se que este artigo se apresenta num quadro de emancipação da mulher ao colocá-la num plano de similitude sexual com o homem. Constrói um cenário que tem como função transformar e agir sobre os comportamentos que estavam orientados para uma formação privilegiada da identidade sexual do homem; estabelece um olhar de liberdade sobre as realidades do corpo psíquico e biológico da mulher.

Podemos ainda admitir que esta problemática afirma a prática da sexualidade e dos prazeres como uma experiência sensorial sem género, o que aponta e amplia uma revolução dos costumes na época. Não subordina a mulher à obrigação matrimonial para que usufrua do seu corpo. Discute assim matrimónio/união afetiva, prazer e felicidade, conceitos tão paradigmáticos nos palcos da anarquia.

Imagem do matrimónio à luz do olhar de uma anarquista

Reconhece-se facilmente nos argumentos deste texto com o título «Ordem e Moralidade» uma ligação à corrente de pensamento anarquista, que surge como complemento de um tema já tratado. Contudo, configura um olhar deliberadamente hostil à subordinação nas relações de género.

Num texto em que a temática central não recai exatamente sobre a mulher, Antónia Maymón, em determinado momento da sua argumentação, abre um parêntesis no tema e não se escusa a tecer algumas considerações sobre o matrimónio. Faz uma reflexão relativamente às várias formas de autoridade e à moralidade consagrada ao casamento. Designa o casamento legal como «um dogma absurdo», a proposta social que entende a relação entre os dois sexos na base de um compromisso legal. De acordo com esta autora, a ordem associada ao casamento tem subjacente a submissão de um sexo fraco a um sexo dito forte, apontando a um modelo de conjugalidade que cria uma obrigação de fidelidade por parte da mulher, o que no texto é comparado, e reduzido, à venda de carne humana: «Colocar todas as desvantagens da parte de um sexo assim atado e sujeito, vendido a outro, é o mesmo que chamar moralidade à venda de carne humana. Pois que é o matrimónio senão um tráfico, uma venda?... (...) Mentir continuamente, abusar o forte do fraco, são as normas do

matrimónio.»²⁶⁹ A perspetiva desta autora revela uma assinalável consonância com o discurso anarquista, em diversos planos: o das questões legais no campo do amor e da liberdade; o da existência de uma clara desigualdade nos papéis de género nas práticas matrimoniais; o da constatação da existência de relações de género em que um dos géneros assume a condição de privilegiado. A relevância deste texto surge do facto de expressar, claramente, o ponto de vista de uma mulher sobre o funcionamento da instituição casamento.



«A's Mulheres» é o título que Maria Muñoz escolhe para se dirigir a todas as suas iguais de género. Este é um artigo que se nos apresenta com uma tonalidade diferente de todos os outros, pois é uma análise filtrada e personalizada do olhar de uma mulher sobre a sua própria condição de género, alguém que na primeira pessoa se assume como a grande injustiçada e oprimida quer pela moral social quer pelo sexo oposto. Este facto pode compreender-se, por si só, como um traço de diferença marcante nesta análise, pois não é comum que assim aconteça. Na sua maioria, os artigos que se encontram nestes jornais são marcados pela experiência do olhar de um homem que propõe a libertação da mulher.

É numa construção plural que este artigo aborda temas como: classe, religião, desigualdade, solicitação à luta, mas, sobretudo, o que realmente o diferencia é que tem como suporte argumentativo o apelo direto de uma mulher a outras mulheres. Um apelo à tomada de consciência da necessidade de libertação para todas as que se encontram num universo dominado por homens e pelo capital - por todos os homens sem exceção, capitalistas ou proletários. Desta forma se inicia o texto que tem por título «A's Mulheres»: «A vós, companheiras de trabalho, me dirijo; a vós que sofreis como eu a dupla escravidão do capital e do homem.»²⁷⁰

No discurso deste artigo de opinião: (i) discute-se, articuladamente, o papel da proletária, da burguesa ou da «jovem pudibunda», em função das diferentes condições de vivência afetiva; (ii) releva-se o papel do homem enquanto opressor; (iii) questiona-se um deus que castiga, uma moral que diferencia penalizando ou absolvendo em conformidade com a classe; (iv) confrontam-se, de forma analítica, as diferenças da aplicação das normas morais em função do grupo social; (v) interpretam-se as condições de vivência do amor pelos homens e mulheres de diferente condição, numa construção de diversos olhares; (vi) objetiva-se a

²⁶⁹ Antónia Maymón «Ordem e Moralidade», *Guerra Social*, 19 de dezembro, n.º 5, p. 1.

²⁷⁰ Maria Muñoz em «A's Mulheres», *Guerra Social*, Lisboa, 2 de janeiro de 1909, p. 1.

proposta de um caminho de luta pela liberdade e emancipação da mulher de baixa condição social.

Acentuando que a história da mulher é marcada pelo obscurantismo, no que se refere à educação, a autora, que se assume anarquista logo no início do texto, considera que todos os homens, sem exceção, tendem a manter o género feminino na ignorância. A ignorância torna mais fácil a dominação, uma vez que contribui para fechar o sujeito em si próprio, isolando-o e reduzindo a capacidade de se informar e conhecer, de pensar e imaginar alternativas. Destaca assim a dominação do género feminino (sem distinção de classe) por parte de um género socialmente dominante.

Reforça a ideia de que a mulher está amarrada a lógicas que a (re)constróem e constroem o seu papel íntimo e o seu papel enquanto ator social. À semelhança da assumida dominação de classe dos detentores de capital sobre os trabalhadores, sublinha a coerção inscrita na conceção de papéis de género em que se assume como legítima a subordinação da mulher ao homem.

Em contraste com algumas abordagens anteriores, que veem sobretudo na mulher o papel de educadora, esta autora discute e coloca em causa a ideia que contempla o lugar da mulher no quadro das tradicionais normas familiares - cujo papel social dominante recai sobre o homem. Ao longo da exposição das suas ideias, identifica as «falsas imagens» que considera opressoras apenas para as mulheres.

Segundo a autora, foram construídas normas de conduta cultural e social, como a «honra» e a decorrente e enganadora noção de «mau passo», para condicionar ou excluir a mulher de uma vivência inteira do prazer sexual e de uma integração igualitária na sociedade: «Todos, os homens, quer proletários quer burgueses, e todas as classes dominantes, têm conservado sempre a mulher na maior ignorância (...), rodeiam-na de ridículas preocupações, menosprezam o seu trabalho; anularam-na da família e a postergaram ao segundo lugar (...). Criaram a honra para a que não queira ser escrava a sociedade a vilipendie.»²⁷¹

Estes são factores apontados como constrangimentos ao usufruto da liberdade e de uma plena condição humana. No horizonte específico da mulher proletária, esta realidade apresenta contornos ampliados, o que se traduz num texto com frequente apelo ao protesto à denúncia e à luta pela igualdade e liberdade.

²⁷¹ Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

Uma moral, múltiplas faces

Quando a autora deste texto enfoca a moral, nota a existência de diferenciações nesta matéria decorrentes das distinções de classe. A moral social apresenta-se, para a mulher, construída num terreno irregular com vários pesos e várias medidas. Esta ordem encarada como «natural» nas suas múltiplas condutas morais, enquadra-se num plano em que a mentira impera; a classe domina; a sociedade desculpa e aceita. Reprovando a banalização e aceitação social de comportamentos que considera serem representativos do engano e da mentira, a autora escreve: «Até este extremo chegou a estupidez humana, até considerar justa e aceitável a lei do ludíbrio.»²⁷² Associa desta forma as convenções da organização social a princípios que definem a estupidez humana.

Continuando o seu pensamento sobre as regras morais, diz-se que estas não são uniformes, têm duas faces, uma para a mulher de classe burguesa, outra para proletária. Estas regras que se transformam em leis culturais despenalizam certas mulheres através de uma cegueira social consentida. É sobre as dissimulações em que se esconde a vida da classe burguesa que aqui se procura mostrar como parece natural à sociedade que a jovem «pudibunda» satisfaça os seus desejos sexuais, ainda que tenha que o fazer de forma escondida. Também a «matrona honrada, esposa de doutor»²⁷³ ultrapassa as leis dos códigos morais e ninguém diz ver. Nesta leitura, as pouco virtuosas burguesas da época são assim descritas como mulheres que fazem sobreviver os seus desejos, escondidas atrás das suas obras de caridade, pois usam esse tempo como meio para enganar o que a sua própria sociedade burguesa diz condenar. Será segundo as aparências que esta sociedade atribui a complexa honra que desonra a mulher de estrato social desfavorecido. Estas mulheres, as que não pertencem a uma classe social abastada, não veem o direito ao amor, nem podem seguir livremente «os impulsos do seu coração», estão sujeitas a condutas morais impostas. A mulher de classe baixa quando decide assumir uma relação livre ultrapassa a moral imposta, é criticada e apelidada de prostituta. Este é o resultado de uma moral que assume várias máscaras. O que aqui sobretudo se vê criticado não será exactamente a mulher burguesa, mas sim a moral seletiva que a sociedade constrói em torno de determinada posição social.

De acordo com a autora do texto, todos os homens ricos ou pobres, as «senhoras do *high lite* e a respeitável matrona»²⁷⁴ têm o direito de fazer o que querem e o que lhes convém. Por seu turno, à mulher pobre é sempre apontado um suposto «mau passo». Este conceito de

²⁷² Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

²⁷³ Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

²⁷⁴ Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

«mau passo» pode definir o rumo da vida destas mulheres, pois a sociedade tende a punir e marginalizar estas situações. Subsiste neste discurso a diferenciação de género, mas também uma diferenciação moral com base na classe, ideia aliás que parece transversal a quase todos os representantes desta doutrina. No entanto, sublinha-se uma transformação no discurso, que diz respeito ao facto de colocar todos os homens no mesmo conjunto, o que pode ser entendido como uma rejeição à conceção de um poder de género aceite e incorporado.

A moral social incorporada pela própria mulher

Um assunto em discussão nesta publicação prende-se com a importância, objetiva e subjetiva (negativa e limitativa), de uma moral determinada pelo sistema cultural. Segundo esta perspetiva, esta moral assume uma real influência nas relações sociais, emergindo como sua consequência a representação de que a mulher não tem o direito ou a liberdade de se relacionar e amar livremente – a sua influência faz com que a própria mulher a apreenda como legítima. Esta radicalidade moral apresenta-se incorporada e reproduzida no comportamento de algumas mulheres que, mesmo sendo vítimas desta discriminação, assumem uma postura discriminatória para com as suas companheiras de classe e de género. Sobre isso, Maria Muñoz escreve: «Se uma de nós proletárias se entrega a um homem que ama, é imediatamente considerada como prostituta e desprezada até pelas próprias companheiras.»²⁷⁵ Assim se alerta para o facto de esta moral dual ser frequentemente incorporada como modelo identitário pelas próprias mulheres – mesmo as trabalhadoras vítimas a aceitam. Estas mulheres acabam por avaliar a vivência de algumas das suas companheiras pela bitola da moral dominante. Esta é uma «velha» questão que, embora abordada sob outra perspetiva, surge refletida em artigos anteriormente analisados, e aponta para o facto de a mulher, para se libertar de uma moral incorporada, precisar de assumir conscientemente a realidade em que vive e rebelar-se contra a ordem instituída. Só desconstruindo os fundamentos que estruturam a moral predominante a mulher assumirá um modelo de identidade de não subordinação, nos vários aspetos que a autolimitam. Ou seja, este discurso inscreve a ideia que a mulher, para superar a discriminação de que é alvo, precisa de se distanciar dos grilhões identitários da moral prevalecente e construir-se de forma a rejeitar os códigos morais.

Um dos aspectos em que a incorporação da dualidade da moral dominante se manifesta com maior intensidade respeita ao conceito de virgindade e às diferenças como a sociedade a encara no masculino e no feminino. Numa abordagem crítica do senso comum

²⁷⁵ Muñoz em «A's Mulheres»..., p. 1.

sobre o conceito de virgindade, salienta-se que o homem não é condicionado por ter relacionamentos antes de consolidar a sua relação - num casamento aceite legalmente; pelo contrário, ao homem é valorizada a experiência sexual antes do casamento. Mesmo a sua própria companheira voluntariamente aceita e incentiva um cenário distinto para o macho e outro para a fêmea: «Se o homem fosse virgem ao tálamo nupcial, seria desprezado e serviria de troça aos seus amigos e à própria companheira.»²⁷⁶ Ao fazer estas afirmações, distinguem-se duas ideias, a primeira consiste na não aceitação de dois critérios de virgindade, um para o homem e outro para a mulher; a segunda no facto de ser necessário desenvolver uma produção mental mais livre na mulher.

Está implícito neste ponto a consciência da afirmação da liberdade sexual unificada, para ambos os sexos, e uma educação liberta de dogmas para a mulher, permitindo-lhe desta forma a possibilidade de escolher livremente um caminho sem rituais e sem imposições. Particularidades que a ideologia anarquista distingue como fundamentais.

A mentira da apologia cristã – uma moral plural

Numa perspectiva que caracteriza o ideário anarquista²⁷⁷, Deus surge neste texto como o suporte do Homem, para impor o poder e castrar o próprio Homem. Este Deus impede através do medo a capacidade de pensar, impede através do castigo a necessidade que o Homem tem de se revoltar. A crítica à existência deste Deus que aqui se descreve como castigador traduz-se também numa crítica a um Deus com um sistema de critérios desigual, pois existe uma diferenciação entre todos os pobres e todos os ricos e entre mulheres e mulheres. A mulher pobre vê-se embarcada numa injustiça humilhante, de um deus que distingue e exclui em função da classe. É nesta «apologética» que aqui se inscreve a igreja cristã sob um olhar claramente anarquista.

Mas este Deus surge num contexto que serve para denunciar uma posição moralista e preconceituosa que aqui se escreve como perversa, a da burguesia e da igreja. Ao contrário do que a igreja prega, esta moral apresenta-se aqui seletiva, ou seja, age de diferente forma para com os seus «filhos». Deste modo descreve-se aqui uma entidade divina que enxerga em conformidade com o estatuto e com a representação social.

²⁷⁶ Muñoz em «A's Mulheres»..., p. 1.

²⁷⁷ «Deus implica a abdicação da razão e da justiça humanas; ela é a negação mais decisiva da liberdade humana e resulta necessariamente na escravidão dos homens tanto na teoria como na prática.» Bakunine (2000), *Deus e o Estado*, p. 29.

Com base numa autoridade que nada tem de divina são os próprios ministros da igreja que satisfazem as necessidades sexuais de algumas burguesas. Interpretando a igreja a partir desta perspectiva, Maria Munõz escreve:

«Fazem-nos crer num Deus todo-poderoso, e sem embargo vemos que esse Deus deve ser um pai muito injusto, quando tem a maioria dos seus filhos na miséria (...). Deus castiga o adultério e, contudo, nós sabemos que as senhoras da burguesia que, como mais instruídas, deveriam conhecer melhor deus, são com raras exceções as que mais *enganam* os seus maridos, e o que é mais gracioso, os padres, esses humildes ministros de deus são os que elas escolhem para satisfazer as suas necessidades sexuais.»²⁷⁸

Esta ilustração sugere de forma clara a visão que se tem da igreja, dos seus representantes, e da falsa moral de uma classe soberana. Que, com procedimentos engenhosos satisfaz impunemente as suas necessidades sexuais, ao mesmo tempo que avalia, julga e castiga moralmente quando uma mulher de outra classe se «entrega por amor». Coloca-se assim em causa a existência de um deus, de uma moral religiosa e a existência de uma justiça social.

O direito de amar tem género - mas também tem classe social

É sempre retomado neste discurso a ideia de que amar não é um direito igual para todos e o que predefine esse direito ou é o género ou a classe. A mulher trabalhadora não pode perspetivar para a sua vida esse direito. Vive num contexto que a predetermina para o trabalho e para o sofrimento, como mulher e como mãe. É neste cenário que se desenvolve a construção deste ponto, que termina num apelo a todas as mulheres para que não se submetam aos homens que as não respeitam enquanto seres humanos.

À luz do olhar desta anarquista, os homens sentem-se no direito de usar a mulher para seu proveito, quer em casa quer no trabalho. Ignoram os seus sentidos naturais e menosprezam as suas capacidades e motivações intelectuais. Situa-se assim no texto, de forma explícita, um mundo que sob tutela do homem admite relações de dominação e aceita subjugar a si a sua igual, a própria mulher. Ao referir-se à forma como estes anulam a mulher, a autora exprime claramente a sua posição em torno das desigualdades de género.

«Ela deve sofrer e calar; ela deve ir para a fábrica ou à loja e ouvir com agrado as imbecilidades que o gomozo e presumido dono ou empregado lhe diga; se quiser ser honrada tem de se conformar em adquirir certas enfermidades que arruinam horrivelmente o seu organismo (...). A nós não nos querem senão pelo proveito que podemos dar, ora satisfazemos os caprichos dos homens, ora para que trabalhemos sem descanso, sem se lembrarem jamais

²⁷⁸ Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

que nós também temos um coração, capaz de sentir generosos impulsos e um cérebro que pode conceber e assimilar ideias científicas e nobres.»²⁷⁹

Torna-se importante realçar que este olhar não se direciona apenas para a classe social alta, direciona-se também para os seus iguais de classe, mas diferentes de género. Sublinha-se neste discurso dois pontos; uma advertência para a natureza sensorial e intelectual das capacidades da mulher; um evidente e assumido duelo de género independentemente da classe. Esta abordagem particular de uma mulher permite perceber uma clara distância com outras abordagens escritas por homens.

Nos múltiplos campos da vida são grandes as diferenças entre a mulher abastada e a mulher de estrato social baixo. Numa atitude em que se pretende apontar as diferenças entre mulher e mulher, procura-se resumir o que uma e outra esperam do seu quotidiano. Assim, numa forma que já percebemos ser típica nestas publicações em que se conjuga e correlaciona classe e género, constrói-se um retrato do quotidiano de mulher burguesa e da mulher de classe baixa.

Salienta-se que as primeiras, enquanto mulheres, têm o direito de «gozar as carícias» do amor, enquanto mães sabem que os seus filhos são criados para ter um futuro brilhante e elas vivem descansadas na vida, pois estes não irão cair mortos na guerra. As segundas vivem segundo outras leis e numa outra latitude, não as deixam ter vontade, não podem amar, não porque não queiram, mas porque não as deixam, apenas podem temer. «Obrigam-nos brutalmente a seguir a vontade do outro (...). A mulher do trabalhador apenas tem tempo para ouvir os seus insultos que este no seu desprezo lhe dirige»²⁸⁰, pressionadas enquanto mães depois de inúmeras privações para criar os filhos, sabem que o destino destes será o «defensor da pátria... ou viverá como ela tem vivido, na miséria, na ignorância ou com a alegre perspectiva de morrer num hospital»²⁸¹. Afirma-se, assim, o sentimento de uma forte discriminação de classe.

Numa aproximação com textos de outra natureza, este discurso acaba com um apelo à união das mulheres na ideologia libertária. No entanto, salienta-se a particularidade recorrente em toda esta ideia, que introduz um elemento novo no discurso, a consciência de que o problema social das mulheres passa por não ser prisioneira do «seu» próprio homem. «Não beijemos a mão que nos esbofeteia.» Traduz-se nesta afirmação uma forte recusa da velha

²⁷⁹ Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

²⁸⁰ Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

²⁸¹ Muñóz em «A's Mulheres»..., p. 1.

tendência de uma «servidão» que assume contornos «voluntários» – para usar uma terminologia de La Boétie.

«Companheiras, visto que todos são contra nós; visto que sobre nós querem desafogar as suas iras e fazer de nós alvo das suas infâmias, unamo-nos mas de uma maneira enérgica (...). Não beijemos mais a mão que nos esbofeteia; não sejamos por mais tempo ruins e cobardes; sigamos o exemplo dos companheiros que têm arrostado a morte por uma causa justa.»²⁸²

Neste discurso em que a mulher toma a palavra, testemunha e problematiza, desde a primeira linha, questões da submissão - de certa forma - voluntária de algumas mulheres, discute o comportamento e práticas sexuais nos diversos tipos de classe social.

Sem excluir a ideologia, esta mensagem desenvolve uma posição esclarecida sobre a emancipação da mulher, sem nunca entrar em contradição, como se tem registado em alguns textos de opinião escritos por homens.

²⁸² Muñoz em «A's Mulheres»..., p. 1.

5 – Os Pontos Finais

Na origem deste trabalho, como se enunciou na introdução, esteve o interesse e a curiosidade em conhecer e problematizar a arquitetura mental dos anarquistas sobre as relações de género, a perspectiva que reflete face às assimetrias que comportam e as relações de poder que nelas se expressam. Procurou-se inventariar o seu próprio pensamento revelado em representações discursivas expressas na imprensa anarquista de início do século XX, aferindo a convergência destes discursos com as posições dos teóricos inspiradores da doutrina anarquista.

Numa primeira nota de síntese interessa assinalar que este tema não tem uma presença muito frequente nos jornais analisados. Apesar disso encontram-se vários artigos onde surge material interessante para a (re)construção do olhar dos que se colocaram no caminho do anarquismo. As temáticas dominantes são o casamento, o amor, a moral, a prostituição, o corpo e a sua legitimidade sexual, a submissão de género. Percebeu-se que o discurso sobre qualquer destes temas pode apresentar-se de forma multifacetada, cruzando um leque muitas vezes desnivelado de assuntos afins e diversos, sob diferentes olhares desintegrados e polissémicos, tudo isto considerado na mesma publicação.

Se quisermos fazer uma interpretação sumária dos traços gerais das publicações analisadas podemos concluir que, nos delineamentos essenciais do seu discurso: (i) todos o direcionam para o reconhecimento e legitimidade da igualdade de género; (ii) nenhum ignora a existência de uma hierarquia de género; (iii) assumem categoricamente os princípios de autonomia e independência para todos; (iv) admitem uma maior soberania intelectual no homem – em parte devido ao reduzido investimento feito na educação da mulher; (v) situam-se num polo radicalmente oposto ao das propostas feministas de matriz republicana, assumindo uma voz crítica face às suas posições; (vi) assumem lutar por um progresso social e moral do indivíduo. Todos sem exceção centralizam a libertação da mulher e do homem numa proclamada adesão ao projeto da anarquia.

Por outro lado, se nos ativermos a cada jornal *per si*, podemos distinguir diferentes olhares, ou seja, encontram-se algumas particularidades entre eles. No corpo das próprias publicações percebe-se a construção de perspetivas com tonalidades dissemelhantes. É possível determinar essas diferenças em campos como os conteúdos discursivos, as escolhas das temáticas direcionadas para as relações de género, a produção semântica do discurso; discussão e descodificação do problema; estratégia nos conceitos e métodos utilizados para

evidenciarem o seu olhar. Neste aspeto, é pertinente salientar que estas particularidades podem refletir-se tanto em causas endógenas como em causas exógenas. Nas causas endógenas podem apontar-se pelo menos duas: i) a existência das diferentes tendências dentro da mesma orientação ideológica; ii) a opinião (individual), só por si, apreende múltiplas formas de compreensão nas suas diversas análises e representações do mundo – na causa exógena aponta-se pelo menos uma - o direcionamento destas publicações para públicos diversos que, embora com a mesma proximidade ideológica, podem ter uma formação intelectual e social mais ou menos diferenciada. Estas polifonias poderão remeter para a visão maffesoliana em que se constata que «a existência individual e a existência coletiva permanecem sempre ambivalentes»²⁸³. Assim se depreende que a resposta individual, na maioria das vezes, pode desenvolver olhares dissemelhantes da resposta teórica.

(Do) Particular

Foi na revista *A Sementeira* que se encontrou a presença de um discurso sobre as questões de género orientado para um público mais esclarecido, se tivermos em conta as características dos textos, a estrutura argumentativa, as referências para que remetem e a maior mobilização de argumentos invocando base científica.

Os eixos principais que sustentam a formulação discursiva desta revista têm por base olhares com suporte na Razão, na Ciência e na Sociologia, como é afirmado na própria publicação.

Percebe-se uma preocupação em assumir como conceito central a liberdade e plenitude do indivíduo, independentemente do género ou da condição de classe.

Um dos temas enfatizados é a libertação da mulher. Colocando-se na posição de observadores da história desenvolvem um discurso com base na teoria da evolução, profetizando um maior equilíbrio social e a autonomização progressiva da mulher enquanto sujeito. Consideram que as diferenças entre papéis sociais de género masculino e feminino são fruto de uma dada construção cultural e social e das práticas por que estas se expressam. Reconhecem um domínio de género que tem sido construído e organizado de modo a subordinar a mulher ao homem. Afirmam que através de uma revolução social, a mulher vai emergir como um ser livre e gradualmente emancipado.

²⁸³ Maffesoli, Michel (1985), *O Conhecimento do Quotidiano*, Lisboa, Coleção Vega Universidade, p. 45.

Ao fazerem este diagnóstico veem na imagem do poder masculino uma dominação de natureza externa – portanto não orgânica, uma vez que a mulher tem as mesmas potencialidades intelectuais que o homem – pelo que não deve ser apreendida como condição fixa ou imutável. Numa lógica positivista, adotam a crença que tem como sustentáculo a evolução, o desenvolvimento e a inteligência individual do sujeito. Porém, ou talvez por isso, não isentam a mulher da responsabilidade propulsora de se libertar dos preconceitos instituídos e moralmente castradores de um modelo que veem como redutível e retrógrado, o que de certa forma se pode considerar como a demonstração de um discurso compatível com o conceito de igualdade, pois rejeitam um olhar paternalista e não excluem a mulher do projeto da sua própria libertação.

É na construção do olhar sobre a família que esta revista mostra alguns antagonismos e uma dissonância relativamente à produção de discurso de outros artigos anteriores.

No plano discursivo, que desponta na revista já sob o ano de 1916, identifica-se um misto de atitudes escritas, que surgem em desarmonia com o princípio da horizontalidade, tão reivindicado pela doutrina anarquista. A este nível surge um olhar influenciado pela identidade de género que se pode identificar com os argumentos estabelecidos pela ordem dos discursos dominantes.

Por um lado, em 1909-1908, a família incorpora um espaço onde homem e mulher se devem integrar num quadro de horizontalidade e numa atitude de supressão da divisão de tarefas. É entendida como um espaço onde se reivindica a autonomia e igualdade para ambos os géneros: na reprodução, no envolvimento com a educação dos filhos; nas práticas associadas à sexualidade; na independência económica; nas tarefas domésticas; na participação e intervenção social, entre outras. Estes discursos fundamentam claramente uma determinada imagem de igualdade, equilíbrio e a não diferenciação no estatuto de género. Em suma, esta perspetiva representa uma rotura com o tradicional procedimento alicerçado nos códigos da família tradicional. Por outro lado (uns anos mais tarde), se passarmos uma revista pelos artigos ligados ao mesmo tema, encontramos uma abordagem em que este discurso sofre alteração e fica algo nebuloso, no que respeita à concretização de uma postura de «des-historização» do papel social da mulher, atribuindo-lhe um lugar e um espaço onde sobressai o princípio da identidade de género.

Na edição de maio de 1916 de *A Sementeira*, esta temática exhibe um outro olhar sobre a representação do papel da mulher e do homem no espaço familiar, «no doce lar conjugal».

Poderíamos talvez dizer que, aqui, o discurso emerge com conotação paternalista em que se constata uma incorporação da dominação simbólica de género. Sobressai a tónica que direciona a personalidade da mulher como a de única educadora das crianças e, até, o estatuto de esposa dócil parece sobressair na produção de alguns discursos. Esta narrativa, que à primeira vista nos aparece como paradoxal, talvez esteja de certa forma equilibrada se tivermos presente alguma teorização no discurso proudhoniano sobre a condição da mulher, embora pareça ser um discurso isolado e não comum nos teóricos anarquistas. Segundo os princípios algo confusos de Proudhon - pois pontualmente parecem não ter grande correspondência com as leis igualitárias do anarquismo - podia ler-se em 1848, no jornal *Le Peuple*: «O homem à medida que a razão se desenvolve, vê bem na mulher uma igual, mas nunca verá nela uma semelhante»; ou ainda, no mesmo jornal, «A mulher só tem uma alternativa: doméstica ou cortesã»²⁸⁴.

Parafraseando Bourdieu, poderíamos dizer que, se atendermos à abordagem implícita a este discurso, as diferenças biológicas parecem determinantes para os papéis sociais de género, o que se nos apresenta como uma contradição com valores inerentes à própria filosofia doutrinária do anarquismo, que pugna pela supressão das relações de dominação e pelos conceitos de igualdade e autonomia individual. Neste sentido, poderemos dizer que, como se tem constatado ao longo do estudo, este é um modelo de pensamento que funciona num campo oposto ao que predomina nos articulistas desta revista.

Numa primeira análise sobre o olhar dos seguidores do anarquismo que escreveram no jornal *O Protesto*, concluímos que este reflete uma perspectiva particular em relação às questões de género. Nesta publicação encontra-se uma interpretação que combina princípios de igualdade de género com desigualdade de classe, sendo que o seu discurso nunca se distancia da forte crítica ao projeto político feminista de teor republicano.

Se atendermos à visão socialmente construída de um género feminino e de um género masculino, este olhar sugere uma primeira constatação: em *O Protesto* apreende-se a presença do que, metaforicamente, se poderia enunciar como um terceiro género. Pode inferir-se da visão subjacente ao discurso expresso uma distinção entre a mulher e o homem de baixa condição de classe e a mulher burguesa. Ou seja, na sua exposição retórica, entre a mulher burguesa e a mulher proletária pode assumir-se a existência de uma distinção de dois estereótipos sociais de género, em que à mulher burguesa se veem imputados todos os clichés

²⁸⁴ P. J. Proudhon (1809-1865). No jornal *Le Peuple*, 1848, citado por Carmo, Isabel do e Lúcia Amâncio (2004), *Vozes Insubmissas*, Lisboa, Dom Quixote, p. 59.

depreciativos associados à estigmatização da caracterização mental e física tradicionalmente atribuídos ao género feminino. Por sua vez, a visão transmitida da mulher proletária enquadra-se numa realidade semelhante à do homem da sua classe, valorizando o que há de comum nos problemas que ambos têm de ultrapassar no seu quotidiano, a importância das tarefas que realizam, assim como das respetivas qualidades, nomeadamente quanto ao potencial das suas capacidades intelectuais e cognitivas. Nunca aparecem expostas ao ridículo nem lhes é atribuído qualquer tipo verbal de humilhação. Se por ventura a mulher proletária aparece embrutecida será porque não a deixaram alcançar padrões educativos, culturais e sociais similares aos do homem.

Não estranharemos a interpretação em que as questões de classe se sobrepõem às de género, se avaliarmos alguns dos seus pressupostos, como por exemplo a existência de um domínio de classe, que implica, simultaneamente, um poder e um privilégio também da mulher burguesa sobre homem e mulher de baixa condição social. Podemos dizer que este é um debate onde subjaz uma ideia próxima do que expressam os teóricos, ou seja, as relações sociais de classe implicam sempre uma relação de poder que prevalece e condiciona outros planos da vida social, nomeadamente as relação de género, tanto entre géneros como intragénero. Neste sentido, e sobre os privilégios que alguns possuem, podemos ler nas palavras de um teórico anarquista, de referência, o seguinte pensamento: «É próprio do privilégio e de toda a posição privilegiada matar o espírito e o coração dos homens. O homem privilegiado, seja política, seja economicamente, é um homem depravado de espírito e coração.»²⁸⁵

Através da compreensão dos seus olhares podemos ainda salientar alguns pontos, como a desvalorização da mulher na política – o que seria de esperar de quem assume uma posição «antipolítica» - mas não na luta pela igualdade social, no quadro dos ideais da anarquia. Nesta questão, atravessando a pirâmide social, chegam a manifestar um apelo a todas as mulheres (burguesas) para tomarem consciência de si e dos problemas sociais associados aos estratos de mais baixa condição social. Estas lógicas inclusivas da mulher burguesa podem abrigar um sentimento dúbio, se por um lado soa algo cínico – se atendermos ao conteúdo semântico algumas vezes utilizado nos apelos à mobilização desta classe -, por outro, parece-nos um discurso legítimo, pois não devemos esquecer que muitos dos que escreviam nestas publicações eram de origem burguesa e que as mulheres que lhes estavam

²⁸⁵ Bakunine, Mikhail (2000), *Deus e o Estado*, p. 36.

próximas, companheiras, familiares ou amigas, também elas burguesas, partilhavam o seu projeto doutrinário (como podemos testemunhar no enquadramento teórico desta dissertação).

Ainda que de forma marginal – apenas num dos artigos analisados - emerge alguma ambivalência de discurso quando se encontram passagens em que os papéis sociais do homem e da mulher surgem diferenciados em função de atributos naturais. Expressões como «Liberte-se a mulher, mas continuando a desempenhar na vida social o papel que a natureza lhe deu»²⁸⁶, este discurso embora possam referir-se a uma diferenciação biológica, também pode dar curso a leituras em que atributos naturais sejam estabelecidos como fatores de definição de papéis sociais de género.

Excluindo esta marca, e se atendermos à generalidade dos discursos que nos conduzem ao poder de um género ou aos pressupostos das relações de género, podemos dizer que, na perspectiva destes colonistas, persiste a reivindicação de uma sociedade igualitária para ambos os géneros. Vêem na instituição casamento um constrangimento para a mulher, pois assumem existir um poder de género, que se amplifica quando a mulher está submetida às práticas associadas a esta instituição. Correlacionam esta, como outras convenções e normas sociais, à não evolução do indivíduo, considerando a mulher como o elemento mais castigado de um sistema que é desigualitário a vários níveis.

Colocam no homem, que porventura consideram mais evoluído, a responsabilidade de ajudar a mulher no processo de emancipação. Este discurso articula-se com algumas especificações dirigidas à mulher e à consciência individual de cada uma, pois, sem a sua intervenção, a estrutura social manter-se-á cristalizada. A seu ver, a emancipação de qualquer indivíduo pode ser produto da sociedade, no entanto a sociedade apenas legitima comportamentos, cabe a cada indivíduo revolucionar os dogmas morais e preconceituosos que lhe são impostos. Por outras palavras, podemos concluir que, quanto à emancipação da mulher, acredita-se que esta tem que ser integrada de forma igualitária na sociedade. Essa integração, no entanto, depende da própria mulher, que tem de tomar consciência de si, não aceitando a predefinição que a reduz a um ser subordinado.

Se quisermos comparar o olhar anarquista sobre as questões de género nas publicações que aqui se analisaram poder-se-ia dizer que foi no jornal *Guerra Social* que se assinalou maior coerência discursiva em territórios como: a combinação das posições teóricas com a sua abordagem; a linguagem de afirmação de igualdade entre géneros; um ritmo e um estilo

²⁸⁶ Homem Cristo Filho em «Feminismo de Opereta», jornal *O Protesto*, 19 de setembro de 1908, n.º 9, p. 1.

estético que permitem desvendar e exteriorizar um olhar despudorado sobre a mulher; ordenação e crueza do discurso mas sobretudo a sua não contradição, nem ambivalência. Não se encontra na construção destes discursos nenhuma relação que aponte para uma conduta de poder de género. Ou seja, é interessante notar que tendo sido analisados, nesta publicação, textos de um homem e de uma mulher, não se encontrou um pensamento organizado pela natural e incorporada orientação social de género (dominante ou dominada). Mas, como é natural, no discurso elaborado pela mulher encontra-se a presença de um fator de reflexão individual e testemunho pessoal, numa atitude que se revela intimamente ligada à denúncia de uma hostilização experimentada na primeira pessoa.

Passando à organização mental que se vê desenvolvida nesta publicação, no que se refere a um poder de género, esta revela-se num duplo olhar, que abarca e identifica múltiplos micropoderes associados à diferença entre homem e mulher e a particulares diferenças entre mulher e mulher. Ou seja, a seu ver, existe um poder dominante, resultante de uma construção social a partir de diferenças biológicas, que se encontra na conduta de todos os homens em relação às mulheres; mas existe também um poder de classe que produz dois olhares isolados, um para a mulher rica e outro para a mulher pobre.

A este propósito é também consignado um olhar desigual no que se refere à religião, onde se desenvolvem os mecanismos da arte da aparência em conformidade com os interesses dos grupos socialmente privilegiados. O comportamento discriminatório da religião preconiza atitudes avaliativas com normas e regras para a mulher de baixa classe e simultaneamente parece haver ausência de qualquer critério para as atitudes da mulher burguesa, que a religião desculpabiliza, cala e abafa. Vê-se assim no modelo religioso uma agressão com base na diferença social, mas não no critério da diferença de género.

Seguindo a mesma linha das publicações anteriores no jornal *Guerra Social*, pode apreender-se um discurso orientado para um agir a favor da igualdade de géneros, quer no mundo social quer no mundo da intimidade de cada um. Assume-se uma crítica às relações de género dominantes, bem como às implicações que resultam da articulação da dominação de género e de classe. No fundo, estabelece-se uma analogia entre a dominação do capitalista sobre o proletário e a dominação do homem sobre a mulher, interligando poder do capital e poder masculino, cujo exercício se conjuga quando aplicado à mulher. Esta associação permite responder a um dos pontos de partida desta dissertação, segundo o qual se pretendia indagar em que medida existe uma analogia entre a rejeição do poder de género e a rejeição de outros poderes, por parte do olhar anarquista.

No discurso sobre «o uso dos prazeres» - se quiser usar um termo tão caro a Foucault -, enfoca-se uma dimensão direcionada principalmente para a mulher, onde se desbrava o seu mundo íntimo mental e o relacionamento com o próprio corpo. Denuncia-se a estrutura paradoxal das mentalidades que aceitam, e valorizam, uma biografia sexual para o homem antes do casamento e prescrevem uma imagem de abstinência e virgindade para a mulher até ao leito conjugal. O facto de muitas mulheres assumirem esta visão identitária como sua é alvo de denúncia e alerta sobre o paradoxo que encerra, pois reproduz desigualdade e submissão. Esta posição ilustra o recurso a uma ideologia igualitária e horizontal num dos planos relevantes para o equacionamento de um olhar igualitário em questões relativas à relação entre corpo físico e corpo social.

Nos textos deste semanário, nota-se uma ênfase do direito à liberdade sexual e ao prazer sexual por parte da mulher, assim como do homem, num quadro de paridade de papéis sexuais nos dois géneros. Desenvolve-se a ideia de que a exploração sensorial e erótica do próprio corpo e do imaginário que rodeia a sexualidade é um direito comum a homens e mulheres. Os códigos sociais e morais que penalizam e coagem a fruição do erotismo, do afeto e da sexualidade, no feminino, são alvo de uma inspirada e incisiva desconstrução crítica. O texto de Pinto Quartim sobre a virgindade é particularmente ilustrativo no equacionamento destas questões.

A visão da família encontrada nestas publicações aponta para que, tal como está construída, esta conduz à imposição de uma dominação de género. Família e casamento, nas modalidades predominantes, contribuem fortemente para a concretização e reprodução social das assimetrias e submissões que caracterizam as relações entre género masculino e género feminino.

Um dos tópicos que caracteriza o olhar deste jornal reside na ideia de que sociedade burguesa e moral religiosa se encobrem mutuamente, assumindo várias máscaras. Ambas prescrevem normas que as classes privilegiadas violam sistematicamente, ao mesmo tempo que as usam como instrumento de repressão simbólica traduzida em estereótipos, fatores de estigmatização e coação, a partir dos quais se operacionalizam práticas de discriminação e exclusão social.

A tónica dominante, que atravessa toda a argumentação encontrada neste jornal, é o questionamento e desconstrução dos tabus que reproduzem vários planos de desigualdade no feminino, incorporados e assumidos como prática por muitas mulheres, sobretudo de

condição social mais desfavorecida. A abordagem deste jornal, como dos anteriores, é conduzida para a afirmação e objetivação da necessidade de libertação da mulher, o que implica uma tomada de consciência da sua condição de sujeito livre e igual. Para estes autores, a emancipação da mulher, como de qualquer ser humano, implica, em primeiro lugar, a libertação das construções mentais a que se aprisiona.

É importante ter presente que as correntes anarquistas são diversas e que cada jornal reflete uma visão com especificidades e traços próprios, nem sempre comuns. São múltiplas as publicações doutrinárias de inspiração anarquista, por vezes de regularidade precária e breve duração. Neste trabalho estudaram-se, apenas, três destas publicações, o que aconselha a uma redobrada prudência na generalização dos resultados encontrados.

(Para o) Geral

Em jeito de balanço final interessa realçar que o olhar anarquista sobre as questões de género é transversal e mais ou menos congruente em todas as publicações analisadas. Valoriza enfaticamente duas grandes orientações: (i) denúncia das desigualdades de género e dos mecanismos de poder que se lhe associam; (ii) forte apelo à construção de relações de géneros assentes em princípios de igualdade e horizontalidade, que valorizem e promovam as competências e talentos do género considerado mais fraco, o género feminino, na senda de uma genuína via da sua emancipação.

Os silêncios e as ambivalências

No que se relaciona com algumas ausências relativamente ao discurso analisado, confere neste ponto fazer uma observação (pertinente na atualidade mas então pouco assumida). Nos textos analisados, a referência ao «amor livre» é uma mensagem constante, onde se acentuam ideias e ideais que remetem para a emancipação do indivíduo; para o amor pleno, livre de constrangimentos e preconceitos. Preconceitos, ideias e forças que a seu ver mais não passam de tabus coercivos, produzidos por normas e valores num esquema que a sociedade impõe no sentido de limitar o ser humano da sua liberdade plena. No entanto (embora não querendo fazer uma análise simplista sobre um assunto tão complexo como o das diferentes orientações sexuais), nota-se que este discurso surge apenas no sentido de uma matriz heterossexual, o que pode provocar alguma estranheza pois reduz o «amor livre» a uma seletividade que tem subjacente normas e valores seletivos, indissociáveis de um poder «simbólico institucionalizado». Irá esta omissão ao encontro do que Foucault escreve na *Ordem dos*

Discursos, quando refere que as relações de poder podem encontrar-se inscritas imprevisivelmente nos lugares mais «recônditos» dos discursos?

Noutro plano interessa assinalar que não se encontram referências à contraceção; este elemento parece ter sido esquecido²⁸⁷ (ou não?), se tivermos em conta a evocação da liberdade de escolha na reprodução que é acentuada em algumas opiniões, mas num geral pouco discutida. Fica em aberto esta questão para uma análise mais direcionada a este tema.

Pode ainda assinalar-se a pouca produção de textos escritos por mulheres nas publicações, assim como a inexistência de referências às suas tomadas de posição na luta social ideológica no campo da divulgação da ideologia anarquista. Certamente porque também na época as trajetórias intelectuais de mulher e homem eram acentuadamente dissemelhantes. No entanto não devemos menosprezar esse facto e entendê-lo como uma vulnerabilidade e uma antinomia face à perspectiva de igualdade e horizontalidade que esta doutrina defende. Podemos então constatar que neste ponto encontramos formas de comportamento tradicionalmente masculinizado, pois, apesar de apelarem à igualdade, o suporte das publicações recai em artigos escritos por homens, a pouca colaboração de mulheres pode levar-nos a questionar como se pretende fazer uma transformação das práticas e dos processos da sociedade se não se dá voz às principais interessadas. Encontram-se ainda, com carácter residual, laivos de discrepância quando, em momentos pontuais, apesar do enunciado crítico, se observa a incorporação de elementos do discurso do poder de género masculino dominante, mesmo não sendo assumido enquanto tal, e de certa forma veiculada a um discurso de apelo à igualdade. Quando se coloca uma fronteira entre mulher burguesa e mulher proletária torna ambíguo um dos princípios da sua doutrina que situa o anarquismo como um ideal humano e não como pertença de determinada classe.²⁸⁸

As ambivalências sobre a organização da família parecem aproximar-se de uma tendência funcionalista parsoniana²⁸⁹, cujas funções tem por base a socialização primária e a estabilização da personalidade da criança. A mulher exerce um papel primordial nessa educação, e a divisão do trabalho está subjacente neste discurso. Desta forma podemos

²⁸⁷ No decorrer da investigação encontrei este assunto referido e discutido enfaticamente no jornal *O Agitador*, cuja primeira publicação é datada de 1 de julho de 1911 (Lisboa); Diretor Virgílio Sá; Redator principal Silva Júnior; proprietário José Teixeira Júnior.

²⁸⁸ Abreu, Carlos e João Freire. Org.(1989), *Adriano Botelho – memória & ideário*. (antologia de textos) Memória & Ideário, Açores, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

²⁸⁹ «Segundo o sociólogo americano Talcott Parsons, as duas grandes funções desempenhadas pela família são a socialização primária e a estabilização da personalidade. (...) As teorias funcionalistas foram alvo de duras críticas pela sua justificação na divisão do trabalho entre homens e mulheres como sendo algo natural e consensual» Guiddens, Anthony (2009), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 7.ª edição, p. 177.

considerar que neste ponto o discurso sobre a igualdade de género muda de direção apropriando-se de um discurso convencional, de acordo com as verdades e poderes do conjunto de regras da época. Este discurso afigura uma lógica identitária masculina correspondente ao resultado da experiência mental do homem que escreve. Eventualmente a quase nenhuma participação de mulheres a escrever nestas publicações poderá ser uma justificação. Será que a apologia de uma transformação social orientada para a supressão do poder de género convive com a incorporação de traços da identidade de género prevalecente na sociedade em que vivem? Se seguirmos os princípios de análise do discurso foucaultiano, poderíamos assumir que este é um discurso que produz elementos aleatórios e descontínuos, «É preciso aceitar introduzir o *aléa* na produção dos acontecimentos.»²⁹⁰



Sumariando o conjunto de visões que foi possível retirar dos artigos em análise nesta dissertação, podem esquematizar-se os seguintes traços do «ideal tipo» de mulher, segundo o qual se viabilizará a igualdade de géneros. Esta mulher, que na leitura dos textos nos leva à ideia que ainda estará em estado embrionário, deverá evoluir para um indivíduo com as seguintes características: i) deve ser economicamente independente; ii) ter sido educada para ser boa educadora; iii) deve ter autonomia; iv) ter consciência crítica; v) ser livre e resistente aos preconceitos morais; vi) deve ter a capacidade de se (re)construir enquanto indivíduo; v) reconhecer-se como sujeito sexual; vi) tem de ser socialmente interventiva na transformação do sistema social; vii) ser anarquista!

Desta forma, de acordo com os seus pressupostos, a mulher livre é necessariamente uma mulher economicamente independente, não se sujeita por isso a viver do salário do seu companheiro, na medida em que fica subordinada a quem lhe assegura a subsistência - ou seja, a autonomia económica será sempre uma condição obrigatória de emancipação. Deve desenvolver estratégias de progresso pessoal e intelectual, orientar-se por uma conduta racional e sobretudo lutar contra a moral social que a subordina, deve ter consciência do seu corpo e assumir sem pudor a sua sexualidade. Ao mesmo tempo deve desenvolver maturidade na luta e doutrina anarquista ao lado dos seus companheiros. A única forma de se chegar a todo este sistema evolutivo depende claramente de abraçar o caminho da anarquia.

A abordagem global que a este respeito se encontra nos títulos analisados aproxima-se, de modo estreito, das orientações doutrinárias que inspiram as posições de teóricos

²⁹⁰ Foucault, Michel (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio D' Água, p. 44.

anarquistas sobre o tema. Igualdade, horizontalidade, liberdade, entajuda e cooperação são premissas que subjazem ao discurso dos textos analisados. Apesar da complexidade e algumas vezes ambivalência do olhar individual representado nestas publicações, na generalidade identifica-se uma rotura com os estereótipos culturais e sociais preestabelecidos das relações de género do início do século XX.

Observa-se um percurso argumentativo semelhante ao dos pensadores fundadores, apelando a uma sociedade racional e assente no respeito por ambos os géneros; a par de uma constante preocupação pela desigualdade, resultante da situação de dependência económica e social das mulheres; ao mesmo tempo que se realça a necessidade de uma forte aposta educacional, tomada como veículo e condição de emancipação. A proposta de um modelo de sociedade onde todos os indivíduos possam atingir igualdade e bem-estar é um dos elementos regularmente presentes, a par e passo embutido na visão que orienta a tomada de posição destes autores.

A tomada de consciência de que existe uma diferença social de género (mulher, mulher) em diferentes domínios está implícita ou explícita na grande parte do conteúdo dos discursos analisados (na *A Sementeira* e no jornal *Guerra Social* de uma forma ténue, no *Protesto* de uma forma especialmente incisiva e com um forte preciosismo analítico). A noção de que existe uma relação de género estabelecida com base num poder masculino é muitas vezes destacada; no entanto, em algumas ocasiões usam como suporte argumentativo um discurso estereotipado, que caracteriza um olhar marcado pelo domínio masculino. Se atendermos ao discurso das poucas mulheres que escrevem nestas publicações realça-se que rejeitam completamente a incorporação simbólica de um poder de género masculino. Tendo a consciência que essa coerção existe, combatem e alertam as outras mulheres fazendo dessa temática um lugar central da discussão da igualdade de géneros.

Duma forma geral consideram que o relacionamento entre homem e mulher não deve ser determinado pela lei. Acham, pelo contrário, que deve pautar-se, somente, pela subsistência do afeto e da mútua satisfação dos envolvidos numa relação, definindo o seu entendimento do relacionamento entre homem e mulher como algo de dinâmico, ativo e igualitário, num posicionamento precursor, muito próximo da realidade contemporânea. Assim se afastam da postura convencional, predominante no seu tempo, estabelecida na interligação dos pressupostos legais e sociais do casamento civil e dos preceitos definidos pela religião. Da mesma maneira se identifica um consenso da necessidade de inclusão de

medidas para um desenvolvimento igualitário desde a socialização primária; quer no seio familiar quer na educação escolar.

Sobre uma das questões, anteriormente suscitada, relativa à consideração de uma analogia entre poder de Estado e poder de género, pode dizer-se que se torna plausível afirmar a existência, para estes autores, de uma correspondência entre ambos. Da observação e decomposição das regularidades discursivas nos seus textos depreende-se que lhes é atribuído um comum sentimento de rejeição. Dele se desenvolve uma proposta de reorganização social onde as relações de género sejam niveladas e igualizadas.

Finalizando, em reporte às questões e hipóteses iniciais podem relevar-se as seguintes linhas de leitura: (a) a visão expressa na imprensa anarquista sobre as questões de género manifesta uma abordagem que pode considerar-se em rotura com os estereótipos e a moral dominante no seu tempo, revelando consonância com a doutrina em que se inspira; (b) sobre as relações familiares a questão fica por responder pois o discurso é dúbio; (c) sublinha as diferenças entre as condições de vida e a condição social da mulher trabalhadora e da mulher burguesa, (algumas vezes) classificando e valorizando o papel da mulher em conformidade com a divisão de classe; (d) procede a uma denúncia e crítica de estereótipos morais impostas à mulher trabalhadora, bem como da dominação que encerram e reproduzem; (e) estabelece um relacionamento entre dominação de género e dominação de classe, bem como das respetivas implicações nos planos individual, pessoal, social e político; (f) afirma a necessidade de promover a emancipação da mulher como sujeito livre e autónomo, em condições de igualdade de direitos e oportunidades com o homem; (g) realça a importância de fatores como a independência económica da mulher e o acesso à educação, enquanto fatores indispensáveis a uma plena emancipação da mulher; (h) argumentam a necessidade de a mulher fazer uma autorreflexão no sentido de emancipar a sua conduta autorreprimida; (i) assinala que a emancipação da mulher exige uma mudança económica, cultural e social, segundo os princípios de liberdade, igualdade, autonomia e horizontalidade, que inspiram a revolução proposta pela anarquia; (j) podemos reconhecer que (salvaguardando os excessos que se prendem com o estilo doutrinador), o desenvolvimento do seu discurso, configura uma posição próxima da lógica evolucionista, pois acreditam no progresso de toda a humanidade, partindo do princípio de que todos os seres humanos se desenvolvem a partir de um percurso progressivo, sendo somente uma questão temporal e de oportunidade para que os últimos, ou seja, as mulheres - que a sociedade tornou dependentes - alcancem os primeiros, os homens a quem a sociedade determinou privilegiar.

Não deixa de ser curioso notar que a par desta posição afirmativa sobre a emancipação da mulher sobressaem, nos textos analisados (predominantemente escritos por homens), alguns indícios – ora explicitamente, ora de modo subliminar – da visão de género dominante. Alguns dos seguidores da doutrina anarquista parecem não se terem conseguido isentar plenamente dos estereótipos de que teoricamente se demarcavam.

Apesar destas ambivalências, a tónica que mais sobressai deste estudo releva uma abordagem das questões de género afim dos pressupostos e princípios gerais da doutrina expressa por um leque diversificado de pensadores anarquistas.

Uma nota pessoal a fechar este percurso. No início era a dificuldade de um tema desafiante mas com escassa matéria-prima disponível. As primeiras explorações quase conduziram à ideia de que o melhor seria mudar a agulha do tema escolhido. Progressivamente, à medida que a persistência ia dando alguns - mesmo que escassos - frutos, a concretização da ideia começou a afigurar-se viável. No momento da chegada, o balanço - que se impõe - deixa a ideia de uma aposta que valeu a pena. Um trabalho de mestrado tem, desde logo, certas delimitações. Neste caso, apesar das limitações, fica a sensação de uma aposta ganha: não foi possível chegar a tudo o que, de início, se perspectivava; fica a ideia de que, apesar de limitações, o fruto conseguido poderá ser um contributo útil para o conhecimento de uma realidade... que apaixonava.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Almanaque de A Batalha 1926*, prefácio de Mónica, Maria Filomena, Lisboa, Edições Rolim, 1987.
- Bakunine, Mikhail (2000 [-1882]), *Deus e o Estado*, Brasil, Edições Nu-Sol - Imaginário.
- Bakunine, Mikhail (1975 [1871]), *Revolução Social ou Ditadura Militar*, Lisboa, Arcádia.
- Bakunine, Kropotkine, Malatesta, Engels, Daniel Guérin (1975), *O Estado, A Democracia Burguesa, A Prática Revolucionária e o Anarquismo*, seleção e tradução de César de Oliveira, 2.ª edição, Porto, Editora Paisagem.
- Bakunine, M, por Arvon, Henri (1966), *Filósofos de Todos os Tempos*, Lisboa, Estúdios Cor, [1.ª ed. Paris 1966].
- Boétie, Étienne de La (1997 [século XVI]), *Discurso sa Servidão Voluntária*, Lisboa, Antígona.
- Boudelaire, Charles (1961 [1857]), *Les Fleures du Mal*, présenté par Jean-Paul Sartre, Paris, Éditions Gallimard.
- Goldman, Emma, (1984), *L'Épopée D' Une Anarchiste*, Bruxelles, Editions Complexe, [1.ª ed., New York, 1932].
- Kropotkine, Piotr Alexeevich (1975 [1888]), *A Conquista do Pão*, Lisboa, Biblioteca Sociológica Guimarães & Companhia Editores.
- Kropotkine, Piotr Alexeevich (2009), *A Moral Anarquista*, Lisboa, Edições Sílabo [1.ª ed. francesa, 1891].
- Osório, Anna de Castro (1911), *As Operárias das Fábricas de Setúbal e a Greve - Resposta de Anna de Castro Osório ao Germinal*, Setúbal, Editora Sociedade Proprietária do Jornal *O Radical*.
- Projeto Mosca - Arquivo de História Social da Universidade de Évora, disponível online em http://moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_jumi&fileid=13&p=creators&id=1140 (consultado em 2014-2-28)
- Quartim, Pinto (1907), *Mocidade Vivei*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Spencer, Herbert (2011 [1884]), *Homem Versus Estado*, Sesimbra, Edição Alfanje (Edição coligida a partir da obra *The Man Versus The State*, de 1884 e de outros ensaios).
- Stirner, Max (2004), *O Único e a Sua Propriedade*, Lisboa, Antígona [1.ª ed. alemã de 1844]).
- Vasco, Neno (1984), *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, estudo introdutório de João Freire, Porto, Edições Afrontamento.

Imprensa

- A Sementeira*, Lisboa, 1908-1919.
- A Aurora*, Porto, 1900 (7 n. publicados).
- A Aurora*, Porto, 1910-1920.
- A Batalha*, Lisboa, (1919-1927; 1930; 1934).
- Guerra Social*, Lisboa, 1908-1909.

Germinal, Lisboa, 1915 (19 n.º publicados).

O Protesto, Lisboa, 1908-1909.

O Agitador - Folha de Propaganda Libertária, Vidago, 1914-1915.

O Agitador, Lisboa, 1911 (16 n.º publicados)

Terra livre, Lisboa, 1913 (24 n.º publicados)

BIBLIOGRAFIA GERAL

4 Roteiros Feministas na cidade de Lisboa, Volume I, Projeto Memórias e Feminismos: *Mulheres e República na Cidade de Lisboa*, Lisboa UMAR, 2010.

AAVV (1975), *Os Anarquistas e a Autogestão* - extraído da revista *Autogestion et Socialisme*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Abreu, Carlos e João Freire, org.(1989), *Adriano Botelho – memória & ideário* (antologia de textos), Açores, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Alvarez, Ana de Miguel (2002), *O Feminismo Ontem e Hoje*, Lisboa, Ela por Ela.

Alves, Ana Maria (1971), *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Estampa.

Alves, Paulo e Olinda Gama (2013), «A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal», I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal Lisboa, 13 a 15 de Março de 2013.

Arruza, Cinzia (2010), *Feminismo e Marxismo - Entre casamentos e divórcios*, Lisboa, Edições Combate.

As Mulheres e a República, Agenda Feminista, 2010, Lisboa, UMAR.

Batista, Virgínia do Rosário (2012), *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal – as origens do estado providência (1880-1943)* Lisboa ISCTE, tese de Doutoramento [policopiada].

Beauvoir de, Simone (2009 [1949]), *O Segundo Sexo*, Volume I, Lisboa, Quetzal Editores.

Bitti, Pio Ricci e Bruna Zani (1997), *A Comunicação como Processo Social*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.

Bonifácio, Maria de Fátima (2002), *O Século XIX Português*, Lisboa, ICS.

Bourdieu, Pierre (1984), *Questões de Sociologia*, Lisboa, Edições Fim de Século.

Bourdieu, Pierre (1998), *O que Falar Quer Dizer*, Lisboa, Difel.

Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

Bourdieu, Pierre (2013), *A Dominação Masculina*, Lisboa, Relógio D' Água.

Breton, Philippe e Serge Proulx (1989), *A Explosão da Comunicação*. Lisboa, Bizâncio

Brito, António Paula, *Bartolomeu Constantino*, Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão, Consultável em:

http://www.olhao.web.pt/Personalidades/bartolomeu_constantino.htm (consultado em 2014-3-29)

- Carrapato, Júlio (2011), *O Regicídio, o 5 de Outubro e a I República Portuguesa*, Faro, Edições Sotavento.
- Carmo, Isabel do e Lígia Amâncio (2004), *Vozes Insubmissas: a história da mulher e dos homens que lutaram pela igualdade de sexos quando era crime fazê-lo*, Lisboa, Dom Quixote.
- Castro, Zília Osório de, João Esteves e Natividade Monteiro, org. (2011), *Mulheres na I República - Percursos, Conquista e derrotas*, Lisboa, Edições Colibri.
- Castro, Zília Osório de e João Esteves, dir. (2005), *Dicionário no Feminino (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Catroga, Fernando (2001), *Antero de Quental - história, socialismo, política*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Dortier, Jean François, dir. (2009), *Uma História das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições Texto e Grafia.
- Elias, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.
- Esteves, João (2001), «Os Primórdios do Feminismo em Portugal: 1.ª década do século XX», *Penélope*, n.º 25, pp. 87-112.
- Esteves, João Gomes (1991), *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas - Uma organização política e feminista 1909-1919*, Lisboa, CIDM.
- Esteves, João (1998), *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Fabbri, Luce (1959), *Influencias Burguesas en el Anarquismo*, Paris, Ediciones Solidaridad Obrera.
- Fabbri, Luce (1952), *O Caminho - Até o Socialismo sem Estado. Em cada Passo, a realidade, a meta*, Rio de Janeiro, Achiamé.
- Fonseca, Carlos (1988), *Para uma análise do Movimento Libertário e da Sua História*, Lisboa, Edições Antígona.
- Fonseca, Carlos (1975), *Integração e Ruptura Operária, Capitalismo Associativismo Socialismo 1836-1875*, Lisboa Editorial Estampa.
- Foucault, Michel (1979), *Microfísica do Poder*, 26.ª ed., Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Foucault, Michel (1994), *História da Sexualidade II - O Uso dos Prazeres*, Lisboa, Relógio D' Água.
- Foucault, Michel (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio D' Água.
- Freire, João (1981), «A Sementeira do Arsenalista Hilário Marques Lisboa», *Análise Social*, n.º 67-68, pp. 767-826.
- Freire, João (1992), *Anarquistas e Operários*, Porto, Edições Afrontamento.
- Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana - Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri.
- Gomes, Amélia de Castro (2005), *A Educação Libertária Segundo Aurélio Quintanilha*. Braga Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado.
- Gorjão, Vanda (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios - Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, ICS.

- Gouges, de Olimpe, Mary Robinson e outros (2002), *Direitos da mulher e da Cidadã*, Lisboa, Ela por Ela.
- Guiddens, Anthony (2009), *Sociologia*, 7.^a edição, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leuenroth, Edgar (s/d), *Anarquismo, Roteiro da Libertação Social*, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre.
- Maffesoli, Michel (1985), *O Conhecimento do Quotidiano*, Lisboa, Coleção Vega Universidade.
- Mariano, Fátima (2011), *As Mulheres e a I República*, Casal de Cambra, Editora Caleidoscópio.
- Max, Nettlau (1945), *Errico Malatesta, El Hombre, El Revolucionario, El Anarquista*. Burdeos, Ediciones Tierra y Libertad.
- Medina, João (1981), «Um Semanário Anarquista durante o primeiro governo de Afonso Costa “Terra Livre”», *Análise Social*, n.º 67-68, pp. 735-765.
- Mónica, Maria Filomena (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Morais, Wallace dos Santos de (2013), «Teses da Teoria Política Anarco-comunista – Reflexões a partir do pensamento de Kropotkin»
https://www.google.pt/search?client=safari&rls=en&q=TESES+DA+TEORIA+POLI%CC%81TICA+ANARCOCOMUNISTA+%E2%80%93+REFLEXO%CC%83ES+A+PARTIR+DO+PENSAMENT+O+DE+KROPOTKIN&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe_rd=cr&ei=zniU-qkN43T8geCn4GgBw (– consultado em 27-7-2014).
- Nash, Mary (2005), *As Mulheres no Mundo - História, desafios e movimentos*, V. N. de Gaia, Editora Ausência.
- Nunes, Adérito Sedas, (1992), *História dos Factos e das Doutrinas Sociais - Da Formação Histórica do Capitalismo ao Marxismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Oliveira, César (1973), *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Edições Afrontamento.
- Oliveira, César (1974), *O Operariado e a República Democrática 1910-1914*, Lisboa, Seara Nova.
- Oliveira, César (1984) *Antologia da imprensa operária portuguesa - 1837-1936*, Lisboa, Perspectivas e Realidades /UGT.
- Palacios Cerezales, Diego (2011), *Portugal à Coronhada - Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Tinta da China.
- Pereira, Miriam Halpern (1994), *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Presença.
- Pereira, Miriam Halpern (2012), *Do Estado Liberal ao Estado Providência: um século em Portugal*, São Paulo, edições Edusc.
- Préposiet, Jean (2007), *História do Anarquismo*, Lisboa, Edições 70.
- Rodrigues, Jacinto (1976), *Perspectivas Sobre a Comuna e a I Internacional*, Lisboa, editor Slemes.
- Rodrigues Edgar (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos, Portugal 1911-1922*, Lisboa, Editora Sementeira.
- Rodrigues, Edgar (1980), *O Despertar Operário em Portugal 1834-1911*, Lisboa, Editora Sementeira.
- Rodrigues, Edgar (2003), *Socialismo, Síntese das Origens e Doutrinas*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Edições Porta Aberta.

- Rodrigues, Edgar (1981), *A Resistência Anarco Sindicalista à Ditadura, Portugal 1922.1939*, Lisboa Editora Sementeira
- Sá, Vítor de (1981), «Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária», *Análise Social*, n.º 67-68, pp. 839-860.
- Samara, Maria Alice (2007), *Operárias e Burguesas - As Mulheres no tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Samis, Alexandre (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro - Neno Vasco, O Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, Lisboa, Letra Livre.
- Seixas, Maria Augusta (2012), *As Operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*, Lisboa, UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta/Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.
- Serrão, Joel (1980), «Do Pensamento Político-social de Antero de Quental (1868-1873)», *Análise Social*, vol. XVI (61-62), pp.343-361.
- Silva, José Gentil da, «A Mulher e o trabalho em Portugal», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, vol. I, atas do colóquio 22-23 de março 1985, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1986.
- Silva, Maria Regina Tavares (1983), «Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras no início do século XX», *Análise Social*, n.º 77-78-79, pp. 875-907.
- Sousa, M. Ricardo de (2011), *Os Caminhos da Anarquia*, Lisboa, Letra Livre.
- Sousa, Manuel Joaquim (1972), *O Sindicalismo Em Portugal*, 3.ª edição, Porto Afrontamento [1.ª edição s/d, 2.ª ed, 1931].
- Sousa, Manuel Joaquim (1989 [1925-1938 obra póstuma]), *Ultimos Tempos da Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante*, Lisboa Antígona
- Souza, Maria Reynolds de (2006), *A concessão de voto às portuguesas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Tengarrinha, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Caminho.
- Tengarrinha, José, (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, edições Minerva.
- Trindade, Luís (2008), *O Estranho Caso do Nacionalismo Português*, Lisboa, ICS.
- Ventura, António (2000), *Anarquistas Republicanos e Socialistas em Portugal - As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Veyne, Paul (2008) *Como se Escreve a História*, Lisboa, Edições 70.
- Vieira, Alexandre (1974), *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Seara Nova [1.ª edição 1970].